

GESO BATISTA DE SOUZA JÚNIOR

**OS (DES)CAMINHOS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA NO GOLPE DE 2016
CONTRA DILMA ROUSSEFF NAS REPRESENTAÇÕES DE *LE MONDE*
*DIPLOMATIQUE BRASIL***

ASSIS
2025

GESO BATISTA DE SOUZA JÚNIOR

**OS (DES)CAMINHOS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA NO GOLPE DE 2016
CONTRA DILMA ROUSSEFF NAS REPRESENTAÇÕES DE *LE MONDE*
*DIPLOMATIQUE BRASIL***

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Cultura Social).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zélia Lopes da Silva

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).
Período: 01/12/2022 a 31/08/2024.

ASSIS
2025

S729(Souza Júnior, Geso Batista de
Os (des)caminhos da democracia brasileira no golpe de 2016 contra
Dilma Rousseff nas representações de Le Monde Diplomatique Brasil
/ Geso Batista de Souza Júnior. -- , 2025
172 p. : il., tabs., fotos

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Assis,
Orientadora: Zélia Lopes da Silva

1. Golpe de 2016. 2. Dilma Rousseff. 3. Le Monde Diplomatique
Brasil. 4. História Política. 5. Imprensa. I. Título.

IMPACTO POTENCIAL DA PESQUISA

Esta pesquisa apresenta contribuições significativas para o campo da História do Tempo Presente, ampliando o debate acadêmico sobre o golpe de 2016 no Brasil e suas repercussões políticas, midiáticas e culturais. Ao analisar, de forma inédita, as representações construídas pelo periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*, o trabalho evidencia o papel da mídia alternativa como agente de produção de memória, crítica e resistência discursiva em contextos de crise democrática. A tese também reforça a pertinência metodológica do uso da imprensa como fonte histórica, articulando aportes da análise do discurso, da história política e das teorias contemporâneas sobre tempo, memória e representação.

No âmbito social e político, o estudo contribui para o fortalecimento da compreensão pública sobre os mecanismos de ruptura democrática, o papel das elites políticas e midiáticas, as disputas de narrativa e a persistência de práticas autoritárias no imaginário brasileiro. Ao discutir fenômenos como misoginia política, violência simbólica e manipulação discursiva, a pesquisa oferece elementos úteis para o aprimoramento de políticas públicas, ações de educação cidadã e iniciativas voltadas à promoção dos direitos humanos e da integridade democrática.

Culturalmente, o trabalho preserva, sistematiza e interpreta registros discursivos essenciais para a memória coletiva sobre os anos de 2013 a 2017, período marcado por forte polarização, mobilizações populares, crises institucionais e intensa disputa por sentidos na esfera pública. Ao iluminar os processos de construção e contestação de narrativas, a tese contribui para debates amplos sobre identidade nacional, mídia, poder simbólico e as formas de elaboração social do trauma político.

A pesquisa apresenta, ainda, impacto relevante para áreas profissionais como a educação, a comunicação social e a ciência política, ao oferecer referenciais teóricos e analíticos que auxiliam na compreensão das relações entre imprensa, Estado e democracia. Por fim, fortalece a atuação da Unesp no campo da pesquisa contemporânea, ampliando sua projeção institucional e oferecendo subsídios para desdobramentos futuros, como publicações, projetos de extensão, estudos comparados e novas investigações sobre mídia, discurso e história política brasileira.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE GESO BATISTA DE SOUZA JÚNIOR, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 12 dias do mês de setembro do ano de 2025, às 14h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de GESO BATISTA DE SOUZA JÚNIOR, intitulada **OS (DES)CAMINHOS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA NO GOLPE DE 2016 CONTRA DILMA ROUSSEFF NAS REPRESENTAÇÕES DE LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL (2013-2017)**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. ZÉLIA LOPES DA SILVA (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) UNESP/FCL - Assis, Prof. Dr. MAXIMILIANO MARTIN VICENTE (Participação Virtual) do(a) UNESP/FAAC - Bauru, Prof. Dr. CÂNDIDO MOREIRA RODRIGUES (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Prof. Dr. EDVALDO CORREA SOTANA (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Prof. Dr. DANILO WENSESLAU FERRARI (Participação Virtual) do(a) Sec. Mun. de Edu. de São José do Rio Preto/SP. Após a exposição pelo doutorando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Profa. Dra. ZÉLIA LOPES DA SILVA

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Geso Batista de Souza e Maria Joana de Oliveira Souza, professora de História, pelo amor incondicional, pelo exemplo de integridade e pelo incentivo permanente aos estudos. Suas trajetórias pessoais e profissionais foram e continuam sendo inspiração para minha formação intelectual e humana.

Ao Programa de Pós-graduação em História da UNESP, pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa em um ambiente de excelência, que oferece as condições intelectuais e institucionais necessárias para a formação de pesquisadores comprometidos com a produção crítica do conhecimento histórico.

Aos professores desta pós-graduação, em especial àqueles com quem tive o privilégio de cursar disciplinas, pela generosidade no compartilhamento de saberes e pela inspiração que suas trajetórias acadêmicas representam.

À minha orientadora, Professora Doutora Zélia Lopes da Silva, pela valiosa contribuição neste percurso acadêmico. Agradeço pelo exemplo, pela maestria e pela sensibilidade na condução da pesquisa, assim como pela firmeza intelectual e pelo rigor metodológico que nortearam cada etapa do doutorado. Sua maturidade acadêmica foi decisiva para a qualidade e profundidade deste trabalho.

Aos professores de História que tive ao longo de toda a minha formação escolar e acadêmica, profissionais inspiradores, que contribuíram de forma única para despertar, alimentar e consolidar meu interesse pela disciplina e pela compreensão crítica do mundo.

Ao meu companheiro de vida, Victor Ferreira Martins, por todo o amor e apoio. Aos amigos de longa data e aos colegas de turma, pelas trocas e apoio mútuo ao longo dessa etapa acadêmica desafiadora.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização desta tese, meus mais sinceros agradecimentos!

"A história será implacável com os que hoje se julgam vencedores".

Dilma Rousseff

RESUMO

Esta tese de doutorado tem como objetivo analisar as representações construídas pelo periódico *Le Monde Diplomatique Brasil* no contexto do processo de impeachment – caracterizado aqui como golpe – contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016 e, as reviravoltas e tensões que resultaram em sua deposição. A pesquisa se insere na historiografia do tempo presente, buscando compreender como esse veículo da mídia estrangeira articula narrativas, discursos e sentidos políticos diante da crise institucional brasileira, em um momento marcado por intensas disputas ideológicas e transformações na ordem internacional. O objeto central consiste nas construções discursivas sobre o impeachment e seus desdobramentos, especialmente no que tange à relação entre imprensa, política e Estado. A hipótese que orienta o estudo é a de que o *Le Monde Diplomatique Brasil* articula, por meio de representações críticas e fundamentadas, uma interpretação do golpe que questiona a legitimidade do processo, expondo o papel da mídia e das elites políticas na reprodução de uma cultura autoritária contemporânea. Metodologicamente, a tese emprega uma abordagem interdisciplinar entre história, (com foco na dimensão política e cultural) e ciências sociais, usando a análise do discurso e os teóricos que fundamentam tal campo, para escrutinar o corpus documental composto pelas edições *Le Monde Diplomatique Brasil*, entre 2013 e 2017. Este alargamento permite decifrar as reviravoltas e tensões que resultaram na deposição da presidenta Dilma Rousseff. A análise destaca como o discurso midiático ressemantiza conceitos históricos e políticos, contribuindo para a construção de uma memória crítica sobre o período, ao mesmo tempo em que reativa padrões autoritários e relações de poder. Conclui-se que *Le Monde Diplomatique Brasil* se constitui um agente simbólico fundamental na disputa pela construção e contestação das interpretações dos eventos políticos recentes no Brasil. Ao atuar como espaço de resistência crítica, o veículo contribui significativamente para a problematização das narrativas oficiais, promovendo uma reavaliação dos processos democráticos e do golpe de 2016. Dessa forma, a pesquisa evidencia as complexas articulações entre mídia, política e cultura em um contexto marcado por crises institucionais e desafios à democracia.

Palavras-chave: Golpe de 2016, Dilma Rousseff, *Le Monde Diplomatique Brasil*, História Política, Imprensa

ABSTRACT

This doctoral dissertation aims to analyze the representations constructed by the periodical *Le Monde Diplomatique Brasil* in the context of the impeachment process, here characterized as a coup, against President Dilma Rousseff in 2016, as well as the political upheavals and tensions that culminated in her removal from office. The research is situated within the historiography of the present time, seeking to understand how this foreign media outlet articulates narratives, discourses, and political meanings in the face of the Brazilian institutional crisis, at a moment marked by intense ideological disputes and transformations in the international order. The central object of study consists of the discursive constructions surrounding the impeachment and its consequences, particularly regarding the relationship between the press, politics, and the State. The hypothesis guiding the study is that *Le Monde Diplomatique Brasil* articulates, through critical and well-grounded representations, an interpretation of the coup that questions the legitimacy of the process, exposing the role of the media and political elites in reproducing a contemporary authoritarian culture. Methodologically, the thesis employs an interdisciplinary approach bridging History, focused on its political and cultural dimensions, and the Social Sciences, drawing on discourse analysis and its theoretical foundations to examine the documentary corpus composed of *Le Monde Diplomatique Brasil* issues published between 2013 and 2017. This broad scope enables the decoding of the reversals and tensions that led to President Dilma Rousseff's ousting. The analysis highlights how media discourse resemanticizes historical and political concepts, contributing to the construction of a critical memory of the period while simultaneously reactivating authoritarian patterns and power relations. The study concludes that *Le Monde Diplomatique Brasil* constitutes a fundamental symbolic agent in the struggle over the construction and contestation of interpretations of recent political events in Brazil. By operating as a space of critical resistance, the publication significantly contributes to questioning official narratives and promoting a reassessment of democratic processes and the 2016 coup. In doing so, the research reveals the complex articulations among media, politics, and culture in a context marked by institutional crises and challenges to democracy.

Keywords: 2016 coup; Dilma Rousseff; *Le Monde Diplomatique Brasil*; Political History; Press.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Passageiro confronta manifestantes	61
Figura 2 – Le Monde Diplomatique Brasil, edição n. 102 (capa)	70
Figura 3 – Le Monde Diplomatique Brasil, edição n. 117 (capa)	101
Figura 4 – Dilma na edição nº 2417 da revista IstoÉ	105
Figura 5: Charge de Chico Caruso publicada na capa de O Globo.....	106
Figura 6 – Adesivos misóginos atacam identidade de Dilma.....	107
Figura 7 – Capa da Veja 04/2016	108
Figura 8 – Capa-bomba da revista Veja, em 23/10/2014.....	110
Figura 9 – Capa da Folha de S. Paulo, de 1º de setembro de 2016.....	117
Figura 10 - Capa do jornal Estadão, de 1º de setembro de 2016.....	119
Figura 11 - Capa da edição 120, de julho de 2017.....	121
Figura 12 - Capa da Edição 139 - Fev. 2019.....	124
Figura 13 - Patriotismo de fachada - Edição 139 - Fev. 2019.....	125
Figura 14 - Esplanada dos Ministérios dividida por manifestantes.....	134
Figura 15 - Capa da edição 171, de outubro de 2021.....	135
Figura 16 - Ilustração, edição 171, de outubro de 2021.....	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
EUA	Estados Unidos da América
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
HTP	História do Tempo Presente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHTP	Instituto de História do Tempo Presente
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PP	Partido Progressista
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores

STF	Supremo Tribunal Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I.....	25
HISTÓRIA, IMPRENSA E O TEMPO PRESENTE	
1.1 História do Tempo Presente: uma reflexão epistemológica	25
1.2 <i>Le Monde Diplomatique Brasil</i> : perfil	35
1.3 <i>Le Monde Diplomatique Brasil</i> : propósitos e trajetória.....	36
1.3.1 Palavra e poder.....	44
CAPÍTULO II	49
MÍDIA, POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER NA CONJUNTURA DO GOLPE	
2.1. Os passos do golpe: as mobilizações nas ruas.....	49
2.2. Representações do <i>Le Monde Diplomatique Brasil</i>	54
2.2.1. Jornadas de Junho de 2013: o ovo da serpente e os dilemas da democracia.....	54
2.2.2 Mídia e representações: opinião pública e poder simbólico	67
2.3. Aspectos do novo radicalismo de direita: ofensivas à democracia.....	75
CAPÍTULO III.....	95
DE GOLPE EM GOLPE: O DESMONTE E AS RUPTURAS DA DEMOCRACIA	
3.1. O Golpe de 2016.....	95
3.2. O Desmonte e as rupturas.....	100
3.3 Misoginia: o patriarcado e a grande mídia contra Dilma Rousseff.....	104
3.4 A inimiga pública: a desconstrução da imagem de Dilma Rousseff.....	113
3.5 Golpe e democracia: o <i>Diplomatique Brasil</i> e a disputa pela memória.....	117
3.6. Autoritarismo e imperialismo: heranças do Golpe de 1964	124
3.6.1. Charge: a imagem como discurso e documento histórico	126
3.6.2. Descasque lentamente e veja.....	127
3.7 A ausência de regulação da mídia e o controle simbólico do discurso político.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS	151
ANEXOS.....	163

INTRODUÇÃO

“A solução mais fácil era botar o Michel”
JUCÁ, Romero¹

Atualmente, há um número significativo de autores pesquisando as relações entre mídia e processos políticos democráticos no contexto brasileiro. No entanto, ainda não foi feita uma contribuição que se concentre no enfoque proposto aqui. Ao abordar o jornalismo e a história contemporânea, é essencial compreendê-los em relação aos processos de produção atuais e às dinâmicas da linguagem.

Embora haja trabalhos que tratam da prática jornalística, nenhum deles abordou especificamente a problemática da relação entre política e imprensa enfocando as representações construídas pelo periódico mensal *Le Monde Diplomatique Brasil*² no contexto do processo de impeachment – caracterizado aqui como golpe – contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, como proposto neste estudo inédito.

Inscrito da História do Tempo Presente, o tema - golpe de 2016 - apoia-se, do ponto de vista teórico, nas contribuições epistemológicas de Eric Hobsbawm³, François Bédarida⁴, François Dosse⁵, François Hartog⁶ e Reinhart Koselleck⁷, Henry Rousso⁸, autores que serão discutidos no próximo capítulo. Embora nem sempre haja consenso entre eles, suas reflexões são fundamentais para abordar as armadilhas e os desafios

¹ Jucá (PMDB), então Ministro do Planejamento, em diálogo com o empresário Sérgio Machado, da Transpetro, vazado pela *Folha de S. Paulo*, em maio de 2016. Para Jucá, abafar a Operação era a única saída para proteger aliados. Da Funai a Lava-Jato, Sr. Romero colecionava escândalos e já havia perdido um Ministério antes.

² Embora possua formato gráfico próximo ao de uma revista — tabloide mensal grampeado — o *Le Monde Diplomatique Brasil* é juridicamente e editorialmente classificado como jornal. Essa classificação decorre do registro como periódico jornalístico e de sua filiação à tradição da imprensa escrita (*presse écrite*) francesa. Sua periodicidade mensal e o foco em reportagens e análises aprofundadas o caracterizam como jornal de opinião e análise, e não como revista, sendo esta uma escolha editorial e jurídica consolidada pela matriz francesa (*Le Monde diplomatique – Présentation. Le Monde diplomatique, França*. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/qui-sommes-nous/>; *Le Monde Diplomatique Brasil – Quem Somos*. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/quem-somos/>).

³ Hobsbawm, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914–1991)*, trad. Marcos Santarrita (São Paulo: Companhia das Letras, 1993).

⁴ Bédarida, François. *História, memória e identidade*. Tradução de Maria Helena Rouanet. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

⁵ Dosse, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*, trad. Maria Helena Rouanet (São Paulo: Editora Unesp, 2012).

⁶ Hartog, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*, trad. Guilherme J. F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

⁷ Koselleck, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

⁸ Rousso, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Tradução de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

associados ao deslocamento de paradigmas nas análises do campo historiográfico contemporâneo.

Nesse contexto, destaca-se o pensamento do francês Henry Rousso⁹, cuja perspectiva é especialmente relevante para o escopo desta pesquisa. Segundo Rousso, a história pertence, antes de tudo, àqueles que a viveram, constituindo um patrimônio comum a toda a sociedade. Ele argumenta que a história do tempo presente é um espaço autorizado para a construção de uma narrativa científica sobre o que vivemos, como vivemos e sobre o que estamos consagrando como memória – ou, por contraste, relegando ao esquecimento. Esses aspectos serão explorados no início do capítulo 1, que se debruça sobre as reflexões teóricas de intelectuais dedicados ao estudo dessa temática.

Para compreender esse proceder contra a Presidenta eleita e empossada, a pesquisa centrou-se nas edições impressas e digitais de *Le Monde Diplomatique Brasil* publicadas entre 2013 e 2017. Entendemos que o alargamento do recorte permite capturar os sentidos, a partir da análise dos textos e ilustrações ali divulgadas sobre o acontecido. Acresce-se a tal fonte, outros materiais pesquisados tendo em vista decifrar as tensões entre os protagonistas, organizados em grupos ou em diferentes instituições que se envolveram na deposição da referida mandatária.

A escolha do tema se justifica, portanto, pela relevância histórica, política e epistemológica do *impeachment* de 2016, evento que marcou uma inflexão na trajetória democrática do país e abriu caminho para uma profunda reconfiguração do campo político, midiático e ideológico brasileiro. O caráter controverso do processo de deposição da presidenta eleita, visando à ascensão de forças conservadoras e autoritárias, torna urgente a análise dos mecanismos simbólicos e discursivos que legitimaram tal processo. A crescente valorização de abordagens interdisciplinares que integram mídia, memória e política reforça a pertinência desta investigação, sobretudo em um contexto de polarização e disputas acirradas em torno dos sentidos da história recente. O estudo do *Le Monde Diplomatique Brasil*, ainda pouco explorado em sua dimensão como agente de produção de memória e resistência narrativa, oferece, portanto, um campo fértil para contribuições originais ao debate acadêmico.

Para encaminhar esta discussão sobre o golpe de 2016, a presente tese identifica que as representações de Dilma Vana Rousseff, 36ª presidente do Brasil – a primeira mulher a ocupar o cargo -, e do processo de *impeachment* de 2016 no *Le Monde Diplomatique Brasil* refletem um viés crítico que busca questionar as narrativas oficiais

⁹ Idem

e destacar os elementos de golpe de Estado, contribuindo para a formação de uma memória coletiva que contesta a legitimidade do processo.

O aludido acontecimento não apenas representou uma ruptura antidemocrática, mas também expôs fragilidades institucionais e sociais profundas, situação não assumida pelos atores que clamavam pela cassação, sem comprovação de crimes efetivamente cometidos pela mandatária. A contestação firmou-se na recusa de reconhecimento do resultado das eleições por Aécio Neves, oponente de Rousseff derrotado no pleito.

A mídia (impressa e televisiva) desempenhou um papel crucial, antes, durante e depois das eleições, ao moldar a narrativa pública e influenciar a percepção da população sobre os eventos que levaram à destituição de uma presidente eleita democraticamente e já no exercício de governança. Esse movimento de forças políticas antagônicas tinha em seu âmago as concepções neoliberais que dominavam o cenário internacional e, internamente, entre os seus opositores.

Le Monde Diplomatique Brasil, a partir de sua trajetória editorial e de seus marcos discursivos, construiu uma narrativa crítica e dissidente em relação à ordem hegemônica, interpretando o *impeachment* de Dilma Rousseff como um golpe parlamentar, midiático e jurídico. Essa narrativa não apenas denunciou a ruptura institucional como também articulou uma memória democrática em disputa com a emergência de uma nova direita autoritária, herdeira simbólica da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Ao fazer isso, o referido jornal ocupou um papel singular na cena midiática brasileira, oferecendo uma contra hegemonia discursiva que tensiona as narrativas dominantes. Esta é a hipótese principal defendida nesta tese, acompanhando os indícios presentes no referido periódico e em outras fontes consultadas.

A partir desta perspectiva, a narrativa do golpe contra Dilma Rousseff pode ser entendida como parte de um padrão mais amplo de desafios à democracia brasileira. Os interesses políticos e econômicos, frequentemente alinhados a setores da mídia, aproveitaram-se de um clima de polarização e crise econômica para minar as instituições democráticas. Esse contexto não apenas enfraqueceu a confiança popular, como também exacerbou divisões sociais e políticas no país.

No caso específico de Dilma Rousseff, a violência política e a misoginia desempenharam papéis decisivos, evidenciando a persistência de estruturas patriarcais na política brasileira. Como demonstra Celi Pinto¹⁰, a trajetória das mulheres no espaço público foi historicamente marcada por exclusões e resistências, sendo o acesso aos

¹⁰ PINTO, Celi Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

cargos de maior poder resultado de longas lutas feministas. Essa leitura dialoga com as reflexões de Joan Scott¹¹ sobre gênero como categoria útil de análise histórica, com os estudos de Joana Maria Pedro e Carla Bassanesi¹² sobre as disputas simbólicas e materiais que moldam as experiências das mulheres, e com as análises de Margareth Rago¹³ sobre a interseção entre opressão de gênero e autoritarismo político.¹⁴ Nesse sentido, compreender o ataque a uma presidenta eleita exige reconhecer não apenas as disputas político-partidárias, mas também o peso de uma cultura misógina que, como apontam essas autoras, resiste às conquistas democráticas e reproduz padrões de exclusão no exercício do poder. Esses fenômenos refletem não apenas desafios à igualdade de gênero, mas também à integridade democrática como um todo¹⁵.

Globalmente, a ascensão de forças políticas de centro-direita e extrema-direita em muitos países também influenciou o cenário político brasileiro, destacando a necessidade de resistência e salvaguarda da ordem constitucional em face desses desafios globais. Assim, a análise desses eventos complexos requer uma compreensão profunda das interações entre fatores políticos, econômicos, sociais e midiáticos, que moldam a democracia brasileira e suas perspectivas futuras.

Nesse sentido, a análise sobre os efeitos do neoliberalismo nas democracias se faz necessária para compreendermos o contexto político em que ocorreu o processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff. O neoliberalismo, cuja formulação remonta ao pós-guerra, ganhou expressão institucional com a criação da Sociedade Mont Pèlerin, em 1947, reunindo intelectuais como Friedrich Hayek e Milton Friedman¹⁶, e consolidou-se nas décadas de 1970 e 1980 como resposta à crise do Estado de bem-estar social, notadamente nos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan¹⁷. Trata-se de

¹¹ SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

¹² PEDRO, Joana Maria; BASSANESI, Carla. Apresentação. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 64, p. 13-19, 2012.

¹³ RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

¹⁴ A bibliografia que trata da história das mulheres brasileiras, trajetórias e lutas é diversificada e abrangente. Cito alguns títulos: (PINTO, Celi, 2003; PEDRO, J.M.; BASSANESI, Carla, (Orgs), 2012; DEL PRIORE (org.), 2013). Nesse sentido, a trajetória de Dilma Rousseff — marcada por resistência à ditadura, ocupação de espaços de poder historicamente masculinos e enfrentamento de discursos misóginos — insere-se em uma tradição de protagonismo feminino que dialoga diretamente com essas matrizes históricas do feminismo brasileiro.

¹⁵ Cabe realçar que, apesar desses desafios desvelados no referido golpe, o retorno de Lula à presidência em 2022 pode ser visto como um movimento em direção à restauração da esperança e do fortalecimento da democracia no Brasil. Sua eleição pode ser interpretada como um "acerto de contas" com os retrocessos democráticos anteriores, representando uma tentativa de reconstrução das instituições democráticas e da governança inclusiva.

¹⁶ MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (orgs.). *The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

¹⁷ HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

uma racionalidade política e econômica que, segundo Foucault¹⁸, redefine o papel do Estado, promovendo privatizações, desregulamentação e flexibilização de direitos trabalhistas. No Brasil, sua implementação intensificou-se a partir do governo de Fernando Collor de Mello, na década de 1990, e seguiu com os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Como observa Castells (1999; 2018¹⁹), tais reformas inserem-se em um processo mais amplo de mundialização e reorganização das economias em “sociedades em rede”.

Certamente a implementação dessas políticas nem sempre foi consensual entre setores das elites políticas e econômicas. Porém, antes dos episódios de junho de 2013, o governo de Dilma Rousseff teve a aprovação de 63% dos brasileiros, de acordo com a pesquisa da CNI (Confederação Nacional da Indústria) em parceria com o Ibope, divulgada em março daquele ano. Na pesquisa, a aprovação pessoal da presidente também variou dentro da margem de erro e chegou a 79%, dado superior ao igual período de Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso. Lula era aprovado por 58% e FHC por 70%.²⁰

As Jornadas de Junho de 2013 demonstraram uma insatisfação generalizada com o sistema político brasileiro, expondo críticas ao modelo de representatividade e às políticas econômicas implementadas até então. Esse movimento revelou uma convergência de demandas heterogêneas, incluindo a rejeição ao neoliberalismo e à corrupção sistêmica. A crise econômica de 2014 aprofundou esse cenário, agravada pelos desdobramentos da Operação Lava Jato, que não apenas expôs práticas corruptas enraizadas nas instituições públicas e privadas, mas também se consolidou como um fenômeno político central no Brasil contemporâneo. O lavajatismo, enquanto narrativa e prática político-jurídica, operou na interseção entre o combate à corrupção e a instrumentalização política da Justiça, impactando de forma decisiva a percepção pública sobre lideranças e partidos, em especial o Partido dos Trabalhadores.

A polarização e as controvérsias²¹ que marcaram essa conjuntura conduziram ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados em abril de 2016, com uma maioria significativa de votos a favor, conforme a

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

¹⁹ CASTELLS, Manuel. *Ruptura*: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

²⁰ Cf. CAMPANERUT, C. Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/Ibope. *UOL*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>>>.

²¹ O Golpe de 2016 não apenas reflete a complexidade política do período, mas também evidencia a necessidade de um estudo aprofundado sobre os impactos do neoliberalismo e do uso instrumental da corrupção na desestabilização das democracias contemporâneas.

agência Senado²². Em maio do mesmo ano, o Senado Federal também aprovou o afastamento da presidente, que foi substituída temporariamente pelo então vice-presidente Michel Temer. No entanto, o rito do *impeachment* gerou grande controvérsia e debates acalorados na sociedade brasileira. Houve questionamentos sobre a legalidade e legitimidade do processo, levantando a hipótese de que se tratava de um golpe político para destituir uma presidente eleita democraticamente.

Esse evento, aqui compreendido como um “golpe” de Estado, não deve ser reduzido a uma mera categoria semântica, mas tratado como um acontecimento histórico, no sentido dado pela historiografia: um fato situado no tempo e no espaço, dotado de múltiplas causas, dinâmicas e consequências. Enquanto tal, exige uma análise que vá além da definição conceitual, mobilizando um olhar crítico capaz de integrar a produção acadêmica existente a uma pesquisa documental própria. Isso implica examinar minuciosamente fontes diversas — relatos de atores envolvidos, documentos oficiais, discursos políticos, registros jornalísticos e análises de especialistas —, submetendo-as a um escrutínio que considere seus pressupostos teóricos, o contexto de produção e a intencionalidade dos discursos. Essa abordagem historiográfica permite diferenciar interpretações fundamentadas em evidências e argumentos consistentes de narrativas meramente opinativas ou partidárias, contribuindo para uma compreensão mais complexa e contextualizada do processo.

Por meio de uma análise crítica e integrada dessas diversas fontes, torna-se possível desvendar as motivações, interesses e narrativas em disputa, permitindo um entendimento mais amplo e complexo dos eventos históricos em questão. Independentemente das opiniões divergentes, o fato é que o *impeachment* de Dilma Rousseff marcou um momento histórico na política brasileira, deixando marcas profundas na sociedade e no sistema político do país. Encarado ou não como Golpe, pelos diversos protagonistas, o episódio de 2016, trouxe mudanças significativas no cenário político e econômico do Brasil, influenciando diretamente os anos subsequentes e moldando o contexto atual.

Assim, o balanço sobre o já produzido referente à deposição da Presidenta Dilma Rousseff também carrega as perspectivas polarizadas presentes naquela conjuntura. Alguns dos analistas reconhecem que o processo de afastamento da presidente eleita, cuja continuidade do projeto político e social havia sido referendada nas urnas no pleito de 2014, representou um amplo retrocesso político e social no Brasil. Na obra *Porque*

²² Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. *Agência Senado*. 28 dez. 2016. Disponível em: <<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>>.

Gritamos Golpe, Jinkings²³ afirma que o processo que culminou na retirada de Rousseff foi puramente político, baseado em interpretações elásticas da Constituição Federal de 1988 e em artimanhas jurídicas que legitimaram o complô entre Judiciário e Legislativo, de maioria corrupta e entreguista, apoiado pela mídia corporativa servil às elites financeiras do país, assuntos que serão tratado nos próximo capítulos.

O *impeachment* seguiu o rito democrático, mas foi, na essência, um processo golpista, como aponta Ivana Jinkings em obra citada anteriormente. Em 17 de abril de 2016, o Plenário da Câmara aprovou o afastamento de Dilma em uma sessão marcada por declarações controversas, incluindo homenagens ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, conhecido torturador do regime militar, evidenciando o caráter grotesco e antidemocrático do espetáculo político²⁴.

O cientista político Luís Felipe Miguel²⁵ argumenta que, mesmo com Dilma inocentada pelo Ministério Público, o Congresso justificou sua condenação por razões que não constavam na lei. Em suas palavras: “Se fosse crime, a maior parte dos governadores estaduais teria que ser impedida também”²⁶.

Em *Crise e Golpe*, Mascaro²⁷ parte da crise político-econômica atual e do golpe em curso para destrinchar a complexa relação entre Estado, direito e formação social. Em uma interpretação original, influenciada por Louis Althusser, o autor revela o caráter estrutural das crises e dos golpes, fundado em bases ideológicas e institucionais próprias do capitalismo. Para Mascaro, os primeiros sinais de instabilidade política surgiram em 2014, quando o país enfrentava uma grave crise econômica, e os escândalos de corrupção começaram a ganhar visibilidade.

Em *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*, Boaventura de Sousa Santos²⁸ oferece uma análise crucial sobre a crise da democracia e os impactos do discurso anticorrupção nas sociedades contemporâneas. O autor argumenta que a corrupção, muitas vezes utilizada como arma política, pode minar os princípios

²³ JINKINGS, Ivana. DORIA, Kim. CLETO, Murilo [org.]. *Por que Gritamos Golpe?* Para entender o Impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

²⁴ COUTINHO, Joana A. O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil. In: SANTOS, Lyndon de Araújo. BACCEGA, Marcus Vinicius de Abreu. MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio (org.). *O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil*. São Luís: Editora da UFMA, 2021.

²⁵ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor titular do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), vinculado ao CNPq.

²⁶ Idem, 2016.

²⁷ MASCARO, A. L. *Crise e Golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018. Mascaro é livre-docente em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Pela Boitempo, publicou *Crítica do fascismo* (2022), *Crise e golpe* (2018) e *Estado e forma política* (2013).

²⁸ SOUZA SANTOS, Boaventura de. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

democráticos quando instrumentalizada para deslegitimar adversários políticos, desviando o foco das causas estruturais e ampliando a desconfiança nas instituições. Nesse contexto, a Operação Lava Jato não apenas investigou crimes, mas também desempenhou um papel ativo na erosão das garantias democráticas e no enfraquecimento da soberania popular, especialmente ao se alinhar com interesses que promoveram a ruptura institucional de 2016.

Se as análises no campo das ciências sociais têm sido recorrentes, entre os historiadores essas avaliações foram feitas por intelectuais renomados, do Brasil e do exterior, no livro *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*, organizado por Hebe Mattos, Beatriz G. Mamegonian e Tânia Bessone que acompanharam, com um grupo de seus pares, o passo a passo dos acontecimentos. Os registros documentais ali contidos se constituem em material de referência para as pesquisas sobre aquele momento²⁹, considerando que aqueles sujeitos, homens e mulheres, foram unâimes em classificar o impeachment da Presidenta Dilma Roussef de um golpe jurídico-midiático.

Outros aspectos podem ser pensados sobre o campo midiático contemporâneo. Ao refletir sobre os pontos de junção entre história e jornalismo e suas interpretações, intuindo realizar uma aproximação entre as duas áreas do conhecimento, Maximiliano Vicente³⁰ aponta, por exemplo, os riscos de tal tarefa ao mesmo tempo em que a ressalta a importância de lidar com a comunicação social, especialmente o jornalismo, como instrumento de influência social. Esse desafio se coloca ainda mais em tempos midiaticizados, notadamente repletos de representações como a contemporaneidade, o que corrobora a ideia norteadora desta pesquisa.

Compartilhamos também da visão epistemológica de Peter Burke³¹, quando cita “o modelo de encontro” enquanto alternativa metodológica, cujo interesse por choques, conflitos e invasões culturais é questão essencial. É oportuno ao escopo desta pesquisa o pensamento do francês Henry Rousso, já citado, para quem a história pertence antes de tudo àqueles que a viveram, sendo um patrimônio comum a todos nós. Assim, a história do tempo presente é o lugar autorizado para se construir uma narrativa científica acerca do que vivemos, de como vivemos e, ainda, do que estamos consagrando como memória e, por contraste, do que estamos esquecendo.

²⁹ MATTOS, Hebe; MAMEGONIAN, Beatriz G.; BESSONE, Tânia (Orgs). *Historiadores pela democracia*. São Paulo: Alameda, 2016.

³⁰ VICENTE, Maximiliano Martin. *História e comunicação na ordem internacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009a.

³¹ BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

Ao elaborar um trabalho que utiliza a imprensa como fonte e objeto de pesquisa, assim como qualquer outra fonte, o historiador também deve adotar uma postura crítica em relação ao documento jornalístico. É importante reconhecer os limites, problemas e a historicidade da imprensa, considerando-o como um produto resultante de conflitos e interesses presentes na sociedade.

Inicialmente negligenciados como fontes e objetos de estudo histórico, os periódicos ganharam importância com a abordagem da "História Nova"³² proposta pela Escola dos Annales. Essa nova concepção ampliou a noção de fontes históricas, buscando abordagens mais diversificadas, incluindo questões culturais, cotidianas, mentais, étnicas, de gênero, minorias, vencedores e vencidos. Os periódicos passaram a ser vistos como parte dessa construção histórica, oferecendo diversos caminhos de pesquisa.

Ampliando este enfoque, Peter Burke³³ pontua que ter um amplo conhecimento sobre a fonte, o pesquisador consegue desenvolver suas pesquisas e estudos de maneira mais aprofundada, o que contribui para um diálogo mais profícuo entre a fonte, o objeto de pesquisa, as referências e o contexto histórico. Burke enfatiza a importância de adotar uma postura crítica ao utilizar documentos jornalísticos na pesquisa histórica. De acordo com o historiador, é essencial reconhecer os limites, problemas e a historicidade da imprensa, compreendendo-o como um produto influenciado por conflitos e interesses presentes na sociedade. O periódico é manipulado e produzido em meio a forças conflitantes, sujeito a interferências internas e externas, e está sujeito a leis e regras de conduta. Além disso, é criado por um grupo de pessoas para um público específico, em uma situação particular, em um local e época específicos, podendo estar conectado ou separado do movimento geral. Essas características tornam cada órgão de imprensa único, com suas próprias peculiaridades e características distintas. Portanto, é imprescindível que o historiador adote uma postura crítica em relação aos documentos jornalísticos, analisando-os em conjunto com outras fontes e com uma perspectiva contextualizada e crítica.

³² De acordo com Burke (2011b), a Nova História é uma reação às limitações do "paradigma tradicional" ou "história rankeana", que se concentrava essencialmente na política, e agora tem como objeto toda a atividade humana. Essa abordagem surgiu em um contexto de inovações e mudanças na forma como a história era escrita e estudada. A Nova História é caracterizada por uma perspectiva mais ampla e interdisciplinar, que busca compreender a história em seu contexto social, cultural e econômico. Em contraste com a história tradicional, que se concentra na narrativa dos acontecimentos, a Nova História está mais preocupada com as estruturas sociais, as mentalidades e as práticas culturais. Para Burke, é importante reconhecer as limitações e a historicidade do paradigma tradicional e adotar uma abordagem crítica e contextualizada para a pesquisa histórica.

³³ BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 2011b.

Ainda no âmbito das fontes mencionadas, as autoras Peixoto e Cruz indicam os caminhos para análise dos periódicos, conforme citação abaixo.

Neste primeiro momento (e ao longo da pesquisa), cada pesquisador, ao se confrontar com uma determinada publicação, deve desenvolver sua sensibilidade de leitura em relação à materialidade histórica assumida. Antes de tudo, é necessário organizar minimamente o trabalho e identificar o periódico, anotando seu título, subtítulo, datas de publicação, periodicidade e classificação de acesso na instituição ou acervo onde a pesquisa é realizada. Esse processo inicial de identificação pode fornecer inúmeras pistas sobre a proposta geral da publicação. Títulos e subtítulos funcionam como "manchetes", sendo os primeiros enunciados pelos quais uma publicação procura anunciar a natureza de sua intervenção e suas pretensões editoriais. No caso das publicações de maior circulação e estrutura, conhecidas como grande imprensa, os títulos não apenas indicam uma pretensão de autoridade e representatividade - em nome de quem ou de quais setores eles falam - mas também costumam indicar uma pretensão de abrangência. Portanto, na pesquisa de um único periódico ou de um conjunto de publicações de determinada época, o pesquisador obtém inúmeras pistas para sua reflexão sobre essas fontes ao observar os títulos e subtítulos, questionando os significados que eles anunciam³⁴.

Portanto, na pesquisa histórica, existem diversas técnicas de análise de jornais e periódicos que podem ser empregadas para obter informações. A análise de conteúdo, por um lado, consiste em examinar o material escrito nos jornais e periódicos, identificando temas, discursos, narrativas e representações presentes nos textos. Isso envolve a identificação de palavras-chave, categorias temáticas e a análise da linguagem utilizada. Por outro lado, tem-se a análise de contexto que é uma abordagem que abrange o contexto histórico, social, político e cultural em que os jornais e periódicos foram produzidos. Isso inclui considerar as condições de produção, as relações de poder, as influências ideológicas e as audiências-alvo.

Assim, nesta pesquisa, adotamos os procedimentos metodológicos e técnicas acima apontados, junto à análise de fontes múltiplas, uma abordagem que permite uma triangulação de informações, proporcionando uma compreensão mais completa dos eventos e processos históricos aqui examinados. Vale ressaltar ainda que imagens, ilustrações e fotografias devem ser analisadas como fontes históricas.

Enfim, na análise do corpus desta pesquisa — o periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*, imagens visuais, etc. — impõe-se arguir (além dos aspectos anteriormente levantados sobre os jornais), a interpretação das representações visuais e o entendimento

³⁴ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, v. 35, n. 2, 2009.

do seu papel na construção de significados que será contemplada e contextualizada criticamente.

Metodologicamente, pensar os recursos que possam viabilizar o fazer da história do tempo presente (HTP) envolve inquietações em torno da subjetividade, daquele que pesquisa e escreve, de um historiador que é testemunha. Diferente de outras vertentes historiográficas, a HTP coloca em questão o papel fundamental das escolhas do historiador e de sua condição política, uma vez que ao definir o problema de pesquisa, esbarra-se em implicações existenciais para o historiador, de uma forma mais latente do que nas pesquisas de outros períodos. Assim, o investigador do hodierno deve identificar possíveis falseamentos e ausências, elencá-los e hierarquizá-los na perspectiva da historicidade.

As reflexões da pesquisa estão ordenadas em três capítulos. O primeiro explora como esse veículo - o periódico *Le Monde Diplomatique Brasil* - organiza e difunde o conhecimento social sobre política e imprensa no Brasil, baseando-se em pesquisas acadêmicas que oferecem um embasamento teórico para analisar as representações presentes nas mídias, especialmente em um jornal específico. Uma avaliação editorial é conduzida para compreender o papel do jornal no contexto das disputas pelo poder ocorridas naquela conjuntura, apoiada na abordagem epistemológica da História do Tempo Presente.

No segundo capítulo, intitulado "Mídia e Política: Relações de Poder", a análise se concentra na interação entre linguagem, discurso e poder na esfera histórica. Explora-se como o discurso atua como campo de disputa pelo poder e a importância da análise do discurso para entender as práticas sociais. Destaca-se que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também uma forma de ação que molda a realidade. Argumenta-se que os textos não são simplesmente representações passivas da realidade, mas ferramentas ativas na sua construção. O capítulo enfatiza a importância da análise do discurso para compreender o contexto histórico, fornecendo uma visão ampla das relações de poder na mídia e na política. E na segunda parte deste capítulo, "Mídia e Representações: Opinião Pública e Poder Simbólico", a análise se concentra na relação entre mídia e representações sociais, especialmente no que se refere à formação da opinião pública e ao exercício do poder simbólico. São investigados os mecanismos pelos quais a mídia influencia a percepção pública, construindo narrativas, estereótipos e discursos que exercem poder sobre as ideias e valores da sociedade. O capítulo examina como a mídia utiliza seu poder simbólico para legitimar visões de mundo, influenciar atitudes e comportamentos, e definir agendas políticas.

Ainda serão expostas nesse capítulo dois itens que contemplam os passos do golpe, em especial as "Jornadas de Junho de 2013: o ovo da serpente e os dilemas da democracia". No tópico "Representações do *Le Monde Diplomatique Brasil*", o texto explora como o periódico representa e interpreta esses eventos, examinando os diferentes discursos, narrativas e análises apresentados naquele espaço. Além disso, o capítulo discute os dilemas da democracia brasileira revelados por essas manifestações, bem como as questões sociais, políticas e econômicas subjacentes aos protestos.

No capítulo três, "Democracia e o Golpe de 2016", discutiremos os sentidos apreendidos nas representações do *Le Monde Diplomatique Brasil* no período pesquisado, situando esses episódios na história política brasileira, com aportes teóricos interdisciplinares, especialmente o instrumental de Chantal Mouffe³⁵, cientista política belga alinhada a uma visão pós-marxista. Pertinente ao desenvolvimento crítico desta pesquisa de doutorado, a teoria de Mouffe enfatiza a contingência, a indeterminação e a centralidade das lutas discursivas na construção de identidades políticas. Essa perspectiva será fundamental para compreender como o *Le Monde Diplomatique Brasil* articula diferentes demandas e identidades em sua narrativa sobre o processo de golpe de Estado em 2016, do engendrar à consumação, e suas consequências para a democracia brasileira, como o fenômeno do bolsonarismo e o retorno de Lula (PT) ao poder em 2023 - uma história do tempo presente vista a partir das representações do periódico e sua discussão crítica.

Concluído esse percurso analítico, a tese sustenta que o *Le Monde Diplomatique Brasil* desempenhou um papel singular na cena midiática contemporânea ao oferecer uma narrativa contra-hegemônica dos eventos políticos mais relevantes da última década. Ao tensionar os significados atribuídos ao impeachment de Dilma Rousseff e às disputas simbólicas que se seguiram, o jornal construiu uma memória crítica da ruptura democrática de 2016, apontando para a permanência de estruturas autoritárias no imaginário político brasileiro.

Nas Considerações Finais, retomaremos alguns pontos sobre o lugar da imprensa alternativa na disputa por sentidos na história do tempo presente, ao examinarmos o golpe de 2016 sob a ótica de *Le Monde Diplomatique Brasil*. Sabemos que o periódico não foi o único grupo a fazer interpretações daquela ruptura dos preceitos democráticos, igualmente qualificada como golpe. Ou seja, naquele processo, um grupo de intelectuais que se organizou em torno do slogan "historiadores pela democracia", bem como as

³⁵ MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015a.

lideranças do Partido dos Trabalhadores, AGNEBIN, J. M. Teologia e Messianismo no pensamento de Walter Benjamin. Estudos avançados, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 191-206, 1999. e alguns blogues independentes, também refletiram sobre aquele momento, identificando que se tratava de um golpe de Estado jurídico-midiático.

Para sustentar essa análise com materialidade histórica, os Anexos indicam o papel relevante que essa documentação teve nos resultados dessa pesquisa, além das representações discursivas do *Le Monde Diplomatique Brasil*. Por isso, achamos necessário incluir fontes como as decisões e pareceres jurídicos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante o processo de *impeachment*. Esses documentos, ao explicitar fundamentos, interpretações e disputas no campo jurídico, permitem compreender de forma mais precisa a articulação entre instâncias judiciais, legislativas e midiáticas na conformação do resultado político. E, também, o link do discurso da Presidenta Dilma Rousseff no Congresso, na defesa de seu mandato e contra a cassação em curso.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA, IMPRENSA E O TEMPO PRESENTE

1.1.História do Tempo Presente: uma reflexão epistemológica

Temáticas que se inscrevem no tempo presente, como por exemplo a relativa ao nosso objeto, carregam as grandezas e mazelas de sua contemporaneidade. Tal situação de incerteza é inquietante para o pesquisador, mas também se constitui um desafio, considerando que a história se apresenta como um movimento dinâmico contínuo de mudanças, rupturas ou conservações de contextos sociais, econômicos, políticos e suas consequentes reações. Para compreender as repercussões das permanências e rupturas do passado em tempo presente é que se faz a História do Tempo Presente. O historiador Henry Rousso³⁶ explica que, como definição etimológica, a História do Tempo Presente, tem a fundação do *Institut d'histoire du temps présent (IHTP)*, em 1978, na França, pelo historiador Francis Bédarida. O Instituto francês se dedicava aos estudos da Segunda Guerra Mundial e o desdobramento de seus acontecimentos. A partir da década de 1980, tais estudos foram responsáveis por uma nova abordagem historiográfica: a do tempo presente, conforme Arend e Macedo.³⁷

François Dosse³⁸ retoma as experiências da historiografia antiga, de Túcides, ouvinte dos relatos da guerra do Pelaponeso que se propôs iniciar a operação historiográfica, privilegiando a oralidade e a testemunha ocular, com o objetivo de restituir o caráter único presente de sua narrativa. Ao contrário, os historiadores ao se profissionalizarem no século XIX romperam a ligação entre o passado e presente, priorizando a análise documental em restituição do passado, e a consequente desqualificação do presente. Já a partir de Marc Bloch houve a recuperação da ligação entre passado e presente. Durante o período da Segunda Guerra Mundial a Escola de Annales voltou-se ao estudo das permanências, direcionando a historiografia aos períodos da Idade Média e Moderna.³⁹

No ano de 1952, Paul Ricouer questionava a imobilidade da História, afirmando que havia, inevitavelmente equívocos na linguagem da História. Do mesmo modo, Pierre

³⁶ Rousso faz parte do *Institut d'histoire du temps présent (IHTP)*. Foi diretor do IHTP entre 1994 e 2005.

³⁷ AREND, S.M.F.; MACEDO, F. Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.1, n.1, p.201-216, 2009.

³⁸ DOSSE, François, História do tempo presente e historiografia. *Revista Tempo e Argumento*. 2012; 4 (1): p. 5-23.

³⁹ Idem.

Nora no ano de 1978 se dedicou a escrita da *Nova História* com direção de Le Goff. Entre memória e História, Nora elucida que enquanto a História sempre reconstrói incompletamente o que já não existe, a memória traduz a própria vida, representando sempre o presente em vínculo com o passado: “A história é a deslegitimação do passado vivido”⁴⁰.

Dosse⁴¹ explica que o *Institut d’histoire du temps présent - IHTP* promoveu notável mudança epistemológica reconhecendo a dimensão memorial como fonte historiográfica em busca pelas identidades, expondo as crises vivenciadas pelos conceitos das Ciências Sociais. Assim como as demais ciências humanas, a História, também, passou por períodos mais ou menos rígidos em metodologias que delimitassem seu campo de atuação. A partir do questionamento da rigidez de métodos e fontes da História é que foi possível pensar a História do Tempo Presente, pois foi rompida a concepção de que o objeto de investigação da História necessariamente deve estar longe do pesquisador, no passado.

A produção historiográfica que se ancora na tradição do século XIX considerava condição imprescindível, a objetividade, para as investigações do passado. Dessa forma, era necessária uma visão retrospectiva para que o pesquisador mantivesse distância com o presente e fizesse História científica. Em outras palavras, o historiador apenas poderia propor estudar fatos e sociedades que já não estivessem presentes:

Se se acreditava que a competência do historiador se devia ao fato de que somente ele podia interpretar os traços materiais do passado, seu trabalho não podia começar verdadeiramente senão quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados. Para que os traços pudessem ser interpretados, era necessário que tivessem sido arquivados. Os historiadores de profissão deveriam, portanto, rejeitar os estudos sobre o mundo contemporâneo, uma vez que nesse campo seria impossível garantir a objetividade de sua reflexão. A separação entre passado e presente proposta dessa forma radical e as competências eruditas exigidas para se trabalhar com os períodos recuados garantiram praticamente o monopólio do saber histórico aos especialistas.⁴²

Pautando-se pelo princípio da objetividade, a História do tempo presente não tinha legitimidade, pois o historiador deveria atuar por uma visão retrospectiva com desfechos já conhecidos, o que incorre na necessidade da distância temporal entre o historiador e

⁴⁰ NORA, Pierre. *Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux*. Paris: Gallimard, 1984, p. 10.

⁴¹ DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Revista Tempo e Argumento*. 2012; 4 (1): p. 5-23.

⁴² FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80–108, jan./mar. 2018, p. 82.

seu objeto de estudo. Marieta de Moraes Ferreira explica, ainda, que a virada na historiografia se deu a partir das reflexões de que o passado poderia ser reinterpretado a partir de pressupostos e fontes encontradas no presente. Essas reflexões, também, observaram como o passado era utilizado para interesses políticos, o que abriu campo para a inserção de novas fontes de pesquisa, novos atores na construção da história, rompendo com a visão determinista.

Somente a partir da década de 1980 que foram identificados estudos que enfatizavam a história regional e a história local. A partir das inovações na historiografia advindas da França no ano de 1929, com a diversificação de fontes para o estudo da história foi possível a inserção de novas abordagens para a reconstrução e interpretação dos fatos históricos. Entretanto, não se trata de uma outra História, pois a História do Tempo Presente é portada de teoria, métodos e procedimentos de pesquisa comuns ao campo de pesquisa histórica.⁴³

Tal redefinição de paradigma representou uma inovação e, também, uma ampliação na construção do conhecimento histórico, pois inseriu novos sujeitos e perspectivas para a investigação historiográfica. Rousso explica que na década de 1980, no contexto francês e, em certa medida, europeu, a História do Tempo Presente representou inovação na forma de pesquisar História. Entretanto, no século XIX quando foi feito o reconhecimento da História como profissão, esta foi vista como algo que poderia ser desenvolvido a partir de rigorosos métodos científicos, no cruzamento de textos bibliográficos e fontes documentais, a partir de traços tangíveis. Tal visão sobre a forma de fazer História gerou desconfiança diante da possível subjetividade da História do Tempo Presente pela proximidade do objeto estudado e historiador, tornando o estudo sensível.⁴⁴

Em *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*, Henry Rousso afirma que a singularidade da história do tempo presente reside em um contexto em que o passado não está concluído, ou seja, um passado próximo cujo sujeito da narração se faz expectador.⁽¹⁾

O historiador do tempo presente faz "como se" ele pudesse agarrar na sua marcha o tempo que passa, dar uma pausa na imagem para observar

⁴³ BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). *Questões para história do presente*. Bauru, SP: Edusc, 1999. p. 127–130.

⁴⁴ Possibilitando que novos personagens sejam evidenciados, o historiador que segue o caminho e métodos da História do Tempo Presente não deve “estar a serviço das vítimas”, mas sim “lhes dar ‘armas’ da compreensão” (Arend; Macedo, 2009, p. 211). A História é instrumentalizada e o historiador, apesar de participar do debate, deve atuar com consciência sobre tal fato, mantendo distância.

a passagem entre o presente e o passado, desacelerar o afastamento e o esquecimento que espreitam toda experiência humana.⁴⁵

Dessa forma, epistemologicamente, conforme o historiador francês, os regimes de historicidade vão além de debruçar-se sobre a historiografia e o avanço da produção dos historiadores, mas também postular que a maneira de ver o tempo, aqui o tempo presente, constitui um elemento essencial para compreensão de uma sociedade, em um momento específico. Rousso discorre sobre o campo de pesquisa em formação, apontando que há uma diferença entre a vivência de um momento histórico e uma produção da narrativa consciente sobre o evento. Dessa forma, a história do tempo presente é marcada pela tensão e oposição entre a história e a memória e entre o conhecimento e a experiência. “Como outras maneiras de fazer a história, essa parte da disciplina deve levar em conta temporalidades diferenciadas e uma dialética particular entre o passado e o presente”⁴⁶.

O historiador explica que trabalhar a história em perspectiva presente era tido como trabalho para as ciências políticas ou ao jornalismo, porém, historiadores franceses ao estudar o regime soviético na década de 1980, o fizeram por compreenderem que as análises da História não podem deixar de ser realizadas apenas porque o acontecimento não está no passado. Trabalha-se em perspectiva de uma história inacabada que pode ser modificada pelos acontecimentos subsequentes.

Acerca da legitimação da história do tempo presente, Rousso⁴⁷ comenta que, em um artigo publicado em 2006, o historiador Antoine Prost⁴⁸ a denunciou como um “pseudoconceito” fabricado por questões circunstanciais, evidenciando uma disputa interna no campo teórico. Surpreendido pelo tom e criticando um possível imperialismo epistemológico, Rousso lançou-se na jornada intelectual de compreender o termo “contemporâneo” concretamente na longa duração, incluindo as acepções de “história contemporânea” e os significados de “história do tempo presente” a partir de sua própria trajetória, concentrando uma análise do estudo da memória e da história dos grandes conflitos, as guerras mundiais do século XX, para situar a hipótese sobre a influência da história contemporânea a partir dos anos 1970. “O último terço do século XX é um momento sobre o qual me demoro, pois ele é objeto hoje de debates para saber se ele

⁴⁵ ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Tradução de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, p. 17.

⁴⁶ ROUSSO, op. cit., p. 16.

⁴⁷ Ibidem, p. 19.

⁴⁸ PROST, Antoine. L’histoire du temps présent : une histoire comme les autres. In: Bilan et perspective de l’histoire immédiate (Atos do Colóquio GRHI, Toulouse-Le-Mirail, 5-6 abril 2006). *Cahiers d’histoire immédiate*, n. 30-31, p. 21-28, out. 2006.

inaugura ou não uma mudança de “regime de historicidade”⁴⁹. Eis uma noção que estimula a história e sociologia da memória, em torno das representificações e usos do passado, bem como alarga o entendimento de que somente sociedades são históricas, incluindo a maneira de se pensar no tempo e no espaço também como história, uma questão que postula a hipótese de François Hartog de que estaríamos vivendo desde 1989 em um regime de historicidade “presentista”, termo decorrente de um regime de historicidade “futurista”, surgido em 1789, vinculado ao progresso, à revolução e ao crescimento.

Em entrevista à revista *Tempo* (UFF)⁵⁰, em 2018, Rousso trata das transformações nas pesquisas de história do tempo presente durante a última década, afirmando que a HTP se manteve como importante disciplina histórica, destacando-a como uma "história pública", isto é, uma forma de conhecimento entremeada à esfera pública, não somente ao campo universitário e acrescenta:

Isso se deve, sem dúvida, à importância política, cultural ou social de certas temáticas, ligadas ao estudo do passado recente: os fenômenos da transição democrática, a saída de conflitos e de ditaduras, as questões da memória, o lugar respectivo das identidades nacionais, locais, étnicas e religiosas, tanto os assuntos que dizem respeito diretamente à escrita da história, particularmente quanto aos usos do passado no presente, que é um dos componentes maiores da atual história do tempo presente.

Entre as mudanças nas pesquisas, Rousso destaca uma maior atenção dos historiadores à dimensão antropológica dos fenômenos, mais enquadrados anteriormente à leitura política e econômica. Ao ser questionado se uma história do tempo presente pode ser compreendida como um aspecto de uma perspectiva presentista, o historiador defende uma ideia inversa, salientando que a HTP tem por objetivo dar uma perspectiva de média ou de longa duração, insiste sobre o caráter mutante de nossa relação com o passado e, repetidamente, relativiza aquilo que parece novo aos contemporâneos.

Com o intuito de esclarecer o tempo presente, Hartog⁵¹ efetua um reconhecimento da pluralidade do tempo social, imbricado e muitas vezes desconstruído, sendo Fernand Braudel um entusiasta esclarecedor. “Formulado a partir de nossa contemporaneidade, a hipótese do regime de historicidade deveria permitir o desdobramento de um questionamento do historiador sobre nossas relações com o tempo”. A formulação

⁴⁹ Idem p, 21.

⁵⁰ Muller; Iegelski. Entrevista com Henry Rousso. *Tempo*, Niterói, v. 24, n. 2, p. 388-393, 2018.

⁵¹ Hartog, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 37.

representa uma ferramenta que pretende apreender todos os tempos, especialmente suas crises. Entre as noções de passado, presente e futuro, Hartog discute padrões histórico-temporais e as articulações dessas categorias. “Com o regime de historicidade, tocamos, dessa forma, em uma das condições de possibilidade da produção de histórias: de acordo com as relações respectivas do presente, do passado e do futuro, determinados tipos de histórias são possíveis e outros não”⁵².

Avançando sobre o pensamento do alemão Koselleck⁵³, Hartog analisa que, se a estrutura temporal dos tempos modernos é definida pela disparidade entre a experiência e a expectativa, a produção do tempo histórico se mostra suspensa, o que possibilita uma experiência do tempo presente eterno, imutável, que pretende produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico. “É esse momento e essa experiência contemporânea do tempo que designo presentismo”, conforme o autor⁵⁴.

Com um regime de temporalidade esgotado e questionado, o moderno deu lugar ao surgimento a um novo entendimento de história, especificamente a noção do tempo presente. Tratando-se da formação do conhecimento histórico, não se trata apenas de tomar o presente como objeto da interrogação historiográfica. O presente passa a ser visto como presente amplo, concepção em que passados que não passam, que são constantemente representados e funcionam como dispositivos de modulação de comportamentos e experiências. As sociedades ocidentais têm bem-acabadas as formas de tempo, de passado, presente e futuro, refletindo valores epistêmicos historicistas próprios. A exaltação da racionalidade vista mais especificamente nos séculos XVIII e XIX, na forma de se distinguir os tempos, de se organizar a experiência humana do tempo, evidenciam conceitos e neologismos que dão a ideia de um processo histórico em movimento, em direção evolutiva, o que caracterizou o futuro como progresso, promessa que se esvaziou com questionamentos contrários, como aqueles feitos pelos pensadores do idealismo alemão. Esse ceticismo foi aprofundado no século XX⁵⁵, cujo pensamento filosófico capta a frustração do progresso não confirmado, frente aos fracassos da era dos

⁵² HARTOG, op. cit., p. 39.

⁵³ Koselleck se debruça sobre os fundamentos das noções conceituais centrais na modernidade, como a ideia de progresso, propondo um tempo estratificado no lugar de um tempo linear, rompendo a alternativa entre sincronia e diacronia. In: KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.

⁵⁴ Ibidem, p. 40.

⁵⁵ “O século XX das rupturas induziu um pessimismo entranhado em relação à história e o advento de uma era chamada pós-moderna. Pode-se datar, com Jean-François Lyotard, a ruptura de faturamento definitivo do evolucionismo ocidental em 1943, momento da solução final, guinada radical para o horror. Depois disso será preciso pensar em após Dachau e Auschwitz”. In: DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Tradução de Maria Helena Rouanet. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 177.

extremos. As guerras mundiais e crises econômicas destoaram da crença e da expectativa evolutiva atrelada ao regime futurista. “A modernidade tecnológica, transformando-se em rolo compressor, máquina de morte em escala planetária, é afetada pela negatividade e passa a fazer parte da ideologia da desconfiança”, analisa Dosse⁵⁶.

Nesta análise, epistemologicamente, entendemos que não se trata de tomar o presente como objeto de interrogação histórica, mas como lugar marcado pela sobrevivência, dos traumas⁵⁷ do século XX, explicitados por Henry Rousso, em seu conceito de “um passado que não passa”⁵⁸. As interpretações da historiografia para os acontecimentos têm se moldado pela perspectiva do presente e norteado para várias direções. Esse fato decorre das inúmeras possibilidades de mobilizar vestígios e recursos que permitem olhar para o objeto de estudo a partir de diferentes ângulos incitando inúmeras reflexões, segundo Delacroix.⁵⁹

Na América Latina e no Brasil, a História do Tempo Presente ficou conhecida a partir da década de 1990, ganhando notoriedade a partir da Institucionalização da Comissão Nacional da Verdade no ano de 2011. A Comissão Nacional da Verdade foi criada para recuperar as violações aos Direitos Humanos cometidas em anos anteriores à Constituição de 1988 e a Lei de Acesso à Informações Públicas, também, de 2011, que, além de ampliar as possibilidades para os estudos de diversos temas da história nacional que não haviam sido explorados, permitiu que o acesso a fontes, não mais, se configurasse como um problema de pesquisa. Esses fatos foram importantes legitimadores da História do Tempo Presente, conforme Fioruci⁶⁰, para quem as produções historiográficas desta corrente historiográfica são escassas, tanto no Brasil quanto no mundo. No entanto, isso não significa que sejam de baixa qualidade. Segundo o autor, o desenvolvimento dessa área de estudo está baseado em retornos historiográficos, nos quais se valorizam o fato, a política e a narrativa.

A História do Tempo Presente (HTP) se reescreve constantemente e o papel do historiador deve ser compreendido entre pesquisador e sujeito histórico, pois está

⁵⁶ DOSSE, François. *A história à prova do tempo*: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 177.

⁵⁷ Ganha então no regime de historicidade presentista, contemporâneo, um projeto de história do tempo presente, heurísticamente renovador. No artigo *Polifonia do tempo*, Turin (2017) investiga, a partir da leitura de alguns romances de Bernardo Kucinski, Julián Fuks, Ricardo Lísias e Michel Laub, as características que compõem duas formas distintas de temporalidade na sociedade contemporânea, marcadas pelas dimensões do trauma e da aceleração.

⁵⁸ Em francês: “*Un passé qui ne passe pas*”. Cf. ROUSSO, Henry. L’histoire du temps présent, vingt ans après. *Bulletin de l’IHTP*, n. 75, p. 28, jun. 2000.

⁵⁹ DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39–79, jan./mar. 2018.

⁶⁰ FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da história do tempo presente. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 125, out. 2011.

intimamente ligado ao objeto de pesquisa, tendo por desafio lidar com questões que não estão finalizadas atentando-se para a abertura das possibilidades de diversos desfechos que se fazem presentes em sua pesquisa⁶¹.

A partir da década de 1990, no campo da HTP houve uma grande aceitação da metodologia da História Oral. Nos dias de hoje a história oral é um recurso — técnico e metodológico — utilizado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. Também conhecida por história viva é sempre uma história do tempo presente.⁶² Pode ser utilizada em diferentes áreas das ciências humanas apresentando estreita relação com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc.

[...] a memória não sendo um simples ato de recordar, revela os fundamentos da existência, fazendo com que experiência de vida integre-se ao presente, oferecendo-lhe significado e evitando, dessa forma, que a humanidade se perca no presente contínuo, caracterizado por não possuir raízes e lastros. Presente muitas vezes caracterizado pela ausência de conteúdo identitário ⁶³

Nesse sentido, o grande desafio do historiador que se dedica a análise do tempo presente é manter distância, mesmo estando diante da realidade a qual ele também faz parte. Cabe ressaltar que a História do Tempo Presente é uma reação ao presentismo, teoria formulada por François Hartog. O historiador afirma que o *presentismo* na história é a quebra na forma de conceber o tempo e os acontecimentos históricos, que para a pós-modernidade ocorre por meio da percepção do presente como dominante, rompendo com o distanciamento entre experiência e expectativa. Com tal definição, Hartog acusou a História do Tempo Presente de *presentismo*, pois os historiadores do Tempo Presente “[...] não veriam outra forma de compreender o passado senão a partir do presente”⁶⁴ Quanto a tal crítica, Rousso defende:

Mas não é nada disso. Ao contrário, nós somos uma forma de reação ao presentismo. O que afirmamos é que não somente a História deve ser levada em conta na análise do mundo. (...) Não sei se conseguimos, mas

⁶¹ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; Ferreira, Jorge. O tempo presente e o ofício do historiador. In: Delgado, Lucilia de Almeida Neves; Ferreira, Jorge (Org.). O tempo presente: atualidade e usos da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

⁶² MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

⁶³ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Rememorar o passado é talvez o modo mais radical de nos colocarmos no presente. Projeto História, São Paulo, n. 32, p. 51–74, 2006, p. 60.

⁶⁴ AREND; MACEDO. Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.1, n.1, p.201-216, 2009.

o objetivo é ser capaz de produzir a História do nosso próprio tempo, tentando obter uma reflexão que permita um recuo relativo.⁶⁵

A História do Tempo Presente carrega em sua fundamentação metodológica as teorias de Maurice Halbwachs e Paul Ricoeur. Halbwachs⁶⁶ afirma que a memória coletiva estabelece a continuidade entre o passado e o presente por meio de sua adaptação de fatos e tradições às necessidades contemporâneas, podendo ser complementar a memória histórica. Cabe, assim, a memória coletiva, qualificar e requalificar o passado para que esse permaneça vivo. Ricoeur⁶⁷ atenta que a memória, na sociedade contemporânea pode incorrer em abusos, os quais: a memória impedida, manipulada e o esquecimento. Em contraponto, a memória é a fonte para a versão histórica dos grupos que foram perseguidos e não visibilizados pelos documentos, fontes da história oficial.

Entre memória e história, Pierre Nora⁶⁸ elucida que enquanto a história sempre reconstrói incompletamente o que já não existe, a memória traduz a própria vida, representando sempre o presente em vínculo com o passado: “A história é a deslegitimação do passado vivido”. A tentativa de limitar o esquecimento, os lugares de memória procuram fixar na materialidade e nos eventos uma rede de objetos e significação. Neste sentido, a sociedade e os cidadãos envolvem os lugares transformados. Já que os lugares de memória temporalizam e especializam aquilo que a comunidade dá sentido. Deste modo, refazem de tempo em tempos a multiplicidade de eventos. Assim, estarão sempre nos lugares de memórias os sentidos “de vida e de morte”, de tempo e de eternidade, numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel”⁶⁹.

Dessa forma, a História do Tempo Presente pressupõe a renovação e ampliação das fontes utilizadas para a historiografia. O método e o olhar do historiador sobre o objeto de análise também pressupõem mudança, pois, como explica Rouso⁷⁰ é possível estudar um fato histórico, não somente pela perspectiva e contexto nacional, mas sim em um sentido amplo, sob a ótica social ou antropológica para compreender o fato estudado diante das múltiplas possibilidades de olhares.

⁶⁵ Idem, *ibid.*

⁶⁶ HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

⁶⁷ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

⁶⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7–28, dez. 1993, p. 10.

⁶⁹ NORA, op. cit., p. 22.

⁷⁰ ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Tradução de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

Diante de todo o exposto, tem-se nas reflexões de Dosse⁷¹ as particularidades da abordagem da História do Tempo Presente. O autor explica que a relação dialética entre a História e a Memória auxiliou para a construção de uma memória coletiva de uma História Social, mesmo que se deve atentar para evitar os abusos da memória. Outra dimensão que exige atenção quanto a História do Tempo Presente é a subjetividade que também se estende ao trabalho do historiador, o deslocando de sua posição de domínio sobre o objeto de estudo e tornando sua análise, de “fechada” à “inacabada”.

Por tais características, o Tempo Presente não é apenas visto como o tempo mais próximo, mas sim à presença de contemporaneidade em fatos que são do passado. Por essa perspectiva há o encurtamento da distância que separa o historiador do passado, pois pelo tempo presente é possível revisitar as incertezas e certezas contidas no passado: “Certamente o contrato de verdade continua fundamental para a disciplina histórica e constitui uma boa parte de sua identidade e de sua função social, mas essa intenção de veracidade não é tudo na escrita histórica”⁷².

A História, afirma Dosse, é o conhecimento que para a sua construção depende de mediações. A subjetividade do historiador ainda pode ser pensada considerando o caráter humano dos conhecimentos históricos. Se é necessário partir do presente para fazer perguntas ao passado, é preciso, contudo, desconfiar de qualquer projeção do presente sobre o passado, pois ela é necessariamente ilusória⁷³. A história é vista, então, como jogo de lacunas, permeadas por suas incertezas, tendo na visão contemporânea do historiador e sua subjetividade forjada a partir de seus aspectos identitários e subjetivos, seu ponto de visibilidade e reconstrução.

Após estabelecer os fundamentos epistemológicos que orientam esta pesquisa, o passo seguinte consiste em delinear as características e o perfil do periódico estudado, em consonância com o tema proposto, buscando compreender como as representações veiculadas por essa publicação midiática se manifestam nos processos políticos da vida democrática.

1.2 *Le Monde Diplomatique* Brasil: perfil

Afinal, qual era o perfil de *Le Monde Diplomatique*? O jornal surgiu em 1954 na França e hoje conta com uma tiragem de 2,4 milhões de exemplares, sendo publicado em 25 idiomas. É uma referência mundial para pessoas, movimentos e organizações que

⁷¹ Idem

⁷² Ibidem, p.12.

⁷³ Ibidem, p.13.

buscam transformações sociais e humanas e discutem alternativas ao *status quo*. A versão brasileira apareceu impressa, em 2007, por iniciativa do Instituto Polis e de uma série de apoiadores que viam no original francês uma publicação fundamental para estimular o pensamento crítico, a reflexão e o debate de temas prementes da sociedade.

O periódico *Le Monde Diplomatique Brasil* se apresenta como uma publicação independente, pluralista e apartidária, que se destaca por sua densidade analítica e autonomia editorial. Graficamente, o periódico apresenta um design moderno e sofisticado, com uma diagramação limpa e organizada, ilustrações e charges provocativas, que valorizam o conteúdo e a leitura. O periódico é publicado mensalmente e, nos dias atuais, também possui um site, onde são publicados artigos e análises diariamente.

Ideologicamente, *Le Monde Diplomatique Brasil* se posiciona como um veículo de esquerda, que defende a democracia, os direitos humanos, a justiça social e a sustentabilidade. Aborda temas como política internacional, economia, meio ambiente, cultura e sociedade, sempre com uma perspectiva crítica e analítica. Também é conhecido por suas análises profundas e suas reportagens investigativas, que buscam desvendar os bastidores do poder e as complexidades dos temas abordados. Para uma pequena camada da audiência de periódicos, o *Le Monde Diplomatique Brasil* é uma referência para leitores que buscam uma visão “crítica e pluralista” dos acontecimentos nacionais e internacionais.

Os periódicos se tornaram uma fonte material fundamental para a História e desempenharam um papel essencial na formação de opinião. O objetivo deste tópico é compreender e analisar *Le Monde Diplomatique Brasil*, durante o ano de 2016, recorte específico do tema desta pesquisa. Essa compreensão apoia-se no debate metodológico sobre o uso da Imprensa como documento de pesquisa com base em diferentes estudos que problematizaram fontes dessa natureza.

1.3 *Le Monde Diplomatique Brasil*: propósitos e trajetória

Situado o campo no qual se inscreve o nosso tema e a materialidade da fonte, o periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*, pode ser percebido por outras informações que marcam sua trajetória. Voltando à atenção para sua origem e perspectivas de seu percurso tem-se em 1954, o surgimento de *Le Monde Diplomatique*. Conhecido na França como *Diplô* foi fundado sob a liderança de Claude Julien, que atuou como diretor-chefe até 1990. O jornal estabeleceu sua linha editorial e doutrina jornalística, que deixariam uma

marca duradoura na história da imprensa, segundo Camila Fernandes Pinheiro⁷⁴. Claude Julien era reconhecido por sua exigência, precisão e ética, e ele recusava a aceitação da hegemonia geopolítica, os dogmas da economia global e a imposição de uma cultura nas massas.

O *Diplô* tinha como público principal os formadores de opinião, intelectuais, acadêmicos, pensadores sociais e jornalistas. Desde sua criação, seu objetivo era fornecer aos leitores análises aprofundadas. Ao longo do tempo, o jornal ganhou seguidores e adquiriu autonomia suficiente para se tornar, em 1975, uma empresa subsidiária do grupo Le Monde. No mesmo ano, passou por sua primeira reformulação visual. Cinco anos depois, a tiragem já alcançava a impressionante marca de 450 mil exemplares por dia⁷⁵.

O *Le Monde Diplomatique Brasil* se destaca no início do século XXI em meio a um mundo marcado por crises financeiras sucessivas, que têm suas raízes desde o final do século XX com o "Triunfo" do capitalismo financeiro. No entanto, apesar da proclamação do "fim da história" e da ausência de alternativas claras, as respostas a essas crises têm se fortalecido com vigor renovado. Dentre os editoriais de Ignacio Ramonet publicados no *Le Monde Diplomatique* francês, destaca-se *La pensee unique*; em 1995, ele apresentou uma crítica cristalizada sobre o "pensamento único", explica Juliana Sayuri Ogassawara⁷⁶ em sua pesquisa de mestrado, orientada pela historiadora Maria Aparecida de Aquino, da Universidade de São Paulo (USP).

No século XX, para Oliveira⁷⁷, caracterizado por duas Guerras Mundiais e a presença de regimes totalitários, houve transformações profundas nas esferas social, política e econômica. Essas mudanças foram impulsionadas em grande parte pelos efeitos da Revolução Industrial no século anterior. As aspirações econômicas e territoriais desempenharam um papel fundamental na formação dos Estados-nações e nas ações governamentais ao longo desse século.

Enquanto as transformações ocorriam, especialmente em conjunto com a urbanização e a expansão do comércio, houve mudanças significativas no cenário social. Contudo, o epicentro das tensões e disputas predominou na esfera político-econômica. Essas tensões e disputas se manifestaram em eventos como as Guerras Mundiais, a Guerra

⁷⁴ PINHEIRO, Camila Fernandes. *Le Monde Diplomatique Brasil: como o jornal francês invadiu as terras de Cabral*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – UniCEUB, Brasília, 2008.

⁷⁵ PINHEIRO, op. cit., p. 39.

⁷⁶ OGASSAWARA, Juliana Sayuri. *Le Monde Diplomatique Brasil: por uma história possível*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 22–23.

⁷⁷ OLIVEIRA, Jullian Pereira Lopes de. *Temporalidades e contexto: tentativa de esgotamento de uma capa de Le Monde Diplomatique Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

Fria e outros acontecimentos ao longo do século. Essa complexa dinâmica influenciou profundamente a estrutura dos sistemas de governo e os regimes políticos, um legado que persiste na contemporaneidade.⁷⁸

Para Ogassawara, autora já citada anteriormente, o "pensamento único" refere-se à doutrina neoliberal contemporânea do capital internacional. Embora essa doutrina não tenha sido definida explicitamente desde a década de 1940, ela teve suas bases estabelecidas nos acordos de Bretton-Woods em 1944 e no Plano Marshall de 1947. Com o colapso ideológico do Muro de Berlim e da União Soviética no final do século XX, surgiu a construção de uma nova ordem global fundamentada no capitalismo, aproveitando os avanços tecnológicos notáveis e a disseminação fabulosa da informação, o que intensificou as premissas do pensamento neoliberal.

Na América Latina, durante a aparente nova fase do capitalismo marcada pela crescente influência neoliberal, surgiram esforços para buscar alternativas aos modelos neoliberais e imperialistas. Iniciativas de debate, como o Foro de São Paulo a partir da década de 1990 e o Fórum Social Mundial em 2001, destacaram-se nesse contexto. Esses movimentos ganharam força após a crise dos anos 1980, conhecida como "a década perdida", na América Latina. Eles contribuíram para o crescimento de governos progressistas na região, como contraponto às políticas neoliberais lideradas por figuras como Carlos Menem na Argentina e Fernando Henrique Cardoso no Brasil⁷⁹.

Foi nesse cenário que o *Le Monde Diplomatique Brasil* teve seu início. Sua versão brasileira enfrentou diversos desafios antes de se estabelecer no país. A primeira aparição do jornal aconteceu no semanário *Movimento*, uma publicação alternativa durante a ditadura militar, que a partir de novembro de 1976 começou a traduzir reportagens do jornal francês. No entanto, o periódico *Movimento*, assim como outros jornais de oposição ao regime, sofria com censuras, o que afetava a regularidade da inclusão do *Le Monde Diplomatique*⁸⁰. Para Oliveira, embora o *Movimento* tenha sido o veículo inicial para o *Le Monde Diplomatique no Brasil*, ele também continha traduções de matérias de outras publicações estrangeiras, como *The Guardian* e *Le Monde*. Nessa época, o *Diplô* era um suplemento do jornal francês *Le Monde*, carecendo do reconhecimento deste último e da autonomia para estabelecer uma versão brasileira com grandes aspirações.

Não obstante, Juliana Ogassawara, citada anteriormente, entende que o pensamento de Ramonet aborda como as instituições econômicas, como o Banco Mundial

⁷⁸ OLIVEIRA, op. cit., p. 21-22.

⁷⁹ OLIVEIRA, op. cit., p. 23.

⁸⁰ Idem

e o Fundo Monetário Internacional (FMI), combinadas com as principais fontes de informação, como *The Wall Street Journal*, *Financial Times* e *The Economist*, moldam e impõem de maneira imperialista o que ele chama de "pensamento único". Isso cria uma hegemonia de ideias que domina o cenário global.

Nesse contexto, Ramonet⁸¹ identifica vários colaboradores do ideário neoliberal. Isso inclui o mercado financeiro, os princípios de concorrência e competitividade, a liberalização dos mercados, a desregulamentação, a divisão internacional do trabalho, a globalização e a diminuição da influência dos Estados. O princípio central do pensamento único é que a economia se sobrepõe à política, resultando em uma primazia das considerações econômicas sobre as decisões políticas⁸². No editorial "*Désarmer les marchés*" publicado em dezembro de 1997, Ramonet responde à atmosfera confusa da crise financeira e acende uma das primeiras chamas para um novo movimento internacional contra o domínio do mercado, representado pelo Banco Mundial, FMI e Organização Mundial do Comércio (OMC). Esse editorial simboliza o início de um movimento de resistência contra a tirania percebida do mercado financeiro e suas instituições associadas.

Todas essas percepções podem ser compreendidas como parte de um processo para o estabelecimento do *Le Monde*, as narrativas observadas por seus editoriais estavam em evidência e procuravam pensar a estrutura em que o mundo se encontrava naquele momento. A convergência entre a interação social e as novas tecnologias de informação é destacada pelo exemplo marcante de Seattle, onde se inicia uma revolução sociocultural cibernética. Esse impulso encontra sua ignição no primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre (RS), em 2001. Para Ogassawara, este fórum foi concebido como um contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que acontece em Davos, Suíça, e é considerado um símbolo do capitalismo financeiro por reunir as principais figuras da economia global.

O encontro em Porto Alegre reuniu cerca de 20 mil participantes, incluindo ativistas políticos, artistas, estudantes, intelectuais e líderes de movimentos sociais. O Fórum Social Mundial expande a trajetória iniciada em Seattle, ao apresentar propostas alternativas e buscar soluções concretas para construir "um outro mundo possível", explorando a globalização como uma nova oportunidade. Esse movimento vai além da

⁸¹ RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Tradução de Esther Navarro. Petrópolis: Vozes, 1999.

⁸² OGASSAWARA, Juliana Sayuri. *Le Monde Diplomatique Brasil: por uma história possível*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.25.

crítica e se concentra na criação de alternativas viáveis dentro do contexto da globalização⁸³.

Avançando no tempo, conforme Jullian Oliveira⁸⁴, o *Le Monde Diplomatique Brasil* surgiu em 2007 em um contexto otimista para o país. Naquele ano, o Brasil estava no centro das atenções internacionais devido à visita do Papa Bento XVI, a escolha do Cristo Redentor como uma das novas sete maravilhas do mundo, a realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro e a confirmação de que o Brasil seria a sede da Copa do Mundo de 2014.

Esse otimismo refletia o crescimento econômico do primeiro mandato do governo Lula e criava um ambiente propício para a entrada de novos atores políticos. Assim, nasceu a versão brasileira do *Le Monde Diplomatique*, conhecida como *Diplô Brasil*. Apesar desse clima positivo, o jornalismo nacional e internacional ainda não refletia plenamente esse otimismo em 2007, o que começou a mudar no ano seguinte, após o país enfrentar bem a crise global de 2008⁸⁵.

O *Diplô Brasil* tinha a proposta de oferecer "um novo olhar sobre o mundo, um novo olhar sobre o Brasil". O jornal visava produzir análises e debates sobre questões econômicas, sociais, políticas, culturais e filosóficas, tanto em âmbito nacional quanto internacional. A iniciativa foi liderada pelo Instituto Pólis, uma ONG focada em políticas públicas e desenvolvimento local, que cuidava da edição impressa, e pelo Instituto Paulo Freire, que se dedicava à versão online. Outras instituições e apoiadores do *Le Monde Diplomatique* francês também se uniram ao esforço. Curiosamente, essa abordagem de "novo olhar" também resgatava elementos do "modelo francês" de jornalismo, que predominou no Brasil até a década de 1950. O *Diplô Brasil* procurava oferecer uma perspectiva distinta e analítica sobre os eventos e questões em foco, à semelhança do que se fazia no jornalismo francês no passado⁸⁶. As estruturas das edições do periódico eram divididas da seguinte forma:

A edição impressa possui 40 páginas. De acordo com o que explica Antônio Martins, 60% dos textos publicados são traduções do conteúdo vindo do *Le Monde Diplomatique* e 40% são produções brasileiras. Em referência aos

⁸³ OGASSAWARA, op. cit., p. 30.

⁸⁴ OLIVEIRA, Jullian Pereira Lopes de. *Temporalidades e contexto: tentativa de esgotamento de uma capa de Le Monde Diplomatique Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021

⁸⁵ OLIVEIRA, Jullian Pereira Lopes de. *Temporalidades e contexto: tentativa de esgotamento de uma capa de Le Monde Diplomatique Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021, p. 27.

⁸⁶ OLIVEIRA, Jullian Pereira Lopes de. *Temporalidades e contexto: tentativa de esgotamento de uma capa de Le Monde Diplomatique Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021, p. 28.

textos produzidos no Brasil, a maioria é de colaboradores brasileiros, estes, quase nunca jornalistas. Para alguns especialistas, cientistas políticos, ou dependendo do tema que for tratado, os textos são encomendados. Outros profissionais se oferecem e encaminham artigos acadêmicos para o Conselho do grupo no Brasil⁸⁷

Dessa forma, segundo Camila Fernandes Pinheiro, o *Le Monde Diplomatique Brasil* recebe uma diversidade de textos de diversas origens, que passam por um processo editorial no jornal. Como muitos colaboradores são acadêmicos, os textos tendem a ter um caráter mais científico, mas passam por edições desde os títulos até o conteúdo, buscando manter um padrão e uma forma mais direta e jornalística. A equipe editorial procura evitar uniformidade nos textos para preservar a variedade de estilos e sabores de leitura.

Os temas centrais abordados incluem política nacional e internacional, relações internacionais, economia, desenvolvimento, sociedade, direitos humanos, políticas públicas, cultura e sustentabilidade. O jornal busca uma abordagem aprofundada e frequentemente adota um olhar sociológico sobre esses tópicos. Na segunda página do jornal, encontra-se o editorial, escrito pelo editor-chefe, Silvio Caccia Bava. Além de fornecer um panorama do conteúdo das páginas seguintes, o editorial apresenta uma crítica contundente ao tema da matéria de capa. Uma característica marcante em todas as 15 edições é a entrevista exclusiva, geralmente com chefes de governo ou líderes políticos. Destacam-se aqueles que possuem o poder de transformação nas sociedades contemporâneas⁸⁸. Para a autora, ainda é possível pensar na construção do jornal enquanto um meio alternativo para a notícia. Enquanto os jornalistas da grande mídia aderem aos “valores-notícia” propostos pela teoria dos critérios de noticiabilidade, o *Le Monde Diplomatique Brasil* busca oferecer uma publicação com uma ampla gama de abordagens, mais crítica e, portanto, mais credível. Ao se autodenominar uma mídia alternativa, o jornal se distingue dos principais mercados que dominam as sociedades, apresentando uma visão mais crítica e independente do mundo e do Brasil.

Dessa forma, segundo a autora, nos anos 1980 e 1990, a maioria da imprensa foi caracterizada por uma “impotência social”. Ignácio Ramonet, editor do *Le Monde Diplomatique*, introduziu o termo “pensamento único” no artigo “O Pensamento Único e os Novos Senhores do Mundo”. Isso se referia à ideia de grandes conglomerados de mídia que buscavam apenas lucrar e vender cada vez mais, levando à uniformidade de

⁸⁷ PINHEIRO, Camila Fernandes. *Le Monde Diplomatique Brasil: como o Jornal francês invadiu as terras de Cabral*, TCC, UniCEUB, 2008, p. 41.

⁸⁸ PINHEIRO, op.cit., p. 32.

perspectivas. Atualmente, o jornalismo ainda reflete a sociedade, influenciado pelo capitalismo e oligopólios, o que muitas vezes resulta na transformação da notícia em um espetáculo instantâneo com pouco grau de relevância. Em contrapartida, o *Le Monde Diplomatique Brasil* procura oferecer uma abordagem mais crítica e diversificada, que foge do padrão sensacionalista e superficial da mídia convencional.

Segundo Ogassawara, ainda que sutis, fracos e por vezes covardes, novos atores emergem no palco, driblando as rígidas e premeditadas regras do tabuleiro. Esses atores recriam o cenário cotidiano que os circunda. Nos espaços ocultos dentro do Império, surgem alternativas reais e potenciais de libertação que entram no domínio imperial e desafiam suas complexas dinâmicas. Neste contexto, os "peões" não representam mais o proletariado clássico das utopias marxistas, mas uma variedade de atores que, no seio de uma sociedade disciplinada, buscam atingir patamares mais altos e promovem pequenas e tangíveis subversões do dia a dia. Aparentemente inofensivas perante as estruturas de poder, essas ações podem revelar-se surpreendentemente poderosas⁸⁹.

As estruturas e forças de poder que dominam acabam prevalecendo nas ideias, e ter outra movimentação que realize uma disputa no que diz respeito ao poder da narrativa, é fundamental para o estabelecimento das relações políticas e sociais das sociedades. A inovação contemporânea não se relaciona mais exclusivamente com as formas acadêmicas, populares, marginais, imaginárias ou políticas da cultura. Ela está vinculada à operacionalidade e virtuosidade das práticas cotidianas em constante dinâmica. No anonimato da multidão, redes informais disseminam ideias e fluxos de informação que conseguem revigorar as práticas de maneira silenciosa, atuando na ampla esfera de poder.

Conforme Michel de Certeau⁹⁰, a capacidade de subversão ocorre por meio de estratégias, que envolvem o cálculo das relações de força ao discernir o campo no qual essas forças estão em disputa, e por meio de táticas, que são resistências contra as operações do poder no espaço social. Essas táticas se manifestam através de movimentos oportunos e dinâmicos⁹¹. Nesse contexto, segundo Ogassawara, a multidão deixa de ser apenas uma ruptura e passa a ser um movimento. Esse movimento, seja ele abrupto ou gradual, questiona os privilégios concedidos por uma sociedade e sua concepção dominante da cultura. Surgem novas inventividades, que são admiráveis não por suas ambições grandiosas, mas pela sua simplicidade despretensiosa.

⁸⁹ OGASSAWARA, Juliana Sayuri. *Le Monde Diplomatique Brasil: por uma história possível*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p. 34.

⁹⁰ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

⁹¹ OGASSAWARA, op. cit, p. 35.

No espaço entre o possível, que tem a capacidade de se tornar real, e a esperança, que permanece improvável, as inventividades do cotidiano avançam sem um ritmo uniforme, se conectando e desaparecendo, oscilando entre momentos de força e fraqueza. Além disso, é importante considerar que as novas inovações técnicas e tecnológicas formam um novo ponto de articulação. Enquanto a globalização apresenta disparidades e contradições, ela também marca um momento inédito no qual, impulsionado pelos avanços rápidos das tecnologias da informação, um novo mundo está se formando. As sociedades contemporâneas, especialmente as tecnológicas, estão passando por transformações decisivas, rápidas e sem precedentes. Essas mudanças estão erodindo visões de mundo, teorias e conceitos, resultando em rupturas, transições e transformações tanto na política, economia quanto na cultura. A contemporaneidade é caracterizada por um fluxo constante de mudanças, que podem ser tanto consolidações quanto cristalizações, sempre relativas e efêmeras, sem nunca atingir um estado final e definitivo⁹².

Segundo Pinheiro esclarece em obra citada, o fim iminente da imprensa escrita, como anunciado por especialistas da grande mídia, pode não ser tão certo quanto se pensava. A percepção de que a palavra escrita está à beira da extinção mundial não é resultado de uma análise objetiva dos dados, mas sim da generalização da situação dos Estados Unidos e, em menor medida, de alguns países europeus. O *Le Monde Diplomatique Brasil*, por meio de exemplos de jornalismo aprofundado, que se concentra em oferecer conhecimento em vez de apenas notícias urgentes, destaca a noção de uma mídia saturada caracterizada pelo sensacionalismo e pelo desejo de informar a todo momento e a qualquer custo.

No caso da cibercultura, representa a mais recente manifestação da civilização mediática, caracterizada por uma nova matriz cultural que oferece espaços e oportunidades para a politização. Segundo Ogassawara, é importante ressaltar que uma nova economia emerge no final do século XX. Essa economia global se estabelece ao articular a produção, a circulação e o consumo de maneira global, além de ser informacional ao considerar a informação como um componente crucial para a produtividade e a competitividade. Essa economia se desenvolve em uma estrutura em rede, onde as interações dentro da rede desempenham um papel fundamental nas transações econômicas. Nessa nova realidade, a informação passa a ser considerada um

⁹² OGASSAWARA, op. cit., p. 38-39.

produto essencial do processo produtivo, sendo intrinsecamente integrada à lógica da globalização⁹³.

Ao abordar temas ausentes na mídia convencional e empregar uma abordagem singular para cada um deles, o *Le Monde Diplomatique Brasil* demonstra um compromisso com a entrega de conteúdo de qualidade aos leitores. Através de fundamentos e juízos de valor explícitos, o jornal procura capacitar os leitores a tirar conclusões próprias e obter uma compreensão mais profunda do mundo em que vivem⁹⁴.

A postura crítica e independente do periódico, uma característica herdada do seu precursor, o *Le Monde*, destaca-se, assim como a ausência de objetivos lucrativos, garantindo a preservação da identidade editorial do *Le Monde Diplomatique Brasil*. Essa abordagem também demonstra um compromisso social com os cidadãos, fazendo com que a relação entre o leitor e a publicação se torne uma força vital para o sucesso e a expansão do jornal. Entretanto, qual leitura este veículo fez do Golpe de 2016? A esta pergunta, efetuaremos uma análise polifônica⁹⁵ de edições que circularam antes e depois deste episódio marcante da política brasileira.

1.3.1 Palavra e Poder

Antes de recuperar tal percepção do periódico sobre 2016, convém explanar sobre a relação entre palavra e poder nesse contexto histórico. Essa reflexão dará suporte teórico e permitirá que avancemos na compreensão sobre as relações de poder e sua face negativa e misógina que se expressa na imprensa, no trato com a mulher Dilma Rousseff, então Presidenta da República.

No artigo *A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira*, publicado pela *Revista Cult*, a filósofa Marcia Tiburi propõe que analisemos o machismo como um jogo de linguagem para que possamos avaliar a função central da misoginia em suas operações. A autora, doutora em Filosofia pela UFRGS, analisa que a misoginia é o discurso de ódio dirigido às mulheres, enraizado na história do patriarcado e no sistema de dominação e privilégios masculinos, que se pode denominar de machismo estrutural.

⁹³ OGASSAWARA, op.cit., p. 35.

⁹⁴ PINHEIRO, Camila Fernandes. *Le Monde Diplomatique Brasil: como o Jornal francês invadiu as terras de Cabral*, TCC, UniCEUB, 2008, p. 44.

⁹⁵ Análise polifônica é uma abordagem que busca compreender a complexidade da linguagem e das relações sociais através da análise de múltiplas vozes presentes em um texto ou discurso. Essa abordagem considera que a linguagem é um campo de disputa de sentidos, e que diferentes vozes e perspectivas podem coexistir em um mesmo texto ou discurso.

O Golpe de 2016 contra Dilma Rousseff evidencia que o poder violento do patriarcado não se limita às mulheres, mas também ameaça à democracia como um todo.

O que aconteceu com Dilma Rousseff nos faz saber que o poder violento do patriarcado não se volta apenas contra as mulheres, mas contra a democracia como um todo, sobretudo na sua versão cada vez mais radical intimamente relacionada com as propostas do feminismo como luta por direitos ao longo do tempo. O que aconteceu com Dilma Rousseff nos ensina a compreender o funcionamento de uma verdadeira máquina misógina, máquina do poder patriarcal, ora opressor, ora sedutor, a máquina composta por todas as instituições, do Estado à família, da Igreja à escola, máquina cuja função é impedir que as mulheres cheguem ao poder e nele permaneçam⁹⁶

Discutir a relação entre mídia e política (e sua interface cultural), pressupõe alguns esclarecimentos teóricos sobre o papel do discurso, que pode ser pensado nesse tipo de narrativa como um o campo de batalha em que se luta pelo poder. O assunto foi pensado sob diferentes espectros teóricos e paradigmas, como veremos subsequentemente, tanto entre teóricos quanto em reflexões historiográficas ou de especialistas de diferentes campos do conhecimento das humanidades.

Nesse sentido, a análise do discurso desempenha um papel fundamental no método histórico, permitindo uma compreensão mais profunda das práticas sociais e das representações construídas através da linguagem. Conforme afirmado por Norman Fairclough⁹⁷, a linguagem não é apenas um sistema de comunicação, mas também uma forma de ação que influencia e molda a realidade em que vivemos. Os textos, por sua vez, não são apenas representações passivas da realidade, mas também instrumentos de construção dessa mesma realidade. É uma ferramenta crucial para desvendar os discursos e as práticas sociais presentes nos textos analisados, contribuindo para uma compreensão mais ampla e aprofundada do contexto histórico em questão.

Norman Fairclough⁹⁸ é considerado pioneiro na Análise Crítica do Discurso (ADC). Em sua obra propõe uma abordagem que relaciona a sociolinguística às mudanças sociais e culturais, expondo a relação entre as alterações no discurso e as alterações sociais e culturais da sociedade. Seu objetivo nessa obra é desenvolver uma abordagem linguística que explique essa relação, sobretudo no âmbito do discurso midiático.

⁹⁶ TIBURI, Marcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira [online]. *Revista Cult*, São Paulo, 26 abr. 2016. Disponível em: <<<https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/>>>. Acesso em: 23 set. 2023.

⁹⁷ FAIRCLOUGH, Norman. *A linguagem e o poder*. São Paulo: Contexto, 2001.

⁹⁸ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

Para Fairclough a análise do discurso se divide em duas categorias: críticas e não críticas. As abordagens não-críticas são as análises do discurso desenvolvidas por sociólogos, a abordagem etnometodológica da análise da conversação e os pressupostos para a descrição do discurso escolar. As abordagens críticas incluem a linguística crítica e a análise do discurso baseada na ideologia. Para o autor, as abordagens diferem-se na forma de demonstrarem como o discurso é moldado pelas ideologias e relações de poder, e na forma de demonstrarem o efeito do discurso nas identidades sociais, sistema de reconhecimento e crenças, que por mais que não pareçam ser participantes do discurso, são amplamente afetados por ele. Para o autor, os meios de comunicação em massa utilizam o discurso para influenciar os limites entre a esfera pública e privada da vida social:

Isso envolve não apenas questões ligadas ao conteúdo do discurso da mídia, tal como o tratamento de aspectos da vida privada como notícia (pública), mas também se manifesta intertextualmente em uma mescla de práticas discursivas da esfera privada com aquelas da esfera pública, resultando no uso por alguns setores da mídia de uma versão estereotipada da fala popular. Uma outra questão é a pressão nas indústrias de serviços para tratar os serviços como bens e os clientes como consumidores, que se evidencia na mescla das práticas discursivas de prestação de informações e de publicidade⁹⁹

A análise crítica de discurso sustenta que frequentemente as mudanças sociais são motivadas pelas mudanças no discurso. Do surgimento de novos paradigmas linguísticos, pode-se desafiar as normas e valores estabelecidos, possibilitando amplas transformações na sociedade. Para elucidar esse conceito, consideramos o exemplo do movimento feminista. A pesquisadora entende que os sentidos do discurso são entendidos a partir do modo que as posições dos sujeitos e seus lugares sociais são representados.

Dessa forma, os discursos são práticas que formam sistematicamente o assunto e o mundo das pessoas. Isso significa que as maneiras que se fala e pensa em uma determinada sociedade não são neutras; elas refletem, mas também ajudam a moldar, como ideologias. Logo, por meio da análise crítica, pode-se compreender as ideias e relações de poder que a ideologia sustenta ou contesta. O autor entende, que ao jogar luz às ideologias e ao questionar o *status quo*, a Análise Crítica do Discurso pode contribuir para a mudança social. Ao revelar as construções ideológicas no discurso, as pessoas podem se tornar mais conscientes das relações de poder no jogo e, assim, podem ser capacitadas para desafiar e mudar essas relações.

⁹⁹ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB, 2001, p. 30.

Na obra de Fairclough¹⁰⁰ de 2001, fica compreendido que o discurso é conduzido pela ideologia. Essa realidade é evidenciada no ambiente midiático na seleção de notícias, na linguagem imposta e nos conteúdos que são omitidos ou enfatizados. Essa ideia é convergente com a ideia de Maria Lúcia Moritz e Mayara Bacelar Rita¹⁰¹ acerca do papel da mídia no *Impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. Para as autoras, neste golpe político houve amplo papel da mídia como construtora de um discurso e desfavorecimento de outro. Além disso, as autoras problematizam o fato de Dilma ser mulher, grupo social pouco representado em cargos políticos, parlamentares e executivos, e detentor de pouco poder social.

Na relação contínua entre mídia e política abordada por Bourdieu, os campos de política e mídia possuem regras e agentes distintos, porém a relação reside no fato de que os acontecimentos que ocorrem em um campo impactam o outro, logo, há uma permanente interação entre os campos.¹⁰² Em ambos os campos, a mulher se encontra em desvantagem de participação e representatividade, ainda que tenha havido alguns avanços nas últimas décadas. No caso do processo de *impeachment*, que culminou no Golpe de 2016, ficou evidenciado para Moritz e Rita o papel da mídia em naturalizar a visão de incompetência de Dilma e justificar o golpe:

Além da construção negativa da figura pública de Dilma, a cobertura jornalística produzida pela Folha de S. Paulo e O Globo apresenta traços de sexismo quando, de forma recorrente, há um silenciamento da sua voz nas matérias publicadas nas semanas que antecederam seu afastamento (definitivo) da Presidência da República. Entendemos que tal narrativa, associada à opção maciça em ouvir e dar voz a fontes masculinas, reforça a ideia socialmente aceita de que a arena política é um terreno de atuação dos homens por excelência e que as mulheres seriam inadequadas para atuar na esfera pública¹⁰³.

Essas decisões discursivas tomadas pelos grandes veículos de mídia possuem poder de "naturalizar" certas visões, tornando-as comuns ou aceitáveis. Há diversos exemplos dessa realidade, como representação midiática de grupos economicamente vulneráveis; a forma como são retratados pode perpetuar estigmas ou, inversamente, promover empatia. Fairclough esclarece os mecanismos que garantem a supremacia de um grupo no meio midiático:

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ MORITZ, M. L.; Rita, M. B.. Mídia Impressa e Gênero na construção do impeachment de Dilma Rousseff. Intercom: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 43 (2), 2020, 203–223.

¹⁰² Idem

¹⁰³ MORITZ, M. L.; Rita, M. B.. Mídia Impressa e Gênero na construção do impeachment de Dilma Rousseff. Intercom: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 43 (2), 2020, 203–223, p. 221.

Os eventos dignos de se tornar notícia se originam de um limitado grupo de pessoas que tem o acesso privilegiado à mídia, que são tratadas pelos jornalistas como fontes confiáveis, e cujas vozes são aquelas que são mais largamente representadas no discurso da mídia. Em algumas notícias da mídia essas vozes externas tendem a ser explicitamente identificadas e demarcadas [...] ¹⁰⁴.

Para o autor, os discursos vão além de meramente representar o mundo: eles são destacados para formá-lo, incluindo a construção de identidades. A mídia desempenha um papel crucial nesse aspecto. Considerar como a representação de determinados grupos na mídia pode impactar tanto a visão da sociedade quanto a autopercepção desses sujeitos. Representações restritivas podem fortalecer estereótipos. Abordagens mais inclusivas têm o potencial de fomentar o entendimento mútuo.

Diante desse contexto, em que se reconhece a ampla relação entre discurso e poder, a grande mídia exerce um papel fundamental. Segundo Fairclough, é necessário avançar rumo a uma sociedade em que haja maior democratização dos meios de comunicação.

Por 'democratização' do discurso entendo a retirada de desigualdades e assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e linguístico dos grupos de pessoas. Tanto no discurso como de um modo mais geral a democratização tem sido um parâmetro importante de mudança nas últimas décadas. Mas em ambos os casos o processo tem sido muito desigual ¹⁰⁵.

Compartilhando entendimento semelhante, Fonseca ¹⁰⁶ afirma que atualmente a mídia se tornou um campo político privilegiado, em que as empresas privadas da grande mídia que seguem a lógica dos grupos (públicos e privados) dominantes, estão focadas no lucro e nos benefícios oriundos das relações com os grupos poderosos. O papel da mídia, segundo o autor é de transmitir as notícias, participando como uma prestadora de serviços de comunicação social de uma sociedade democrática, bem como fiscalizar a atuação do Poder Público, em uma função de “controle social”, pressionando os políticos e fiscalizando suas ações, favorecendo o fortalecimento da democracia.

¹⁰⁴ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2001, p. 143.

¹⁰⁵ FAIRCLOUGH, op. cit., p. 248.

¹⁰⁶ FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 41-69.

CAPÍTULO II

MÍDIA, POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER NA CONJUNTURA DO GOLPE

Prosseguindo as discussões sobre o papel da mídia, as observações de Fonseca, são relevantes por lembrar que, além de transmitir notícias, as mídias são prestadoras de serviços de comunicação social de uma sociedade democrática e de fiscalizadora da atuação do Poder Público em todas as suas dimensões. Neste capítulo, portanto, serão abordados outros aspectos dessa questão, como por exemplo, as representações da imprensa, no processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Isso se fez no escopo de uma sociedade democrática, considerando que ela foi eleita para o exercício de tal cargo e foi destituída de suas funções por um golpe de Estado. Para tanto, acompanharemos os passos do golpe e as justificativas acionadas pelos protagonistas envolvidos, considerando o fato de se tratar de uma mulher alçada, pelo voto direto, a mandatária do país. Nesse sentido, a pergunta que se coloca é a seguinte: de qual democracia estaríamos falando?

2.1. Os passos do golpe: as mobilizações nas ruas

Antes dos episódios de junho de 2013, como informamos anteriormente, o governo de Dilma Rousseff teve a aprovação de 63% dos brasileiros, de acordo com a pesquisa da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e Ibope, divulgada em março daquele ano. Na pesquisa, a aprovação pessoal da presidenta também variou dentro da margem de erro e chegou a 79%, dado superior ao igual período de Luiz Inácio Lula da Silva, aprovado por 58% e de Fernando Henrique Cardoso, com 70% de aprovação.¹⁰⁷

O que aconteceu que justifique essa mudança repentina de parcela da sociedade que invade as ruas de São Paulo, em 2013, contra diferentes itens de uma pauta econômica e política que faziam parte da agenda governamental e do legislativo? Esses protestos ficaram conhecidos como as “Jornadas de Junho de 2013” e demonstraram uma insatisfação generalizada com o sistema político brasileiro, expondo críticas ao modelo de representatividade e às políticas econômicas implementadas até então. Esse movimento — que será discutido mais adiante —, revelou uma convergência de

¹⁰⁷ Cf. CAMPANERUT, C. Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/Ibope. *UOL*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>>>.

demandas heterogêneas, incluindo a rejeição ao neoliberalismo e à corrupção sistêmica. A crise econômica de 2014 aprofundou esse cenário, agravada pelos desdobramentos da Operação Lava Jato, que não apenas expôs práticas corruptas enraizadas nas instituições públicas e privadas, mas também se consolidou como um fenômeno político central no Brasil contemporâneo. Em 2015, ao iniciar seu segundo mandato, a Presidenta já enfrentava uma série de desafios políticos e econômicos. Naquela ocasião, o governo enfrentava dificuldades para lidar com a crise financeira, o que gerou um aumento do desemprego, inflação e queda na popularidade de Dilma. Em meio a esse cenário conturbado, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, rompeu com o governo e iniciou um processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff. Cunha, que posteriormente foi afastado e preso por envolvimento em casos de corrupção, utilizou a acusação de pedaladas fiscais como base para o pedido de *impeachment*.

Mascaro¹⁰⁸ destaca que a crise brasileira é determinada economicamente pela forma-mercadoria, e sobredeterminada juridicamente pela forma-jurídica. Essa perspectiva teórica possibilita analisar a crise brasileira e o golpe de 2016 conquanto crise do capitalismo e golpe de classe. “O sentido da crise brasileira só pode ser compreendido quanto iluminado pela crítica das formas determinantes da sociabilidade capitalista”¹⁰⁹. De acordo com o autor, a luta de classes no Brasil foi reativada devido à implementação do modelo neodesenvolvimentista durante os governos petistas.

No ano de 2015, a América Latina passou por uma série de transformações políticas que acabaram por trazer grandes impactos nos anos seguintes. Desde a perda da maioria chavista na Assembleia Nacional da Venezuela, passando pela crise política enfrentada pelo Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional brasileiro, até o fim do período kirchnerista na Argentina, marcado pela vitória do candidato da oposição Mauricio Macri, os países da América Latina vivem momentos de turbulência que demandam atenção e análise crítica por parte da História e da própria imprensa.

Afinal, por que o *impeachment* de Dilma foi um Golpe? Uma corrente, golpista, argumenta que o episódio da política brasileira foi um processo legítimo, respaldado pela Constituição brasileira e pela legalidade do Congresso Nacional. Outros consideraram que houve elementos de um golpe, alegando que o processo foi motivado por interesses políticos e não por crimes de responsabilidade. É de extrema importância a decisão da 10ª Turma do Tribunal Regional Federal - TRF1, de agosto de 2023, que determinou que

¹⁰⁸ MASCARO, A. L. Crise e Golpe. São Paulo: Boitempo, 2018. Mascaro é livre-docente em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Pela Boitempo, publicou *Crítica do fascismo* (2022), *Crise e golpe* (2018) e *Estado e forma política* (2013).

¹⁰⁹ MASCARO, A. L. *Crise e Golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 23.

Dilma Rousseff não poderia ser processada por improbidade pelo Judiciário, apenas pelo Congresso Nacional. A Corte manteve a sentença que livra de punições a ex-presidente e outros membros do seu governo pelo episódio que levou ao *impeachment* da governante. José Eduardo Cardozo, que representou Dilma nesse caso, afirmou que a decisão foi significativa não apenas do ponto de vista legal, mas também do ponto de vista histórico. Argumentou Cardozo na reportagem de Matheus Leitão para a revista *Veja*: “Dilma Rousseff foi vítima de uma perseguição e teve a cassação do seu mandato em total desconformidade com a Constituição. Condená-la agora pelos mesmos fatos seria mais uma grande injustiça que se imporia contra uma mulher honesta e digna”.¹¹⁰

Voltando às eleições de 2014 cabe lembrar que elas ocorreram em um clima de intensa polarização. Enquanto as classes dominantes começavam a perceber que não necessitavam mais do petismo e que a era da conciliação estava chegando ao fim, as bases petistas acreditavam em uma possível “guinada à esquerda” por parte da candidata à reeleição, Dilma Rousseff. Contudo, o processo de reeleição foi seguido por um período de intensa instabilidade.

Consagrada nas urnas para um segundo mandato, o governo de Dilma, iniciado em janeiro de 2015, foi marcado por tumultos e atribulações políticas que aprofundaram a crise e dificultaram o exercício de suas funções¹¹¹. Após a derrota eleitoral de seu oponente, Aécio Neves, setores da direita brasileira, inconformados com o resultado, questionaram a legitimidade do pleito, movendo ações no Judiciário com o objetivo de cassar a chapa Dilma-Temer. Paralelamente, a oposição no Legislativo intensificou sua estratégia de obstrução, introduzindo as chamadas “pautas-bomba”, projetos de lei concebidos para desestabilizar as finanças públicas e dificultar a implementação pelo governo federal de ações políticas programáticas, aprovadas nas urnas¹¹².

Parte da população, políticos e autores favoráveis ao golpe utilizaram diversas justificativas para defender o processo golpista realizado em 2016, dentre eles a crise econômica e política instaurada no primeiro governo de Rousseff e intensificada após a vitória no segundo pleito, o caos econômico do país e alto índice de rejeição. Opositor ao governo, afiliado ao PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira - antagonista histórico do Partido dos Trabalhadores -, e membro do Instituto Teotônio Vilela, Luiz

¹¹⁰ Cf. *VEJA* (2023). Disponível em: <<<https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/trf-1-isenta-dilma-rousseff-das-pedaladas-fiscais>>>.

¹¹¹ SILVA; BENEVIDES; PASSOS. Impeachment ou golpe? Análise do processo de destituição de Dilma Rousseff e dos desdobramentos para a democracia brasileira. *9º Congresso Latino-Americano de Ciência Política*, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideo, 26 ao 28 de julho de 2017.

¹¹² GAMA, Júnia et al. Dilma enfrenta pauta-bomba. *O Globo*, 23-09-2015.

Paulo Vellozo Lucas¹¹³ afirma que o governo Dilma (2011-2016) foi marcado por corrupção, negligência e desastre econômico. Notadamente um dos maiores índices de verificação do andamento de um país no que tange à economia é a inflação, que é o nome atribuído ao aumento dos preços de produtos e serviços e é calculada por índices de preços, conhecidos como índices de inflação.

A inflação pode ser compreendida como um processo de desvalorização da moeda, no qual o aumento generalizado dos preços reduz a capacidade de compra dos indivíduos, fazendo com que a mesma quantia de dinheiro adquira progressivamente menos bens e serviços¹¹⁴. Os autores salientam que à primeira vista, a contundência do primeiro governo Dilma prometia quebrar a condição favorável aos bancos, ampliada pelo segundo mandato de Lula, e sinalizava que o Brasil entraria em nova fase, de medidas econômicas eficientes, que mitigariam a situação da desigualdade social, concentração de renda e pobreza no país.

As tensões e realinhamentos de ideias na conjuntura, se projetam para as esferas midiáticas, levando-nos a autores que pensaram a junção entre história e jornalismo e suas interpretações, intuindo realizar uma aproximação entre as duas áreas do conhecimento, como Maximiliano Vicente¹¹⁵ que aponta os riscos de tal tarefa ao mesmo tempo em que a ressalta a importância de lidar com a comunicação social. Destaca especialmente o jornalismo, como instrumento de influência social, ainda mais em tempos midiáticos, notadamente repletos de representações como a contemporaneidade, o que corrobora a ideia norteadora desta pesquisa.

Para entender esse momento conjuntural tenso, a visão epistemológica de Peter Burke¹¹⁶, ao propor “o modelo de encontro” enquanto alternativa metodológica torna-se crucial para apreender situações marcadas por choques, conflitos e invasões culturais. É oportuno ao escopo desta pesquisa, ainda lembrar, o pensamento do francês Henry Rousso, já citado, para quem a história pertence antes de tudo àqueles que a viveram, sendo um patrimônio comum a todos nós. Assim, a história do tempo presente é o lugar autorizado para se construir uma narrativa científica acerca do que vivemos, de como

¹¹³ No livro *O primeiro (des)governo Dilma (2011-2014): Balanço de um desastre anunciado*, Lucas, do Instituto Teotônio Vilela, faz uma avaliação financiada e descolada da realidade, enviesada do ponto de vista político-partidário, ao governo de Dilma Rousseff. O Instituto Teotônio Vilela é um órgão de formação política do Partido da Social Democracia Brasileira. Com sede em Brasília, o instituto foi fundado em 1995 e é o responsável pela divulgação da doutrina adotada pelo PSDB. Texto disponível em: <<<http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2015/03/balancoitv.pdf>>>.

¹¹⁴ KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. *Introdução à economia*. Tradução de Mauro C. C. Mendlowicz. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

¹¹⁵ VICENTE, Maximiliano Martin. *História e comunicação na ordem internacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009a.

¹¹⁶ BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

vivemos, do que estamos consagrando como memória e, por contraste, do que estamos esquecendo.

Assim, fica claro que as representações veiculadas pelos meios de comunicação têm um impacto inegável na construção dos significados compartilhados, especialmente no que diz respeito à construção da democracia. Assim, ao buscar uma análise midiática por meio das representações, busca-se compreender como elas se manifestam nos processos políticos da vida democrática. Através da análise das representações e, em particular, dos cenários de representação política, exploramos a interpretação do papel do jornalismo na sociedade contemporânea e suas relações com a esfera pública democrática, nessa conjuntura marcada por tensões e incertezas que colocaram em xeque os seus fundamentos epistemológicos.

Norman Fairclough no livro *Discurso e mudança social* divide sua reflexão sobre a democracia em cinco elementos. Um deles, versa sobre a democratização do acesso a tipos de discurso de prestígio. Trata-se de um ramo da democracia que a mídia é ativamente contrária, conforme Moritz e Rita¹¹⁷. Nesse entendimento, a democratização do acesso aos tipos de discursos determina o acesso do sujeito nas posições de prestígio da sociedade. No caso das mulheres, em que pese o seu crescimento em posições de destaque na mídia, empresas, governo e sociedade, nota-se que o ingresso das mulheres em posições de poder e direção nos mais altos cargos, como o da presidência da República e Ministras de Estado ainda estão circunscritas a propostas partidárias progressistas (a exemplo do Partido dos Trabalhadores – PT) que valorizam plenamente esse segmento social¹¹⁸ como parte constituinte da sociedade brasileira. Entrementes, quando suas atuações ferem “interesses” de grupos poderosos, a exemplo do que ocorreu no Golpe de 2016, amplas demonstrações de contrariedade manifestam-se nos meios políticos e midiáticos.

¹¹⁷ MORITZ, M. L.; Rita, M. B.. Mídia Impressa e Gênero na construção do impeachment de Dilma Rousseff. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, 43 (2), 2020, 203–223,

¹¹⁸ No atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo sendo de coalisão, desde sua posse, 10 mulheres de partidos diferentes integram o time de ministras do governo federal, em diversas áreas. Após a primeira etapa da reforma ministerial do governo Lula III, as ministras foram mantidas em seus postos, sendo trocada apenas Nísia Trindade Lima, ministra da Saúde do Brasil entre 2023 e 2025 (ela foi presidente da Fundação Oswaldo Cruz entre 2017 e 2022). Em seu lugar, assumiu o ministério da Saúde, o médico infectologista, Alexandre Padilha. E, Gleisi Hoffmann se torna ministra das Relações Institucionais encarregada da tarefa de articulação política do governo, assumindo o cargo antes ocupado por Padilha. São elas: Anielle Franco, ministra da Igualdade Racial; Cida Gonçalves, ministra das Mulheres; Esther Dweck, ministra da Gestão; Gleisi Hoffmann, ministra das Relações Institucionais; Luciana Santos, ministra de Ciência e Tecnologia; Macaé Evaristo, ministra dos Direitos Humanos; Margareth Menezes, ministra da Cultura; Marina Silva, ministra do Meio Ambiente; Simone Tebet, ministra do Planejamento e Orçamento Sônia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas. Disponível em G1: <<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/28/com-entrada-de-gleisi-lula-volta-a-ter-10-ministras-mulheres-no-governo.ghtml>>>. Acesso em 01 ago. 2025.

Nesse caso, estaríamos diante de cerceamentos de direitos políticos, de votar e ser votada, de significativas parcelas de cidadãs brasileiras que são tratadas fora do escopo dos direitos e deveres iguais, para homens e mulheres, garantidos pela Constituição 1988, independentemente do sexo, raça e classe. Em decorrência, apreender as reflexões e representações da mídia sobre a destituição da Presidenta Dilma Rousseff das funções de governo se coloca no centro dessas reflexões, como veremos no tópico subsequente. Para isso, é crucial realizar uma análise dos fatores que contribuem para a leitura de aspectos relevantes trazidos pela revista. Esses elementos possuem uma conexão significativa e mútua, especialmente para compreender fragmentos da história atual em contraste com os desdobramentos da história da mídia e da política brasileira.

Começamos, portanto, pelas jornadas de junho de 2013, vistas por esse olhar estrangeiro que esquadrinha a imprensa brasileira e os diversos atores em cena — partidos de oposição, Congresso Nacional, movimentos sociais —, que fazem suas avaliações sobre tal processo e definem estratégias para ocupar os espaços políticos sob o controle da mandatária.

2.2. Representações do *Le Monde Diplomatique Brasil*

2.2.1. Jornadas de junho de 2013: o ovo da serpente e os dilemas da democracia

Interpretar as manifestações que tomaram as ruas do Brasil em junho de 2013 é indispensável para compreender a política brasileira contemporânea, suas características e consequências, suas rupturas e permanências. Neste estudo, exploramos os ecos e a importância dos atos das Jornadas de Junho de 2013, bem como sua influência no processo de *impeachment* fraudulento da presidenta Dilma Vana Rousseff (PT) em 2016. Para tanto, analisamos fragmentos deste episódio nas representações da edição 191 do periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*.

As manifestações que se espalharam pelas ruas do Brasil apresentam diversas perspectivas para sua interpretação. Metodologicamente, o interesse desta análise é pela construção das representações sobre o episódio de 2013 e como este se relaciona com o Golpe de 2016, analisando as relações de poder que atravessam este fenômeno, especialmente aquelas relacionadas à grande mídia, aqui compreendida como os principais veículos de comunicação de alcance nacional, como *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e emissoras televisivas como a Rede Globo.

Do estopim, quando o então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), anunciava que as tarifas para uso de ônibus, metrô e trens na capital paulista subiriam de

R\$ 3,00 para R\$ 3,20, até a formação do que se tornaria Jornadas de Junho - iniciadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) -, nos deparamos com circunstâncias históricas, sociais e políticas que culminaram em um fenômeno que pode ser lido como uma onda de manifestações de insatisfações no Brasil.¹¹⁹

Enquanto fato, os protestos foram caracterizados por uma repressão policial violenta, forte oposição por parte de políticos e uma clara parcialidade da imprensa. Em meio a essas circunstâncias, ativistas, muitos deles jovens e trabalhadores de baixa renda, se mobilizaram e conseguiram pressionar prefeituras em mais de 100 cidades a revogar os aumentos tarifários propostos. Esses protestos e a crise política que se seguiu demandam uma análise explicativa.

Inicialmente, políticos de diferentes espectros partidários demonstraram resistência ou oposição às manifestações, muitas vezes desqualificando as demandas populares ou tentando minimizar sua legitimidade. Essa postura, no entanto, variou entre os partidos. Enquanto algumas lideranças buscavam desacreditar os movimentos sociais, outros atores políticos e legendas enxergaram nas manifestações uma oportunidade estratégica para fragilizar os governos petistas, especialmente o da presidente Dilma Rousseff (PT). Conforme argumenta André Singer¹²⁰, setores da oposição, liderados principalmente pelo PSDB, pelo DEM e pelo PMDB, exploraram o descontentamento popular para consolidar narrativas de desgaste, associando o governo às crises econômica e política.

A atuação de figuras como Aécio Neves (PSDB), Eduardo Cunha (PMDB) e Jair Bolsonaro (na época, deputado pelo PP, mas que se aproximava de pautas mais conservadoras) foi particularmente notável nesse processo. Aécio Neves, derrotado nas eleições presidenciais de 2014, tornou-se um dos principais críticos da gestão Dilma Rousseff, enquanto Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, teve papel fundamental na articulação do processo de *impeachment*, mesmo estando ele próprio envolvido em denúncias de corrupção. Werneck Vianna¹²¹ observa que essa aliança estratégica entre lideranças opositoras e os movimentos de rua, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua, foi crucial para canalizar as insatisfações populares em apoio ao afastamento de Dilma.

¹¹⁹ PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta, 2019.

¹²⁰ SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹²¹ VIANNA, Luiz Werneck. *A modernidade possível: neoliberalismo e reformas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

No entanto, essa dinâmica também expôs a polarização do sistema político brasileiro. Enquanto partidos de oposição, como o PSDB e o DEM, apoiavam as manifestações e defendiam o *impeachment* como solução para a crise, outros, como o PT e o PSOL, denunciavam o processo como um golpe parlamentar e apontavam interesses escusos de atores políticos e econômicos. Nesse contexto, as manifestações se tornaram lugar de disputas ideológicas e partidárias, configurando um cenário de politização extrema e instrumentalização das insatisfações populares para fins eleitorais e de poder.

A espetacularização¹²² e representação dos atos pela grande mídia contribuiu para a polarização do debate público e minou a legitimidade dos protestos aos olhos de uma parcela da população. Como resultado dessas circunstâncias, os protestos de junho se espalharam por todo o país, ganhando apoio e mobilizando uma ampla base de manifestantes. A força e a determinação desses ativistas foram capazes de forçar as prefeituras em mais de 100 cidades a recuar e revogar os aumentos tarifários propostos, demonstrando a eficácia da ação coletiva e o poder das mobilizações populares.

O fato efetivamente histórico de Junho de 2013 ocorreu no período de 17 a 20 de junho: por um lado, esses quatro dias diferem de tudo o que veio antes, e, por outro lado, tudo o que se segue a eles é consequência direta ou indireta do que neles teve lugar. Com efeito, a esquerda teve a hegemonia e a iniciativa nos protestos entre os dias 6 e 13, mas aqueles foram atos pequenos, ou, na melhor das hipóteses, normais. No dia 17, contudo, a direita assumiu o domínio, restando a uma parcela da esquerda lutar para fazer parte dos protestos da direita ou liderar atos paralelos menores¹²³

No entanto, desde o dia 17, já havia provas do contrário e, ao longo da semana, elas foram se acumulando; o predomínio do verde-amarelo, o hino, as ofensas à presidenta” demonstraram como as manifestações foram cooptadas por forças conservadoras, explica Mendes¹²⁴.

No dia 21 de junho de 2013, a então presidente Dilma Rousseff (PT) fez um discurso transmitido pela televisão para todo o país. No dia anterior, milhares de pessoas saíram às ruas em manifestações que ocorreram em diversas cidades brasileiras. Em Brasília, houve atos de vandalismo em três ministérios e na sede do Banco Central.

¹²² DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

¹²³ MENDES, Conrado Hübner. *Crônicas de um constitucionalismo de exceção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023, p. 49.

¹²⁴ Idem.

No prólogo de *Junho de 2013: a rebelião fantasma*, Dilma Rousseff¹²⁵ analisa o acontecimento como mais uma das armadilhas de uma democracia inconclusa, cujos interesses esbarram em interesses econômicos e políticos. Na disputa dos campos que se confrontam pelo destino do Brasil, a ex-presidente da República e atual presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) - também conhecido como "banco dos Brics" - , aponta que um desses campos, representando as frações hegemônicas das elites internas e seus sócios internacionais, vinculava interesses e ideias às chamadas reformas liberais. Para Rousseff, o que estava em jogo naquele momento era a atração de fluxo de capital, por meio de privatizações, desregulamentações, retirada de direitos, proteção do monopólio de terra, cartelização do sistema de crédito, além de subordinação aos Estados capitalistas centrais.

Subsidiando esta análise o texto *O que há dos protestos de 2013 no Brasil de 2023?*, presente na edição 191 do *Diplomatique Brasil*. Outras reflexões, feitas por intelectuais de diferentes espectros, estão sendo consideradas. Entretanto, Marcos Rogério Martins Costa, afirma em sua tese de Doutorado *Perfis do ator coletivo 'manifestante de rua': das jornadas de junho de 2013 aos protestos de março de 2015*¹²⁶, que os estudos sobre a Jornada de Junho e os protestos de 2015 são predominantemente conduzidos em áreas como filosofia, sociologia e ciências políticas, onde pesquisadores frequentam as manifestações, desenvolvem estatísticas, realizam trabalhos de campo e coletam relatos de cidadãos. Embora tais abordagens sejam interessantes, poucos são os estudos que se concentram na interpretação midiática desses eventos e em como a mídia os transforma em texto. O autor argumenta que a imprensa é uma instituição com interesses próprios, sejam eles comerciais, políticos ou relacionados à postura discursiva dos repórteres. Isso reforça a ideia de que a sociedade compreende e interpreta fenômenos como as manifestações a partir da visão preestabelecida pela mídia.

Metodologicamente, as convenções atualmente partilhadas na cultura historiográfica permitem traduzir as demandas do contemporâneo para as próximas gerações, reavaliando presença¹²⁷, noções e categorias de tempo, por meio de experiências diluídas. O passado se torna nesse tempo evocado como elemento por vezes saudosista, em que o presente é tido na perspectiva sem a rígida fronteira entre passado e futuro, ressignificados. Ao direcionar este método às Jornadas de Junho de 2013,

¹²⁵ ROUSSEFF, Dilma. In: ALTMAN, B.; CARLOTTO, M. (org). *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023.

¹²⁶ COSTA, Marcos Rogério Martins. *Perfis do ator coletivo 'manifestante de rua': das jornadas de junho de 2013 aos protestos de março de 2015*. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

¹²⁷ Presença é "a relação espacial com o mundo e os seus objetos", conforme Gumbrecht (2010).

poderemos desvelar as raízes socioeconômicas e políticas que levaram a essa mobilização popular e avaliar suas consequências no cenário político brasileiro.

Para Manuel Castells¹²⁸, sopram ventos malignos no planeta azul. Em seu livro *Ruptura: a crise da democracia liberal*, o autor afirma que o liberalismo econômico e o autoritarismo político aparecem como resistência da pós-democracia liberal. Ao mencionar o processo que vive hoje a Europa, Castells nomeia as principais causas do enfraquecimento da ideia de unidade em bloco: “a primeira, a falta de uma identidade comum”, que gera a xenofobia, entre outros problemas, e a segunda, a concepção maior de identidade-projeto, ou seja, a ideia de defender um projeto comum de crescimento. Para o sociólogo espanhol, as emoções coletivas são como a água: ao encontrarem um obstáculo em seu fluxo natural, descobrem novas vias, geralmente impetuoso, até afogar a ordem estabelecida.

Sobre as raízes da ira, escreve Castells:

A crise da democracia liberal resulta da conjunção de vários processos que se reforçam mutuamente. A globalização da economia e da comunicação solapou e desestruturou as economias nacionais e limitou a capacidade do Estado-nação de responder em seu âmbito a problemas que são globais na origem, tais como as crises financeiras, violação aos direitos humanos, mudança climática, economia criminosa ou o terrorismo¹²⁹.

Castells advoga pela necessidade de estabelecer uma nova ordem, resultante da reorganização dos movimentos sociais para alcançarem, pelo menos temporariamente, um novo equilíbrio. No que diz respeito à crise da política tradicional e ao surgimento de lideranças questionáveis, o autor destaca a subversão das instituições democráticas, que são usurpadas por personalidades narcisistas que têm estabelecido regimes autoritários em todo o mundo, às vezes neofascistas ou fundamentalistas teocráticos. Conforme Castells, de forma paradoxal, à medida que a tecnologia avança de forma significativa, nossa evolução política e ética recuam.

A experiência histórica mostra que do fundo da opressão e do desespero surgem, sempre, movimentos sociais de diferentes formas que mudam as mentes e, através delas, as instituições. Como aconteceu com o movimento feminista, com a consciência ecológica, com os direitos humanos. Mas também sabemos que, até agora, as mudanças profundas demandaram uma substituição institucional a partir da transformação das mentes. E é nesse nível, o político-institucional propriamente, que

¹²⁸ CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Tradução de Ivone Castilho Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

¹²⁹ Ibidem, p. 17-18.

o caos continua imperando. Daí a esperança, abrigada por milhões, de uma nova política¹³⁰

Enquanto historiador das ideias e teórico da literatura, Tzvetan Todorov acrescenta a esta pesquisa ao refletir sobre os paradoxos da liberdade, os grandes inimigos da democracia e vários momentos-chave da história contemporânea: a ascensão do comunismo, a guerra do Iraque, a guerra do Afeganistão, as primaveras árabes, questões de moralidade e justiça, neoliberalismo, identidade nacional, entre outros temas. Parte também da sua experiência pessoal para discutir questões relacionadas com a democracia, uma vez que viveu um terço da sua vida na Bulgária.

Durante o último ano que passei na Bulgária antes de abandonar o país, acabado de sair da universidade, dei alguns passos tímidos na vida pública escrevendo para jornais. Sentia-me particularmente orgulhoso quando tinha a impressão de ter conseguido contornar a censura onipresente¹³¹

Conforme o autor, a palavra liberdade era lícita e valorizada, mas, como os outros elementos da propaganda governamental, servia para dissimular - ou preencher - uma ausência: na falta da coisa, tínhamos a palavra. Quase meio século depois, Todorov verifica, com um misto de perplexidade e inquietação, que “liberdade” se tornou uma palavra de difícil aceitação, visto que o termo foi cooptado por partidos de extrema-direita, com cariz nacionalista e xenófobo. Assim, certos usos da palavra liberdade podem representar um perigo político, fato que causa esse mal-estar na democracia.

Para Todorov, a democracia caracteriza-se, não só por um modo de instituição do poder ou pela finalidade da sua ação, mas também pela maneira como o poder é exercido. Seu principal norteador é o pluralismo, pois pensa-se que os poderes, por muito legítimos que sejam, não devem ser todos confiados às mesmas pessoas ou estar concentrados nas mesmas pessoas. O mesmo acontece com o mais recente poder midiático, que não deve estar ao serviço do governo, mas deve-se manter plural.

A retomada da democracia no Brasil, após o período do Regime Militar instaurado com o Golpe de 1964, ficou consagrada na Constituição de 1988 que marcou um importante avanço na consolidação dos direitos democráticos. Porém, o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff evidenciou os desafios enfrentados para manter os

¹³⁰ CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 146.

¹³¹ TODOROV, Tzvetan. *Os inimigos íntimos da democracia*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 10–11.

preceitos democráticos no país e a necessidade de uma constante vigilância para sua manutenção.

Antes de mobilizar leituras retrospectivas de 2023, cumpre recuperar interpretações formuladas no calor dos acontecimentos. Em 2013, coletâneas e ensaios publicados imediatamente após as Jornadas de Junho buscaram dar sentido à súbita centralidade das ruas, destacando tensões entre mobilidade urbana, desigualdade e representação política. O volume *Cidades rebeldes*¹³², lançado em julho daquele ano, reuniu análises que relacionavam o Movimento Passe Livre ao esgotamento de um arranjo político pós-1988, oferecendo um primeiro mapeamento das clivagens que se abririam adiante. Em paralelo, Marcos Nobre¹³³ propôs uma chave de leitura do sistema político (“imobilismo em movimento”), articulando 1988, 1994 e Junho de 2013 como momentos de reconfiguração institucional e de expectativas democráticas.

A própria Presidência da República¹³⁴ interpretou publicamente as manifestações naquele momento. Em pronunciamento em cadeia nacional em 21 de junho de 2013, Dilma Rousseff reconheceu a legitimidade dos protestos, anunciou diálogo com governadores e prefeitos e propôs um “pacto” em torno de serviços públicos (transporte, saúde, educação) e da responsabilidade fiscal, buscando reinscrever a agenda das ruas no marco das instituições. A intervenção sinaliza, já em 2013, a disputa pelo sentido político das mobilizações e sua tradução em políticas de Estado.

A reportagem especial da edição 191 do *Le Monde Diplomatique Brasil* nos mostra que olhar para 2013 é uma tentativa de entender de que forma o Brasil de 2023 guarda marcas do ocorrido dez anos atrás. Com quatro subtítulos provocativos e analíticos: a) A quem pertence a narrativa de um país?; b) Mais gente nas ruas, mais democracia?; c) Mais mídias, mais democracia?; d) De massa a coletivo, o texto das páginas 36 e 37 é escrito por Nina Santos, Ana Cristina Suzina e César Jiménez-Martínez¹³⁵, e traz uma única imagem, reproduzida abaixo.

¹³² MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

¹³³ NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da redemocratização ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

¹³⁴ BRASIL. Presidência da República. Biblioteca da Presidência da República. 21-06-2013 - Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV. Brasília, 21 jun. 2013. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>. Acesso em: 10 ago. 2025.

¹³⁵ Sobre os autores: Nina Santos é pesquisadora no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital; Ana Cristina Suzina é pesquisadora na Universidade de Loughborough – Campus Londres; e César Jiménez-Martínez é professor na Universidade de Cardiff.

Figura 01: Passageiro confronta manifestantes¹³⁶

Fonte: <https://diplomatie.org.br> e Reuters, junho de 2013, no Rio de Janeiro

Primeiramente, o texto discute a mudança na imagem internacional do Brasil após os protestos de junho de 2013. Antes desse período, o Brasil era visto como um país em ascensão, um dos Brics e organizador da Copa do Mundo de 2014. Vários livros e rankings internacionais destacavam a potencialidade do Brasil como uma potência global. No entanto, os protestos e a subsequente crise econômica e política abalaram essa imagem otimista.

Para os autores, naquele momento, a Copa do Mundo e as Olimpíadas de 2016 se tornaram eventos de gestão de crise, em vez de celebrações do sucesso do país. Livros que previam um futuro próspero pararam de ser publicados e a revista *The Economist* mudou suas manchetes, questionando se o Brasil havia estragado tudo e descrevendo a década como sombria. Dessa forma, a crise de 2013 colocou em xeque a narrativa de um Brasil em ascensão e questionou a imagem de potência global que o país tentava projetar. Isso levanta questões sobre a quem pertence a narrativa de um país e como eventos e crises podem afetar a percepção internacional.

O texto da revista *The Economist* destaca que os protestos de junho de 2013 no Brasil evidenciaram a dificuldade de controlar a narrativa de um país, questão que envolve diversos atores, como o governo, o povo, a imprensa nacional e internacional, e as redes sociais. Além disso, a fragilidade desses esforços de comunicação pode ser explorada por lógicas neoliberais ou por regimes populistas e pouco democráticos, como ocorreu com o governo Bolsonaro. Essa disputa de narrativa se intensificou e diversificou ao longo dos anos, especialmente com a ascensão política da direita.

¹³⁶ Manifestantes protestavam contra o governador Sérgio Cabral, durante as jornadas de junho de 2013, no Rio de Janeiro (Foto: Pilar Olivares/Reuters).

Em seu texto *O dia no qual o Brasil parou por dez anos*, Safatle¹³⁷ ressalva:

Talvez fosse o caso de começar afirmando que 2013 foi o último ano da história da esquerda brasileira e de suas estruturas hegemônicas. Essa revolta popular ressoa ainda como uma espécie de acontecimento não integrado, com uma rede de potencialidades que continua a nos assombrar de forma espectral. O que ocorreu depois de 2013 foi uma lenta e contínua degradação marcada pela atrofia da capacidade de ação e da imaginação política da esquerda brasileira em seus múltiplos partidos, em seus sindicatos e em seus movimentos sociais. Depois de 2013, a esquerda brasileira tornou-se basicamente uma força reativa que responde desesperadamente à capacidade de constituir agenda política e pautar mobilização popular da extrema direita. Que a esquerda encabece frentes eleitorais amplíssimas, como ocorreu na eleição de 2022, não significa que ela encontrou novamente protagonismo.

Para o filósofo, a extrema direita conseguiu se colocar como a única força política insurrecional na sociedade brasileira. Consolidada e forte, essa direita só poderia ser combatida se um deslocamento real da esquerda ao extremo fosse realizado na retomada do protagonismo, no Brasil e no mundo. Para Safatle:

Àqueles que se perguntam como a extrema direita conseguiu ser setor fortalecido em 2013, seria o caso de evocar ao menos dois fatores. Primeiro, lembremos de um fato histórico negligenciado por nossa formação intelectual: nos anos de 1930, o Brasil foi o país com o maior partido fascista fora da Europa [...]¹³⁸.

A quebra de confiança e otimismo resultante dos protestos de 2013 criou um vácuo que precisava ser preenchido, e a direita ganhou força nessa disputa pela narrativa do Brasil. O movimento de junho de 2013 reuniu uma grande diversidade de pessoas, muitas das quais não tinham experiência em movimentos sociais ou protestos. De acordo com os autores da reportagem do *Diplomatique Brasil*, pesquisas realizadas durante os protestos mostraram que muitos participantes estavam tendo seu primeiro contato com as ruas.

No entanto, o texto argumenta que a participação em massa e a diversidade de reivindicações não garantem uma educação política abrangente em defesa do interesse público. Em vez disso, esses protestos refletiram um desejo imaturo de ter suas vontades atendidas, mesmo que isso não estivesse necessariamente alinhado com o bem comum. Essa dispersão de demandas se tornou evidente nas manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, que foram utilizadas como justificativa popular para um movimento

¹³⁷ SAFATLE, V. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. 2. ed. São Paulo: Três Estrelas, 2023, p. 97.

¹³⁸ SAFATLE, op. cit., p. 105.

político-institucional golpista. Assim, os autores sugerem que junho de 2013 revelou a falta de uma educação política popular mais ampla, destacando a importância de uma compreensão mais profunda dos interesses coletivos e do funcionamento das instituições democráticas.

Com a escalada do acesso a plataformas digitais, essa massa sedenta de participação, sim, foi mais eficientemente encantada pelos ditos “filósofos” da direita, que inflamaram o rancor individual de quem não podia mais ir para a Disney ou precisou registrar em carteira a empregada doméstica. A política esvaziada de seu caráter coletivo. Nesse embalo, dez anos depois, outra massa se sentiu suficientemente autorizada a entrar e quebrar os edifícios dos Três Poderes em Brasília, animada por redes digitais de articulação e sem nenhum pudor em transmitir seus atos por onde fosse possível¹³⁹.

Interpretar os eventos de 2013 como uma revolução, conforme analisa Mendes, não implica reduzir as ações a um pequeno grupo manipulando marionetes de um gabinete.

Essa interpretação significa lembrar, ainda, que existe guerra ideológica, que ela é travada por aparelhos ideológicos, que a direita tem muita experiência nisso e que os Estados Unidos são exímios nessa arte. Como lembra Losurdo, na dimensão ideológica da Guerra Fria, a CIA coordenava uma estrutura de operações psicológicas, que contava com rádios instaladas em todo o Leste Europeu que contribuíram para a revolta húngara de 1956¹⁴⁰.

Não é algo inédito, pois em 2013 não foi a primeira vez em que a direita se aproveitou de um movimento que originalmente era de esquerda e o utilizou para seus próprios interesses, especialmente para promover sua própria agenda. O processo de instrumentalização pode ocorrer de diversas formas. Tal estratégia de apropriação da direita busca minar a força e a legitimidade dos movimentos de esquerda, muitas vezes desviando o foco das questões centrais e diluindo a resistência popular.

O texto destaca a importância da digitalização da vida política, que se tornou evidente em 2013 e se fortaleceu ao longo da última década. No Brasil, mais de 90% da população agora tem acesso à internet, sendo o WhatsApp e o YouTube as redes mais utilizadas. Ao analisar os protestos de 2013 e outros movimentos da época, como o

¹³⁹ SANTOS, Laymert Garcia dos; SUZINA, Ana Carolina; JIMÉNEZ, Jesús Rey Rocha. *O poder da informação: mídia, plataformas e a crise da democracia*. São Paulo: Boitempo, 2023, p. 37.

¹⁴⁰ MENDES, Conrado Hübner. *Crônicas de um constitucionalismo de exceção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023, p. 51.

Occupy Wall Street e a Primavera Árabe, é comum encontrar a ideia de "desintermediação". Acreditava-se que estava surgindo uma era de comunicação direta, em que os intermediários seriam dispensáveis e as pessoas poderiam se comunicar diretamente. Todavia, após dez anos, fica claro que as plataformas digitais, com suas lógicas de organização de conteúdo e algoritmos, tornam o processo de mediação mais complexo do que antes. Junto com o avanço das plataformas digitais, surgiram críticas ao papel desses ambientes, conforme o texto do *Diplomatique* Brasil. As grandes empresas digitais, conhecidas como *Big Techs*, estão sendo questionadas pela sociedade civil e pelos governos. Por fim, os autores da matéria do *Diplomatique* encerram o texto refletindo se o ciclo iniciado em 2013 se fecha em 2023. Eles ressaltam a importância do investimento na educação política popular, que envolva empatia e a ideia de que a opressão só acaba quando opressores e oprimidos estiverem convertidos. Como saída, apontam que é importante passar de massa a coletivo, onde a proteção da vida de um é necessária para a existência da vida do outro. Além disso, a estabilidade da democracia não depende apenas de acesso a crédito e redução da inflação, mas também da compreensão dos efeitos do ambiente digital como espaço de disputa política.

Compreender os profundos efeitos de 2013, aqueles que ainda marcam a sociedade brasileira dez anos depois, passa também por entender que a chegada do ambiente digital como espaço de disputa política não é negociável. Trata-se de uma nova dimensão da vida, mediada pela técnica. Aceitar isso nos permite imaginar, disputar e construir esse espaço partindo de outras bases que não se restrinjam a um espaço platformizado, corporativo, opaco e que muitas vezes permite e amplifica opressões¹⁴¹.

Com a conclusão dos autores, é possível refletir que a era digital trouxe mudanças significativas na estrutura das relações sociais e políticas da sociedade. Os movimentos sociais na era da internet nos mostram que agora é possível difundir ideias e explorar caminhos para a vida em sociedade de forma imediata. A comunicação instantânea, que fragiliza governos e conecta pessoas com interesses em comum, também se revela como uma poderosa ferramenta para a expansão do sistema democrático moderno.

Para Castells¹⁴², o papel da internet e da comunicação nos atuais movimentos sociais em rede é fundamental. Mas a compreensão delas tem sido obscurecida por um debate sem sentido na mídia e nos círculos acadêmicos, ao negar que as tecnologias de

¹⁴¹ Idem

¹⁴² CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Ivone Castilho Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

comunicação estejam na raiz dos movimentos sociais atuais. “Isso é óbvio”, sentencia. De acordo com o sociólogo, os movimentos sociais em rede da nossa época são amplamente fundamentados pela internet, que é decisiva para mobilizar, organizar e decidir, ultrapassando assim a instrumentalidade, pois cria condições para a expansão ao mesmo tempo em que protege o movimento da repressão, mantendo a comunicação entre movimento e sociedade na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada. E nos bastidores desse processo de mudança social está a transformação cultural de nossas sociedades, reconstruindo a esfera pública em busca de uma verdadeira democracia e estabelecendo um novo padrão de rebeldia. Ao analisar as Jornadas de Junho no Brasil, Castells diz que é irreversível no País o empoderamento dos cidadãos, sua autonomia comunicativa e consciência. Em entrevista ao jornal *O Globo*, em julho de 2019, Castells garantiu a manchete: Vocês estão vivendo um novo tipo de ditadura. Em sua opinião, a desinformação e manipulação colocam em risco a democracia brasileira, criando uma ditadura da era da informação, do tipo Orwelliana. Assim, um novo padrão de movimento social se faz necessário para que os rumos da história se escrevam em diferentes nuances, “móbil-izados”¹⁴³

No texto publicado no portal do *Diplomatique Brasil*, no especial 10 anos das Jornadas de Junho de 2013, o jornalista José Isaías Venera¹⁴⁴ destaca que a imagem que melhor representa o ano de 2013 foi o ocorrido em 8 de janeiro, quando apoiadores do ex-presidente atacaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Durante esses ataques, houve a depredação do patrimônio público e, de forma literal, indivíduos chegaram ao extremo de defecar nesses locais. Eis a democracia em risco.

Segundo Venera, junho de 2013 marcou um curto-circuito no fluxo: forças, energias, desejos mobilizavam demandas das mais variadas, levando sujeitos a ocupar as ruas, da esquerda à direita, de progressistas a conservadores, de comunistas a nazifascistas.

Os sinais já podiam ser sentidos desde 2011, com as mobilizações pelo norte da África – na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen – derrubando ditaduras. Depois, os indignados da Europa, as revoltas dos subúrbios de Londres, o grito dos estudantes no Chile e os protestos do Occupy Wall Street, nos Estados Unidos. Nas manifestações, ouviam-se enunciados que poderiam ser de revoltas de diferentes lugares. No Occupy Wall Street, observou o filósofo Slavoj Žižek, um rapaz levanta um cartaz: “Estão nos perguntando qual é o nosso programa. Não temos

¹⁴³ CASTELLS, op. cit., p. 182.

¹⁴⁴ VENERA, José Isaías. *A democracia fraturada: mídia, ressentimento e extremismo político no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

programa”. Poderia, tranquilamente, ser um cartaz de um dos manifestantes de junho de 2013 no Brasil¹⁴⁵.

As manifestações de junho de 2013 se associam ao surgimento de movimentos de direita radicalizados, com consequências nocivas, vistas no impacto da operação Lava Jato, no *impeachment* de Dilma Rousseff, na prisão de Lula e na ascensão de Bolsonaro. Líderes e intelectuais de diferentes campos políticos possuem diagnósticos semelhantes sobre as manifestações e a origem do bolsonarismo, conforme Rocha¹⁴⁶ no capítulo *As direitas não precisaram de Junho de 2013*: “Em agosto de 2017, Lula afirmou que “foi precipitado considerar as manifestações de junho de 2013 como democráticas”. No ano seguinte, a filósofa Marilena Chauí descreveu as revoltas como o ‘ovo da serpente’”. Encarando as jornadas de junho como um momento cooptado pela Direita radical e extremista, concordamos que 2013 foi sim o ovo da serpente para o Golpe de 2016.

Junho de 2013 foi uma janela de oportunidade para a direita brasileira e as forças imperialistas, avalia Mendes¹⁴⁷. Os atos foram uma ação coordenada e faz sentido a leitura de que os protestos de junho de 2013 tiveram um impacto significativo na democracia brasileira e a colocaram em xeque, revelando os problemas estruturais do sistema político do país. Em sua essência, a insurgência levou a um aumento na demanda por reformas e mudanças no sistema político, buscando uma maior transparência, participação cidadã e responsabilidade dos políticos, mesmo que isso não passasse apenas de uma brisa de uma primavera à brasileira.

Apesar de seu caráter aparentemente progressista e legítimo, as Jornadas de Junho não conseguiram traduzir suas demandas em transformações estruturais. As respostas governamentais foram insuficientes e, em muitos casos, se limitaram a medidas paliativas e superficiais. A classe dominante, ao perceber a ameaça que essas manifestações representavam, buscou conter o movimento popular e desviar sua energia para objetivos políticos mais convenientes para seus interesses.

2.2.2 Mídia e representações: opinião pública e poder simbólico

Avançando a discussão, o passo seguinte é entender as representações no jornalismo, em tema sensível dessa natureza, o que se torna crucial para decifrar como a

¹⁴⁵ Ibidem (não paginado).

¹⁴⁶ ROCHA, Camilo Vannuchi. As direitas não precisaram de Junho de 2013. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Marco (org.). *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023, P. 73.

¹⁴⁷ MENDES, Conrado Hübner. *Crônicas de um constitucionalismo de exceção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023, p.60.

mídia constrói e propaga narrativas sobre eventos e figuras públicas. Na tentativa de definir representação, nos deparamos com a perspectiva de Chartier¹⁴⁸ que vê a representação como uma construção simbólica e cultural, crucial para que os seres humanos compreendam o mundo ao seu redor.

No campo jornalístico, as representações não apenas comunicam, mas também dão cor e contexto aos eventos que são reportados. Soares¹⁴⁹ destaca que o jornalismo não é uma simples entrega de informações, mas uma atividade interpretativa que atribui significados aos eventos. Assim, as representações não apenas interpretam a realidade, mas também influenciam ativamente as percepções públicas.

Analisar essas representações em notícias é revelador, pois elas contêm subtextos, agendas e vieses que moldam a narrativa. Chartier¹⁵⁰ ressalta que uma compreensão profunda de como estas são construídas e transmitidas oferece uma visão da dinâmica subjacente da construção da realidade. Essa análise também revela nuances ideológicas e posicionamentos políticos que influenciam a cobertura jornalística. É interessante também considerar a teoria da comunicação e a teoria da recepção ao avaliar representações. A primeira se concentra em como as representações são enviadas e recebidas por audiências, enquanto a segunda explora a maneira como as pessoas interpretam e internalizam essas representações na mídia.

As representações jornalísticas são construções que passam por camadas de significado e interpretação. Elas têm o poder de moldar percepções, definir narrativas e influenciar a opinião pública. Portanto, é essencial reconhecer e compreender seu papel e influência em nossa sociedade. Contudo, o estudo das representações no jornalismo é uma lente poderosa através da qual podemos entender a complexa interação entre mídia, realidade e percepção pública. O poder simbólico da mídia, aliado à forma como as representações são desenvolvidas e propagadas, impacta profundamente a sociedade, direcionando visões de mundo e influenciando decisões coletivas¹⁵¹. Este panorama reforça a necessidade de abordagens teóricas e metodológicas diversificadas na análise das representações jornalísticas. Pioneiros como Stuart Hall, por exemplo, defendem que

¹⁴⁸ CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2002.

¹⁴⁹ SOARES, Murilo C. *Representações, jornalismo e esfera democrática*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

¹⁵⁰ CHARTIER, 2001. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

¹⁵¹ VICENTE, M. M. (Org.) *Mídia e sociedade – perspectivas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007.

estas são construções discursivas, intrinsecamente ligadas às relações de poder, que devem ser examinadas de maneira crítica¹⁵²

Já na contemporaneidade, novos olhares críticos para o estudo das representações evidenciam-se em autores como Teun A. van Dijk e Norman Fairclough, como lembra Maximiliano Vicente ao mencionar que ambos ressaltam a urgência em descortinar as estratégias discursivas e ideológicas da mídia, demonstrando a complexidade do processo de construção das representações e seu impacto na sociedade.¹⁵³

Assim, a incursão pelo estudo das representações no jornalismo torna-se mais do que necessária, é fundamental. Ela serve como um guia para entender os mecanismos subjacentes da comunicação, lançando luz sobre as nuances e complexidades desse fenômeno discursivo e suas implicações sociais. Cada análise, cada investigação, contribui para um panorama mais claro e completo do papel e da influência do jornalismo na sociedade contemporânea.

Ao longo dos anos, diversas transformações e tendências se manifestaram nas representações no jornalismo histórico. Seja através de avanços tecnológicos, mudanças na estrutura da mídia ou mesmo reflexos de movimentos sociais e políticos, o jornalismo histórico nunca se manteve estático. Cada época, com suas peculiaridades e contextos específicos, trouxe consigo novas formas e abordagens para representar e interpretar a história.

O jornalismo exerce uma influência significativa na representação de figuras políticas, sejam elas governantes, opositores ou líderes de movimentos sociais. A maneira como essas figuras são representadas pela mídia não apenas molda a percepção do público sobre elas, mas também pode ter impacto direto em suas carreiras, decisões e ações, explica Vicente¹⁵⁴. No coração da análise de representações em gêneros jornalísticos encontra-se o conceito da construção da realidade. Cada gênero possui sua própria estrutura e lógica que, conseqüentemente, afetam a representação da realidade. Notícias, por exemplo, podem adotar um formato mais objetivo, enquanto reportagens investigativas exploram narrativas mais profundas. Compreender essas nuances é vital para entender o papel da mídia na construção da realidade.

¹⁵² HALL, Stuart. Apud VICENTE, Maximiliano Martin. *História e comunicação na ordem internacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009a.

¹⁵³ VICENTE, Maximiliano Martin. Comunicação em xeque: o debate na regulamentação pós-Constituição. In: GOULART, José Otávio (Org.). *As múltiplas faces da Constituição cidadã*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009b.

¹⁵⁴ VICENTE, Maximiliano Martin (Org.). *Mídia e sociedade: perspectivas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007.

Examinar criticamente as representações em gêneros jornalísticos oferece uma visão mais aprofundada do impacto da mídia na sociedade. A escolha de palavras, imagens e o modo como os assuntos são abordados podem criar significados específicos, moldando, assim, a opinião pública. Vicente¹⁵⁵ destaca a necessidade de educação midiática, para que o público possa analisar e interpretar as representações veiculadas de forma crítica.

Além das questões de gênero, a mídia desempenha um papel significativo na representação racial e étnica. Vicente e Losnak¹⁵⁶ destacam que tais representações na mídia frequentemente reforçam estigmatizações, contribuindo para a discriminação, a marginalização e a perpetuação de desigualdades estruturais. Uma análise aprofundada dessas representações é, portanto, essencial para identificar e questionar a reprodução de preconceitos e hierarquias, abrangendo não apenas questões raciais, mas também outras formas de opressão, como o sexismo, que igualmente sustentam dinâmicas de exclusão social.

A representação das classes sociais na mídia é outro aspecto que merece atenção. Muitas vezes, essas representações são tingidas de estereótipos, reforçando desigualdades e sustentando estruturas de poder. Compreender essas representações é vital para decifrar como a mídia pode afetar a percepção das estruturas sociais e da desigualdade. É fundamental destacar a importância da análise das representações das classes sociais na mídia. Muitas vezes, essas representações são permeadas por estereótipos que reforçam desigualdades e sustentam estruturas de poder. Compreender essas representações é essencial para desvendar como a mídia pode influenciar a percepção das estruturas sociais e da desigualdade.

Dessa forma, a mídia desempenha um papel significativo na construção das narrativas sobre as diferentes classes sociais. Através de imagens, discursos e escolhas editoriais, ela pode moldar a forma como as pessoas enxergam e entendem as divisões sociais. Ao perpetuar estereótipos e preconceitos, a mídia pode contribuir para a manutenção de desigualdades e injustiças.

Para além das representações explícitas, é importante notar que a mídia também opera no reino do subtextual. Vicente e Losnak¹⁵⁷ sugerem que as representações implícitas, aquelas que são insinuadas mas não explicitamente declaradas, podem ser

¹⁵⁵ VICENTE, Maximiliano Martin. *História e comunicação na ordem internacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009a.

¹⁵⁶ VICENTE, Maxiliano; LOSNAK, César. *Imprensa e discurso político: os sentidos do dizer na mídia*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

¹⁵⁷ Idem

igualmente, se não mais, influentes na formação da opinião pública. Em um mundo cada vez mais globalizado, onde a mídia tem um alcance sem precedentes, a responsabilidade recai sobre os produtores de conteúdo.

Na arena política, a intersecção entre jornalismo e representação assume contornos ainda mais complexos. A mídia, ao construir imagens de líderes políticos e interpretar questões políticas, exerce influência sobre a opinião pública e, indiretamente, sobre as tomadas de decisão no cenário político. Dessa forma, a representação torna-se um instrumento nas mãos de veículos de comunicação, que podem ser usados para fins diversos, desde informar até manipular a percepção política do público, explica Soares¹⁵⁸.

Na ótica da teoria democrática, a interface entre jornalismo e política ganha ainda mais destaque. Uma sociedade democrática saudável é aquela em que os cidadãos têm um espaço para debater e ponderar sobre questões de relevância política. Aqui, o jornalismo é a coluna vertebral que sustenta esse espaço de diálogo, facilitando a expressão e a circulação de informações e pontos de vista variados.¹⁵⁹ Contudo, é vital entender que o jornalismo não opera em um vácuo. Existe uma complexa rede de relações de poder e interesses econômicos que permeiam a prática jornalística, influenciando a maneira como os eventos políticos são reportados (Bourdieu, 2020). Esta intersecção entre jornalismo, poder e economia pode definir, em muitos casos, as questões que são colocadas em evidência e as que são relegadas ao esquecimento. Avançando na análise, quando nos debruçamos sobre a teoria da retórica, percebemos que o discurso jornalístico é mais do que uma mera transmissão de fatos. Ele é, em muitos casos, uma ferramenta de persuasão, onde a escolha de palavras e a estratégia retórica podem desempenhar um papel dominante no direcionamento da opinião pública.

A obra *Opinião Pública*, de Walter Lippmann¹⁶⁰, é uma referência importante para o estudo da relação entre mídia e opinião pública na história contemporânea do Brasil. A ideia de opinião pública é fundamental para a compreensão da democracia e da formação da opinião dos indivíduos. A partir de Lippmann, começa a tomar forma uma perspectiva de observar a intersecção desse tema com a mídia.

O papel da imprensa na formação da opinião pública é um tema abordado por Lippmann, que argumenta que, na sociedade moderna, a opinião pública é falha, em parte devido à influência da imprensa. Segundo ele, as condições intelectuais dos cidadãos não acompanharam o ritmo imposto pela industrialização. Ao invés de contribuir para reverter

¹⁵⁸ SOARES, M. C. *Representações, jornalismo e esfera democrática*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

¹⁵⁹ HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

¹⁶⁰ LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 91.

esse processo, a imprensa, como uma instituição moderna responsável por organizar as opiniões públicas, muitas vezes agrava a complexidade dos problemas e limita as possibilidades de um esclarecimento racional.

As mais sutis e difundidas de todas as influências são aquelas que criam e mantêm o repertório de estereótipos. Conta-nos sobre o mundo antes de nós o vemos. Imaginamos a maior parte das coisas antes de as experimentarmos. E estas concepções, a menos que a educação tenha nos tornado mais agudamente conscientes, governam profundamente todo o processo de percepção.¹⁶¹

Lippmann desloca a discussão sobre opinião pública de sua matriz política e sociológica e a traz para os estudos de comunicação: se as mídias são responsáveis pela disseminação de estereótipos e pela formação da opinião pública, então é necessário investigar como isso acontece. A análise das representações no jornalismo histórico é fundamental para compreender as sutilezas do papel da mídia na construção da memória coletiva e na formação da consciência histórica da sociedade.

O estudo contínuo e crítico da relação entre jornalismo e política é, portanto, necessário para garantir que a mídia continue a desempenhar seu papel de guardião da democracia, fornecendo informações precisas e imparciais que capacitam os cidadãos a tomar decisões informadas. Além disso, o complexo entrelaçamento entre mídia e poder político sempre foi objeto de intenso debate.

Bourdieu¹⁶² oferece uma perspectiva crítica sobre esta relação, identificando os meios de comunicação como um exercício de poder simbólico que pode influenciar decisivamente as percepções do público e a legitimidade política. Em tempos de crises políticas, a postura da mídia pode variar enormemente, alternando entre o desafio ou o apoio ao poder vigente, algo frequentemente guiado por uma complexa rede de interesses econômicos e políticos. Na concepção do autor, o universo do jornalismo constitui um campo social, uma estrutura “que está sob a pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência. E esse campo muito heterônomo, muito sujeito a pressões comerciais, exerce, ele próprio, uma pressão sobre todos os outros campos”¹⁶³

De acordo com o sociólogo francês, os jornalistas possuem uma perspectiva seletiva através da qual enxergam determinadas coisas e ignoram outras, além de interpretarem as coisas que veem de uma certa maneira. Eles realizam uma seleção e construção do que é selecionado. Nesse sentido, o jornalismo pode se tornar um

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. São Paulo: Zahar, 1997, p. 77.

¹⁶³ Idem

mecanismo de violência simbólica ao contribuir para a manutenção das desigualdades, ao escolher deliberadamente o que deve e o que não deve ser noticiado, e ainda mais, como deve ser noticiado, excluindo questões da agenda jornalística que possam de alguma forma subverter a ordem estabelecida. Assim, o jornalismo utiliza a palavra como uma ferramenta poderosa.

A teoria dos campos de Pierre Bourdieu trouxe importante contribuição do pensamento sociológico para a compreensão do poder simbólico do jornalismo. Na década de 90, do século XX, Bourdieu já identificava indícios de um processo de apropriação do jornalismo como forma de violência simbólica. Segundo o sociólogo, as grandes agências internacionais e a lógica da concorrência manipulam as mídias, muitas vezes sem o conhecimento delas, resultando em uma política de despolitização. Essa abordagem desprovida de reflexão busca formar um público conformado ou, no máximo, ressentido com os sistemas político e econômico vigentes, mas incapaz de agir além do próprio ressentimento.

O campo jornalístico, que filtra, intercepta e interpreta todas as declarações públicas segundo sua lógica mais típica, a do “tudo ou nada”, tenta estender a todos a escola débil que se impõe àqueles que ficam encerrados em sua lógica: ser “pela” Europa, ou seja, progressista, aberto, moderno, liberal, ou não sê-lo, e condenar-se assim ao arcaísmo, ao passadismo, ao poujanismo, ao lepenismo, até mesmo ao antissemitismo¹⁶⁴.

Conforme sua teoria, dentro de cada campo, há um tipo específico de capital em jogo - um capital que só tem significado para aqueles que estão envolvidos no jogo – *illusio*¹⁶⁵ -, que conhecem as regras e possuem um *habitus* adaptado a esse campo. Esse tipo específico de capital é conhecido como capital simbólico.

Entretanto, a dinâmica entre a mídia e o poder político não está isenta de problemas. Nesta linha, Habermas, na obra citada, destaca as nuances de como a mídia, em determinadas circunstâncias, pode ser influenciada por interesses ocultos, resultando na distorção da esfera pública. Em momentos de crise política, essas distorções se tornam particularmente preocupantes e podem prejudicar seriamente a capacidade do público de

¹⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001, p. 15.

¹⁶⁵ O conceito de “*illusio*”, de Pierre Bourdieu (2008), refere-se à crença ou adesão subjetiva a um determinado campo social. É a disposição dos atores sociais em investir e se engajar em um campo específico, aceitando e internalizando as regras e os valores desse campo. A “*illusio*” é o que motiva os participantes a competir e lutar por diferentes formas de capital dentro desse campo, mesmo que essas formas de capital possam ser abstratas ou arbitrárias. É a partir da “*illusio*” que se estabelecem as bases para a reprodução das hierarquias e desigualdades sociais em um determinado campo. In: BOURDIEU, P. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk, 2008.

discernir os fatos, como foi evidenciado em episódios como as Operações Mãos Limpas na Itália (1992-1997) e Lava Jato no Brasil (iniciada em 2014), entre outros. Nessas situações, as operações investigativas foram marcadas por controvérsias e questionamentos sobre os métodos utilizados, o direcionamento das investigações e até mesmo a politização dos resultados.

Estudos como os de Contrera et al.¹⁶⁶ têm enfatizado que a mídia, de forma incontestável, desempenha um papel na construção simbólica da realidade. Em tempos de turbulência, a representação de eventos na mídia pode, sem dúvida, influenciar de maneira profunda tanto a percepção pública quanto as respostas políticas.

Com base na ideia de diálogo e interação, Bakhtin¹⁶⁷ contribuiu com a noção de imaginação dialógica. Ao cobrir questões internacionais, a mídia serve como uma plataforma onde diferentes visões e perspectivas são apresentadas. Este espaço de diálogo pode moldar a opinião pública, influenciando assim as políticas externas e as decisões diplomáticas.

A interação entre a mídia e o poder político não é apenas passiva. Bourdieu¹⁶⁸ introduziu o conceito de poder simbólico, sugerindo que a mídia não se limita a relatar acontecimentos, mas também atribui significados e molda narrativas. Em questões internacionais e diplomáticas, essa capacidade de construir imagens e reputações é especialmente evidente e crítica.

Adotando uma visão mais processual da comunicação, Habermas¹⁶⁹ (1996) trouxe à tona a teoria da democracia deliberativa. Esta teoria sublinha a importância da mídia no fornecimento de informações e na promoção do debate público sobre questões internacionais. No entanto, também ressalta a necessidade de se manter vigilante quanto à possibilidade de manipulação midiática para promover agendas políticas específicas.

Dentro desse espectro de representação, Pêcheux¹⁷⁰ e Oliveira¹⁷¹ enfatizaram o papel crítico da mídia. A forma como países, líderes e problemas são representados tem o potencial de influenciar tanto a percepção pública quanto as políticas diplomáticas. O

¹⁶⁶ CONTRERA, Marli Terezinha et al. *Imprensa e produção de sentidos: mídia, história e discurso político*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

¹⁶⁷ BAKHTIN, Mikhail. *The Dialogic Imagination: Four Essays*. Translated by Caryl Emerson and Michael Holquist. Austin: University of Texas Press, 1981.

¹⁶⁸ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

¹⁶⁹ HABERMAS, Jürgen. *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Translated by William Rehg. Cambridge: MIT Press, 1996.

¹⁷⁰ PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

¹⁷¹ OLIVEIRA, Lucia Helena Azevedo de. *Mídia, memória e representações sociais*. São Paulo: Annablume, 2009.

papel da mídia na construção de estereótipos e na promoção de determinadas narrativas é um fator que não pode ser negligenciado.

Outro aspecto crucial da relação mídia-política é o processo de "*framing*", como discutido por Entman¹⁷². Este processo implica na seleção de informações, determinando o foco e a ênfase na cobertura, o que, por sua vez, tem impacto direto nas percepções e opiniões públicas. O poder da mídia não reside apenas em sua capacidade de influenciar, mas também na possibilidade de ser influenciada e controlada pelo poder político. Uma análise cuidadosa destas dinâmicas é vital para qualquer crítica da comunicação em um contexto internacional, em que a mídia desempenha um papel determinante na política e na opinião pública.

O jornalismo, como vetor de narrativas, possui um profundo impacto na forma como as sociedades interpretam e compreendem seu próprio passado. A profundidade desse impacto pode ser compreendida examinando-se as representações ao longo da evolução do jornalismo. A presença e o impacto da ideologia presente no jornalismo à história são inegáveis. Chartier¹⁷³ enfatiza que as preferências ideológicas afetam profundamente a seleção e interpretação de eventos históricos pela mídia.

Dessa forma, a maneira como a história é apresentada pela mídia ao longo do tempo desempenha um papel fundamental na construção da identidade cultural e histórica de uma população. Ao avaliar as representações históricas presentes na imprensa, esta pesquisa oferece uma perspectiva valiosa sobre a evolução dessas representações, estabelecendo uma conexão importante para a análise do periódico *Le Monde Diplomatique Brasil* e as representações sobre política e imprensa brasileira nessa conjuntura da pesquisa que se inicia em 2013, marco simbólico desse processo e, que, tem desdobramentos nos anos subsequentes, assunto que não será tratado nesta tese.

Com o Golpe de 2016 e a destituição da Presidenta Dilma Rousseff, ganhou mais sentido o aforismo do artista Millôr Fernandes (1923-2012), de que “o Brasil tem um enorme passado pela frente”. As práticas políticas no Brasil dos últimos anos engendram a construção de um perfil conservador, alicerçado em uma mitificação de falácias e falsas bandeiras que se enquadram em aspectos do novo radicalismo de direita em dimensão global como veremos subsequentemente.

¹⁷² ENTMAN, Robert M. *Projections of Power: Framing News, Public Opinion, and U.S. Foreign Policy*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

¹⁷³ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

2.3. Aspectos do novo radicalismo de direita: ofensivas à democracia

O século XXI tem sido marcado por uma série de transformações globais que impactaram profundamente as estruturas políticas e sociais em todo o mundo. A ascensão do populismo, o descontentamento com as elites tradicionais e a disseminação das mídias sociais têm sido apenas algumas das forças que moldaram o panorama político atual. Nesse contexto, o radicalismo de direita emergiu como um fenômeno de destaque, desafiando as noções convencionais de política e sociedade.

O fenômeno do radicalismo de direita tem emergido como uma questão crucial e amplamente discutida nas últimas décadas, impulsionado por uma complexa interação de fatores sociais, políticos, econômicos e culturais. Questões como a radicalização online, a disseminação de discursos de ódio, a polarização política e a ameaça à coesão social estão na ordem do dia. Compreender as raízes, dinâmicas e manifestações desse fenômeno é fundamental para elaborar estratégias eficazes de resposta e mitigação de seus impactos negativos.

A relevância deste estudo não pode ser subestimada, especialmente ao considerar os desafios enfrentados pelas democracias contemporâneas, como o Brasil, que testemunhou, em 2016, a destituição de Dilma Rousseff. A análise deste evento exige a compreensão das dinâmicas que impulsionaram a ascensão de lideranças políticas e movimentos alinhados ao radicalismo de direita, que não apenas questionaram as instituições democráticas, mas também moldaram o discurso público em torno de valores conservadores e nacionalistas.

Theodor Adorno¹⁷⁴, em *Aspectos do novo radicalismo de direita*, argumenta que a direita frequentemente busca preservar tradições e valores conservadores como resposta às transformações sociais, o que se manifesta na defesa de conceitos como família tradicional e ordem social hierárquica. Esses elementos foram instrumentalizados no contexto brasileiro, criando narrativas polarizadoras que sustentaram o discurso de *impeachment* e deslegitimação do governo petista. O autor argumenta que a direita muitas vezes busca preservar tradições e valores conservadores em resposta às mudanças sociais e políticas. Esta tendência pode ser observada em sua ênfase na defesa da família tradicional, da ordem social hierárquica e do nacionalismo.

¹⁷⁴ ADORNO, Theodor W. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

Arendt¹⁷⁵ oferece uma abordagem essencial ao destacar o papel da retórica emocional e dos apelos identitários como ferramentas centrais para mobilizar seguidores e justificar ações políticas que enfraquecem o sistema democrático. No Brasil, a retórica empregada pela oposição política e setores da sociedade civil explorou sentimentos de insatisfação econômica e moralidade pública para sustentar o processo de destituição de Dilma Rousseff, promovendo uma polarização que continua a reverberar.

Sobre os mecanismos de exclusão e marginalização empregados em discursos de direita, Derrida¹⁷⁶ alerta que esses frequentemente fragmentam a sociedade ao desqualificar adversários políticos e grupos minoritários. No contexto do Golpe de 2016, essas estratégias podem ser observadas na forma como figuras de oposição construíram narrativas de criminalização do governo petista e de seus apoiadores, reforçando divisões sociais e políticas que comprometeram os princípios de igualdade e inclusão característicos de uma democracia pluralista.

Por sua vez, Umberto Eco¹⁷⁷ analisa como a direita muitas vezes se utiliza da mídia e das redes sociais para disseminar sua mensagem e mobilizar seus apoiadores. A era digital tem proporcionado um espaço fértil para a disseminação de ideias de direita, permitindo que movimentos e líderes alcancem um público global de maneira eficaz.

Em síntese, as manifestações e estratégias de atuação da direita têm sido objeto de debate e análise por diversos autores ao longo da história. Theodor Adorno, Hannah Arendt, Jacques Derrida e Umberto Eco oferecem perspectivas complementares que iluminam diferentes aspectos desse fenômeno, como a preservação de tradições conservadoras, o uso estratégico da retórica emocional, as implicações sociais da exclusão e marginalização de grupos minoritários, e o papel da mídia na amplificação desses discursos. Essas análises não apenas auxiliam na compreensão das dinâmicas políticas contemporâneas, mas também fornecem um arcabouço teórico essencial para examinar os eventos políticos do Brasil, como o golpe de 2016.

O estudo do novo radicalismo de direita emerge como uma ferramenta crucial para compreender as transformações que marcaram a paisagem política global e, mais especificamente, o contexto brasileiro. Esta é uma das chaves de leitura para o tema desta pesquisa, ao destacar como esses movimentos se articulam por meio de uma interseção de fatores culturais, econômicos, sociais e políticos. Não se trata de um fenômeno que

¹⁷⁵ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

¹⁷⁶ DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Tradução de Ana Lucia Santos e Cristina de Peretti. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

¹⁷⁷ ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. Tradução de Ivone Benedetti. São Paulo: Record, 2018.

possa ser reduzido a explicações simplistas; ao contrário, exige uma análise multidimensional para desvelar suas implicações mais amplas. Ao revisitar os principais pontos discutidos, reafirmamos a relevância de investigar as estratégias, os discursos e os mecanismos que sustentaram o golpe de 2016, compreendendo-o como parte de um fenômeno global de radicalização e tensão nas democracias contemporâneas.

Primeiramente, é fundamental reconhecer que o novo radicalismo de direita não é um fenômeno homogêneo, mas sim uma coalizão heterogênea de grupos e movimentos que compartilham algumas características-chave. Estes incluem o nacionalismo étnico, a desconfiança nas instituições tradicionais, o populismo, a oposição à imigração e ao multiculturalismo, bem como a tendência a adotar discursos inflamatórios e polarizadores. No entanto, a forma como esses elementos se manifesta pode variar significativamente de um país para outro, o que torna importante evitar generalizações simplistas.

Em segundo lugar, a ascensão do novo radicalismo de direita está profundamente enraizada em contextos socioeconômicos específicos. A desigualdade econômica, a estagnação dos salários, a perda de empregos para a automação e a globalização têm alimentado sentimentos de ansiedade e marginalização em muitos setores da sociedade. Essas condições econômicas precárias fornecem um terreno fértil para a exploração por parte dos líderes populistas de direita, que frequentemente prometem soluções simples para problemas complexos.

Outro aspecto crucial a ser destacado é a influência das mídias sociais e da desinformação na disseminação das ideias radicais de direita. Plataformas online oferecem um espaço propício para a formação de comunidades virtuais que podem amplificar e legitimar discursos extremistas. A capacidade de viralizar notícias falsas e teorias da conspiração contribui para a polarização e a radicalização política. Além disso, o novo radicalismo de direita não deve ser visto como um fenômeno isolado. Em muitos casos, ele surge como uma resposta reativa a eventos políticos e sociais, como a crise dos refugiados, a ascensão do movimento Black Lives Matter e as mudanças demográficas. Portanto, é crucial compreender a interação entre o novo radicalismo de direita e outros movimentos políticos e sociais.

Voltando ao ano de 2016, a capa da edição 102 do *Le Monde Diplomatique Brasil*, ilustrada por Odyr Bernardi¹⁷⁸, oferece uma rica análise semiótica, seguindo a teoria

¹⁷⁸ Odyr Bernardi é um quadrinista e ilustrador brasileiro. Suas ilustrações foram publicadas em jornais e revista, como *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Le Monde Diplomatique Brasil*. Entre 2005 e 2008, criou as capas dos livros de Millôr Fernandes. Em 2018, lançou pela Companhia das Letras “A Revolução dos Bichos”, uma adaptação em quadrinhos do clássico de George Orwell.

triádica de Charles Sanders Peirce. A ilustração mostra uma serpente saindo de um ovo e enrolada em dois pilares brancos, compondo a imagem de um cifrão que simultaneamente evoca as torres do Congresso Nacional em Brasília. Ao lado, a chamada de capa "Retomar o Poder" é acompanhada do subtítulo "A esquerda latino-americana em pane" e da pergunta "Argentina, Venezuela, Brasil...?". Em *A teoria geral dos signos: Semiose e autogeração*, Lucia Santaella¹⁷⁹ elabora uma exploração detalhada e profunda da semiótica, baseada nas ideias de Charles Sanders Peirce. A autora oferece uma visão profunda e abrangente de como os signos operam e evoluem, destacando a importância da semiose e da autogeração na construção de significados e na comunicação humana. Sobre a autogeração dos signos, Santaella explora a ideia de que estes possuem a capacidade de criar novos signos através de processos interpretativos. Esse conceito é baseado na noção de que os signos não apenas representam algo, mas também geram novos significados continuamente. A autogeração está intimamente ligada à leitura da imagem de capa das edições do *Diplomatique Brasil*, especialmente quando associamos a interface cultural à história política vinculada a esta representação imagética de um sentido, multifacetado.

Figura 02: Capa da Edição 102 - Jan. 2016

¹⁷⁹ SANTAELLA, Lúcia. *A teoria geral dos signos: semiose e autogeração*. São Paulo: Thomson Pioneira, 2001b.



Fonte: <https://diplomatique.org.br/>

A expressão "o ovo da serpente", comumente utilizada para expressar o prenúncio do mal ou o mal em gestação, é também o título de um dos mais impressionantes filmes de Ingmar Bergman (1977), uma reflexão profunda e perturbadora sobre o mal humano e as condições sociais que o alimentam. O cineasta sueco aborda a república de Weimar e os anos que antecederam o advento da Alemanha nazista. Bergman, ao exhibir situações cotidianas presentes na história daquele período, demonstrou que, a um observador atento, já era possível vislumbrar, nos acontecimentos dos anos 1920, o nascimento do nazismo.

Esta analogia se relaciona diretamente à capa da edição 102 do *Le Monde Diplomatique Brasil*. A serpente emergindo do ovo não apenas simboliza o surgimento de uma nova força política ameaçadora, mas também evoca o prenúncio de um mal em gestação, similar à atmosfera retratada por Bergman. A ilustração sugere assim a infiltração de forças perigosas nas estruturas do poder político e a dominação dos interesses financeiros sobre a política brasileira.

Assim como Bergman usou sua obra para evidenciar os sinais precoces do nazismo, a capa do *Le Monde Diplomatique Brasil* alerta para a ascensão de uma extrema-direita perigosa no cenário político contemporâneo. A combinação dos elementos visuais e

textuais na capa, incluindo a chamada "Retomar o Poder" e o subtítulo "A esquerda latino-americana em pane", posiciona o Brasil em um contexto de crise política e econômica, semelhante à deterioração da república de Weimar antes da ascensão do nazismo. A pergunta "Argentina, Venezuela, Brasil...?" sugere que o Brasil pode ser o próximo a seguir este caminho de instabilidade e radicalização política, como se a serpente estivesse prestes a sair completamente do ovo e exercer sua influência perniciosa sobre a nação. Dessa forma, esta capa do periódico utiliza uma combinação rica em elementos visuais e textuais para comunicar uma mensagem urgente sobre o futuro político e econômico do Brasil e da América Latina, evidenciando a preocupação com o avanço neoliberal e uma então iminente ruptura democrática no Brasil: o Golpe de 2016.

No editorial intitulado *Retomando o fio da meada*, presente na edição 102, de janeiro de 2016, o diretor e editor-chefe da versão brasileira do *Le Monde*, Silvio Caccia Bava, destaca que a democracia tem representado um desafio para as elites tradicionais que historicamente governaram os países da América do Sul. Nos últimos quinze anos, eleições sucessivas têm mantido governos comprometidos com a melhoria da qualidade de vida das classes populares, beneficiando aproximadamente 60% da população do continente. Durante esse período, houve uma clara melhoria nas condições de vida, com redução da pobreza e avanços nos indicadores sociais, resultado de políticas públicas mais eficazes voltadas para atender às necessidades da maioria da população. O editor do periódico brasileiro analisa o assunto:

A disputa pelas riquezas naturais, o grande patrimônio do continente, está inscrita na disputa por modelos de desenvolvimento. As nacionalizações do petróleo e a recuperação das receitas que ele gera para fins públicos permitiram a criação de novas políticas públicas. Essas nacionalizações ocorreram na Venezuela (2002), na Bolívia (2006), no Equador (2006), na Argentina (2010) e também no Brasil, com a regulamentação da exploração do pré-sal e a criação do Fundo Social do Pré-Sal (2010). A recuperação da receita da venda do petróleo foi determinante para a redução da pobreza.¹⁸⁰

Bava analisa não apenas a consolidação da democracia na região, mas também os desafios enfrentados pelas elites tradicionais diante de um cenário político transformado pela participação ativa dos cidadãos e pela busca por maior inclusão social e econômica. Em um panorama sobre o cenário econômico das grandes potências mundiais, o veículo aponta para a imposição de políticas recessivas a países como Grécia, Espanha, Portugal,

¹⁸⁰ BAVA, Silvio Caccia. Retomando o fio da meada. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, edição 102, jan. 2016.

e Itália, entre outros da Europa, por grandes bancos internacionais através do FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia. Essas políticas seguem a doutrina neoliberal, remanescente do Consenso de Washington, que muitos consideravam em declínio, mas que ressurgiu com vigor total, impondo aos países europeus uma receita de ajustes similares aos que foram impostos à América Latina na década de 1980.

O editorial destaca que o crescimento global está desacelerando, especialmente com a redução do crescimento econômico chinês. Esta desaceleração, explica o autor, tem impacto direto na demanda por commodities, resultando em uma queda significativa nos preços desses produtos. Após mais de uma década de benefício com preços elevados das commodities, os países da América do Sul se veem agora forçados a adotar medidas de austeridade, enfrentando um período de ajuste econômico.

Essa análise sublinha as consequências das políticas econômicas globais dominadas pelo neoliberalismo, onde as crises econômicas são enfrentadas com medidas que frequentemente privilegiam o pagamento da dívida e a estabilidade financeira em detrimento do desenvolvimento social e da proteção aos direitos trabalhistas e sociais. O editorial sugere uma crítica ao predomínio das políticas de austeridade impostas pelos poderes financeiros internacionais, que têm impacto significativo não apenas na economia global, mas também nas políticas nacionais dos países afetados.

Na sequência, o editorial analisa as medidas anticíclicas adotadas pelo governo de Dilma Rousseff no ano de 2011 como resposta à desaceleração global do crescimento econômico. Para Bava, o objetivo dessas medidas era fortalecer o mercado interno, garantir o valor real dos salários e promover o pleno emprego. Este período marcou o fim de uma era de "vacas gordas" e do jogo de "ganha-ganha", no qual nenhum setor era sacrificado em benefício de outro.

O governo implementou diversas ações, incluindo a redução significativa da taxa Selic, a imposição de reduções nos juros ao consumidor através dos bancos públicos, o congelamento de preços administrados, a expansão do crédito e o aumento dos investimentos públicos. Coletivamente, essas iniciativas refletiam uma política nacional desenvolvimentista, na qual o Estado, e especialmente o BNDES, desempenharam um papel fundamental no fortalecimento de cadeias produtivas estratégicas, como óleo e gás, petroquímica e construção naval. Essa abordagem era claramente contrária aos interesses do sistema financeiro e do capital internacional.

Pela primeira vez, segundo o editorial, o controle da política econômica brasileira não se alinhava automaticamente com os interesses do sistema financeiro e das grandes corporações. Isso representa uma mudança significativa na orientação econômica do país,

destacando um período em que políticas foram direcionadas para proteger e promover os interesses das maiorias populacionais e fortalecer setores estratégicos da economia nacional.

Essa análise evidencia não apenas as medidas econômicas adotadas, mas também a significativa mudança de paradigma na gestão econômica do Brasil, com implicações profundas tanto em nível doméstico quanto nas relações internacionais, especialmente em um contexto de globalização econômica e pressões externas sobre políticas nacionais.

Dois artigos se relacionam diretamente à capa no sumário da edição 102 do *Le Monde Diplomatique Brasil*. O primeiro é escrito pelo sociólogo Jessé Souza, cientista político carioca, intitulado “O golpismo de ontem e o golpismo de hoje”. Já o segundo, “As ruínas da intolerância”, é escrito por Helcio Kovalski (1965-2023), jornalista e crítico teatral, de Ponta Grossa (PR).¹⁸¹

No artigo escrito por Jessé, o pré-título "Poderosos interesses contrariados" aponta para uma visão crítica sobre a dinâmica política no Brasil, sugerindo que certos grupos poderosos têm seus interesses desafiados, o que motiva ações golpistas. O uso da palavra "poderosos" indica a presença de forças dominantes na sociedade que, quando seus objetivos são ameaçados, recorrem a estratégias de desestabilização. O título "O golpismo de ontem e o golpismo de hoje" estabelece um paralelo histórico, sugerindo que o comportamento golpista não é uma novidade, mas sim uma continuidade ao longo do tempo. Isso implica que as estratégias e os atores envolvidos em ações golpistas no passado são similares aos do presente. A linha fina contextualiza historicamente a prática do golpismo no Brasil, remontando ao início do século XX, durante a transição do país para uma sociedade urbana e industrial.

Jessé identifica elementos persistentes ao longo do tempo: uma imprensa conservadora, setores moralistas da classe média e atores que intervêm na ordem constitucional. Essa perspectiva sugere que as mesmas forças sociais e políticas que estavam presentes nas primeiras décadas do século XX ainda atuam de maneira semelhante nos dias de hoje. O autor traça paralelos históricos que reforçam a ideia de uma tradição golpista no Brasil. Historicamente, o Brasil tem passado por diversos momentos de instabilidade política, em que golpes de Estado ou tentativas de golpe foram recorrentes. Durante a Primeira República (1889-1930), o Brasil enfrentou várias crises políticas e econômicas que resultaram em disputas pelo poder entre elites regionais. A “Revolução” de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, pode ser vista como um ponto

¹⁸¹ O acervo do jornalista com mais de três mil obras literárias e multimídias foram doadas à UEPG para compor repositório em sua memória Disponível em: <<<https://www.uepg.br/doacao-livros-helcio/>>>.

de inflexão, onde interesses contrariados resultaram em uma mudança drástica na ordem política. Outro exemplo claro é o golpe militar de 1964, que derrubou o presidente democraticamente eleito, João Goulart. A justificativa para o golpe envolveu uma combinação de medo do comunismo, apoio de setores conservadores da mídia, e a mobilização de segmentos da classe média que temiam a desordem social e econômica. Os mesmos elementos mencionados na linha fina (imprensa conservadora, setores moralistas da classe média e interventores da ordem constitucional) estavam presentes no cerne do pedido de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff - que a destituiu posteriormente no mesmo ano -, sugerindo uma continuidade na forma como interesses poderosos reagem a ameaças percebidas. Sobre a desestabilização do governo Dilma e o medo do retorno de Lula, Jessé analisa que:

O mais importante aqui não é apenas a seletividade com a qual a questão da corrupção é abordada ao se concentrar apenas no PT e procurar atingir de qualquer modo o ex-presidente Lula, de modo a inviabilizar sua reeleição em 2018. Ainda que isso seja parte da verdade, não é, nem de longe, o ponto mais interessante dessa história. Inicialmente, o que fica evidente, como a luz do sol de meio-dia, nesta crise política, criada e manipulada midiaticamente, e tem levado a uma crise econômica em grande medida construída politicamente é o seguinte: o tema da corrupção só pode ser usado para enganar e manipular a população, porque a definição do que é corrupção é arbitrária e pode ser aplicada ao bel-prazer de quem realiza o ataque.¹⁸²

O sociólogo denuncia, portanto, a manipulação midiática e política que transforma a corrupção em uma ferramenta de controle social e político, comprometendo a autenticidade do debate público e a integridade do processo democrático. A análise histórica de Jessé é robusta ao apontar que o golpismo no Brasil segue um padrão. A identificação de atores específicos (imprensa conservadora, setores moralistas da classe média e interventores da ordem constitucional) que persistem ao longo do tempo é uma observação, corroborada por exemplos históricos significativos. Essa continuidade histórica sugere que o comportamento golpista é uma resposta estrutural de certos grupos sociais e políticos que buscam manter seus privilégios e poder diante de mudanças percebidas como ameaçadoras. O autor também destaca a resiliência dessas práticas ao longo do tempo, evidenciando a dificuldade do país em romper com essas dinâmicas de poder que minam a democracia.

¹⁸² SOUZA, Jessé. O golpismo de ontem e o golpismo de hoje. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, ed. 102, 2016, p. 6.

No capítulo A religião do mercado, do livro *A tolice da inteligência brasileira*, Jessé Souza¹⁸³ apresenta uma análise crítica da narrativa que demoniza o Estado e enaltece o mercado como virtuoso. O autor argumenta que essa narrativa foi inicialmente construída de maneira "científica", para depois ser reproduzida de forma "naturalizada" e "autoevidente". Essa transformação ideológica molda tanto as práticas institucionais quanto o cotidiano das pessoas, consolidando o que Jessé chama de "assalto à inteligência nacional". Ele critica como ministros de Estado mobilizam as teorias de Raymundo Faoro sobre patrimonialismo para justificar tanto a defesa quanto o desmonte do Estado, evidenciando como essa narrativa influencia diretamente o discurso político e econômico do país.

Ainda no capítulo, o sociólogo discute como essa ideologia dominante foi internalizada a ponto de influenciar diretamente as ações da Presidenta Dilma Rousseff. Segundo Jessé Souza, a pressão exercida por forças políticas e econômicas alinhadas a essa narrativa levou o governo a adotar medidas associadas ao desmonte estatal. O autor avança na análise ao conectar corrupção e capitalismo, argumentando que a corrupção, entendida como a negação do fair play — ou seja, enganar para obter lucro —, é intrínseca ao capitalismo e a todas as formas históricas de apropriação do excedente social. A crítica abrange também as classes endinheiradas brasileiras, que, ao construir uma ideologia antietatista, conseguem monopolizar e instrumentalizar o Estado em benefício próprio. Ao mesmo tempo, Jessé relaciona essa dinâmica à criação, pelos capitalistas históricos, da ideologia do “mercado justo”, utilizada para legitimar suas ações.

Jessé evoca Max Weber para aprofundar a discussão sobre o capitalismo. Weber, uma referência central nas ciências sociais, vinculou o capitalismo à temperança protestante, apresentando uma suposta distinção entre "capitalismo aventureiro" e "capitalismo moderno". Este último seria caracterizado como mais racional, moralmente superior e alinhado aos valores ocidentais de virtude e perfeição humana. Jessé desmistifica essa percepção, argumentando que tanto a corrupção quanto a busca incessante pelo lucro são características inerentes ao capitalismo em todas as suas formas e épocas.

A ideologia do "mercado justo" e a demonização do Estado são, portanto, estratégias criadas para preservar o controle e a vantagem das classes dominantes. Essa crítica convida a uma reflexão mais profunda sobre as verdadeiras dinâmicas de poder e moralidade no sistema capitalista. Jessé também destaca o papel do moralismo da classe

¹⁸³ SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. Rio de Janeiro: Leya, 2015.

média brasileira, descrito como seletivo e antidemocrático. Segundo ele, esse moralismo manifesta-se na tendência da classe média de externalizar a culpa, identificando o mal apenas fora de si mesma, sem reconhecer sua própria exploração cotidiana das classes mais desfavorecidas. Essa seletividade encobre a dinâmica de exploração que permeia a sociedade brasileira, na qual a classe média rouba tempo, energia e oportunidades de redenção futura dos mais pobres. Jessé traça um paralelo histórico, associando o caráter antidemocrático da classe média brasileira ao tenentismo de 1922, momento em que o sufrágio universal e a política já eram vistos como entraves para uma suposta renovação social. Essa rejeição à política e a busca por uma "virtude idealizada" remetem à tradição autoritária que vai do jacobinismo francês ao fascismo europeu, caracterizando revoltas políticas baseadas na classe média e nos estratos pequeno-burgueses. Conforme Souza:

A imprensa é fundamental nesse processo e primeiro elemento da estratégia de fabricar um golpe. Isso acontece posto que é necessário "legitimar" o assalto ao princípio da soberania popular como única fonte que permite vincular legalidade e legitimidade do regime democrático e representativo¹⁸⁴.

O sociólogo aponta que o moralismo autoritário é mobilizado pela imprensa conservadora, que atua como o partido da ordem dominante e de seus privilégios, sempre que a política ameaça beneficiar a maioria da população em detrimento dos poderosos e endinheirados. Ele observa que, na história brasileira, sempre que líderes identificados com as classes populares chegaram ao poder por meio do sufrágio universal, a classe média conservadora foi usada como massa de manobra para derrubar esses governos, conferindo legitimidade popular aos golpes em prol de interesses elitistas. Isso ocorreu com Vargas, Jango, e mais recentemente com Lula e Dilma, esta, com o processo então em andamento, na data de publicação da edição.

A corrupção, segundo Jessé, é utilizada como um conceito vago e arbitrário para galvanizar a solidariedade emocional das classes médias, que se imaginam moralmente superiores. Ele destaca que essa definição seletiva de corrupção é a única maneira de transformar interesses privados em supostos interesses universais no contexto brasileiro. Jessé evidencia assim sua crítica à classe média brasileira por sua hipocrisia e seletividade moral, denunciando a instrumentalização da corrupção como uma ferramenta para manipulação política. Para tanto, ele revela como essa dinâmica perpetua a dominação das elites e impede a verdadeira democratização e renovação da sociedade brasileira.

¹⁸⁴ SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya, 2016, p. 7.

Jessé aborda a ofensiva política liderada pelo deputado federal Eduardo Cunha e faz uma análise crítica sobre a manipulação e enganação do público na esfera política brasileira. O autor começa destacando que a abordagem do então deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) é diferente daquela que se disfarça sob o pretexto de "interesse geral" ou do protagonismo "jurídico" que busca suprimir a política. Em vez disso, para o autor, a estratégia de Cunha se baseia em negociações explícitas, sem disfarces, e sem pretensões de enganar o público.

Para o autor, o fracasso das manifestações em dezembro de 2015 é apresentado como prova de que o público precisa ser manipulado e enganado em seus sentimentos de ressentimento e desesperança, que são reais. Jessé também aponta para o apoio oportunista do PSDB, que se alinha com a estratégia de Cunha, mesmo sendo herdeiro do golpismo dos udenistas. E assim sugere que o sucesso dessa estratégia seria um retrocesso com consequências imprevisíveis, inclusive para os próprios oportunistas.

Em uma análise crítica das práticas políticas, Jessé discute a hipocrisia neste campo de poder, observando que são os "golpes jurídicos" que têm maior probabilidade de sucesso. Ele critica os "juízes justiceiros" que são enaltecidos pela mídia conservadora e têm o poder de ignorar o que a evolução civilizacional construiu ao longo dos últimos dois mil anos na esfera do Direito. Jessé Souza menciona o fenômeno do "superjuiz" que se baseia na repetição diária de mentiras, como a ideia de que existem pessoas acima dos interesses partidários, econômicos e políticos. Isso, segundo ele, permite até mesmo a tortura legal de pessoas detidas sem culpa formada e sem base jurídica, algo que ele compara à crueldade da tortura física praticada pelos militares no passado.

Mudam-se as vestes e as fantasias, “moderniza-se” o golpe, substitui-se o argumento das armas pelo argumento “pseudojurídico”, amplia-se a aparência de “neutralidade”, sai de cena a baioneta e entra no palco da ópera bufa a toga arrogante e arcaica do operador jurídico, mas preserva-se o principal. Quem continua mandando de verdade em toda a encenação do teatro de marionetes é o mesmo 1% que controla a riqueza e o poder, e instrumentaliza a informação a seu bel-prazer¹⁸⁵

As análises feitas pelo autor na matéria veiculada na edição 102 do *Diplomatique Brasil* revelam uma preocupação com a manipulação do público e a erosão dos princípios éticos e jurídicos na política brasileira, destacando o papel da mídia conservadora e dos atores políticos oportunistas nesse contexto. O autor alerta para os perigos de estratégias

¹⁸⁵ Ibidem, p. 8.

que buscam minar as instituições democráticas e o Estado de Direito em nome de interesses pessoais e partidários, enfatizando a importância da honestidade e da transparência na condução dos assuntos públicos.

O texto seguinte do periódico, com o pré-título “Fascismo Brasil” e o título “As ruínas da intolerância”, de Helcio Kovalski, apresenta uma crítica contundente aos fundamentos que sustentaram o desejo de queda do governo Dilma Rousseff. O jornalista classifica esse movimento como um “neofascismo de péssimo odor e calcado no mais genuíno ódio”. Para ele, a decisão do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), de aceitar um dos pedidos de impeachment contra Dilma evidencia um contexto político marcado por motivações antidemocráticas e antissociais.

O texto começa por situar os sinais golpistas como símbolo de neofascismo, destacando o “ódio genuíno” como seu combustível, o que imediatamente posiciona o discurso como crítico e alarmista em relação aos rumos da democracia no Brasil naquele momento. A escolha de termos como “neofascismo de péssimo odor” e “nefasto presidente da Casa” para descrever os protagonistas do *impeachment* carrega uma carga emocional forte, apontando para uma narrativa de resistência contra forças políticas consideradas regressivas e prejudiciais ao Brasil.

Além disso, o texto sugere uma análise mais profunda das motivações por trás de sentimentos e ações marcadas por ódio e intolerância. Kovalski conecta essas manifestações a aspectos socioculturais e históricos profundamente enraizados na sociedade brasileira, insinuando que tais fenômenos não surgem do nada, mas são alimentados por divisões históricas e estruturais.

A crítica à mídia também é evidente no texto, ao mencionar que a “tomada descarada de posicionamento da maior parte da chamada grande mídia” potencializou a polarização e o embate político nas redes sociais. Essa crítica é alinhada com a visão de que a mídia desempenhou um papel significativo na amplificação de narrativas que polarizaram a sociedade brasileira, contribuindo para um ambiente de tensões exacerbadas. Dessa, o autor conclama à reflexão sobre os valores democráticos e os direitos humanos em um contexto de crescente intolerância.

O trecho subsequente da reportagem do *Le Monde Diplomatique Brasil* expande a crítica ao contexto político e social brasileiro, descrevendo um cenário de intensificação do radicalismo e da intolerância após as eleições de 2014. O autor, Helcio Kovalski, utiliza uma linguagem incisiva para caracterizar os eventos e manifestações que marcaram esse período. Ele começa denunciando um “festival profundamente reacionário” permeado por ignorância, arrogância, prepotência, preconceito e racismo.

Essa descrição visa retratar a atmosfera tóxica que se estabeleceu, onde o antipetismo se tornou uma narrativa dominante, simbolizando uma espécie de solução mítica para os problemas do país, contrastando com o conceito de "toque de Midas" que transforma tudo em ouro.

A crítica se torna ainda mais contundente ao mencionar casos específicos de manifestações extremas, como o episódio dos bonecos simulando Dilma Rousseff e Lula sendo enforcados em um viaduto, além de cartazes e faixas com mensagens chocantes e violentas. Estas incluem desde incitações à violência física e apologias a regimes autoritários até manifestações de ódio contra minorias étnicas, religiosas, políticas e sociais.

Conforme o jornalista, a escola pública em Taboão da Serra, que permitiu estudantes a desfilarem com símbolos nazistas em um evento comemorativo, é citada como exemplo do nível de desinformação e insensibilidade histórica que permeava parte da sociedade e, preocupantemente, do sistema educacional. O texto também critica a utilização indiscriminada e muitas vezes superficial do termo "fascismo" nas redes sociais e na mídia, sugerindo que sua aplicação nem sempre é precisa ou coerente, o que pode diluir o entendimento público sobre sua verdadeira gravidade e implicação.

O autor faz referência a um "mosaico horripilante" de manifestações que revelam xenofobia, racismo, machismo, homofobia e outros preconceitos, todos encapsulados sob o termo "fascismo". Essa análise não apenas denuncia os abusos e extremos ocorridos durante esse período, mas também aponta para um alarmante retrocesso nos valores democráticos e humanistas no Brasil.

As cinzas que cobriam a brasa viva do fascismo, no Brasil, estão desaparecendo rápido demais. E o mesmo vento que as espalha faz o coração da brasa ameaçar tornar-se chama. Urge apagá-la e transformar essa brasa em cinzas de um tempo imemorial, terminantemente impedido de voltar à tona¹⁸⁶.

Ao final de sua análise, o autor faz uma conexão entre as manifestações de intolerância e a visão de Walter Benjamin sobre provérbios e ruínas. “Podemos dizer que os provérbios são ruínas de antigas narrativas, nas quais a moral da história abraça um acontecimento, como a hera abraça um muro”¹⁸⁷. A citação de Benjamin sugere que essas

¹⁸⁶ KOVALESKI, H.. As ruínas da intolerância. *Le Monde Diplomatique Brasil*, edição 102, 2016, p. 16.

¹⁸⁷ Presente na obra *O Narrador: Considerações sobre a Obra de Nikolai Leskov*, publicada originalmente em 1936. Nesse ensaio, Benjamin discute a natureza do narrador tradicional e como a experiência moderna alterou a forma como as histórias são contadas e transmitidas. A passagem específica sobre os provérbios

expressões breves carregam consigo a moral de histórias passadas, semelhante à forma como hera abraça um muro, simbolizando a continuidade e a memória.

No entanto, o autor do texto do *Le Monde Diplomatique Brasil* desafia essa analogia ao aplicá-la às manifestações fascistas contemporâneas no Brasil. Ele argumenta que, enquanto Benjamin pode ter uma visão nostálgica e até positiva das ruínas como vestígios do passado, as formas modernas de intolerância não podem ser vistas da mesma maneira. Para Kovalski, as manifestações de intolerância são como "ruínas da intolerância", denotando não apenas vestígios do passado, mas também um estado atual de destruição e degradação moral e social.

Ao descrever a intolerância como "amalgamada e sedimentada ao longo de séculos" e irrompendo com "força vulcânica", o autor enfatiza a profundidade histórica e a intensidade contemporânea desse fenômeno. A metáfora da "força vulcânica" indica que essa intolerância está reprimida por um longo tempo e agora emerge de maneira explosiva e destrutiva. Assim, quando contrapõe a visão de Benjamin¹⁸⁸ sobre ruínas como algo que preserva e carrega história com a realidade das manifestações fascistas contemporâneas, o autor convida o leitor a refletir sobre a natureza da intolerância e suas raízes profundas na sociedade brasileira. Ele ressalta a gravidade do fenômeno e a urgência de reconhecê-lo não como um vestígio positivo do passado, mas como um desafio contemporâneo que requer enfrentamento e mudança social.

Utilizando os conceitos de Norman Fairclough na análise do texto de Kovalski, observa-se como o discurso constrói identidades, reflete e molda ideologias e serve como uma prática social que contribui para a luta de poder. O texto do jornalista não apenas descreve a situação política do Brasil em 2016, mas também participa ativamente na construção de uma narrativa crítica ao neofascismo e ao antipetismo. A prática social do discurso também é evidente na forma como ele utiliza referências históricas e intertextualidade para reforçar seu argumento e propor uma visão alternativa dos eventos políticos.

Outra reportagem se relaciona à capa desta edição. A reportagem "A esquerda em pane", escrita pelo jornalista francês Renaud Lambert, publicada no *Le Monde Diplomatique*, explora o declínio da esquerda na América Latina. Lambert argumenta que diversos países da região enfrentam desafios significativos e reversões políticas notáveis.

como ruínas de antigas narrativas pode ser encontrada no contexto em que Benjamin explora a ideia de que os provérbios são vestígios condensados de sabedoria e experiência coletiva.

¹⁸⁸ Benjamin (1892-1940), intelectual alemão de origem judia, foi ensaísta, crítico literário, tradutor, filósofo e sociólogo. Para alguns teóricos ele integra a Escola de Frankfurt e a Teoria Crítica. Para outros, ele segue caminho teórico próprio embora trocasse correspondência com alguns de seus integrantes.

Ele aponta a "derrota acachapante na Venezuela", a "virada à direita na Argentina", a "crise econômica e política no Brasil" e manifestações populares no Equador como exemplos do enfraquecimento da influência e popularidade da esquerda.

Além de mencionar as "maquinações de Washington" como parte do declínio da esquerda, Lambert destaca fatores internos nos países latino-americanos. Estes incluem questões econômicas, problemas de governança, corrupção e a insatisfação popular com as administrações de esquerda. Essas dinâmicas não apenas refletem pressões externas, como as influências dos Estados Unidos, mas também mostram como fatores internos desempenham um papel crucial no atual cenário político da região.

O texto começa com uma pichação no Rio de Janeiro que denuncia a crise dos banqueiros, evocando um sentimento de resistência popular. O autor cria um contraste temporal ao recordar a prosperidade do Brasil em um momento em que o país era visto como um sucesso emergente, sugerindo uma queda abrupta na economia e na esperança popular. Lambert enfatiza a reviravolta na narrativa midiática e política. Ele cita a capa da *The Economist*, que proclamava "Brasil decola"¹⁸⁹, contrastando com a realidade de 2013. Publicada na edição de 12 de novembro de 2009, a capa retrata o Cristo Redentor decolando como um foguete, simbolizando o crescimento econômico e a ascensão do Brasil como potência emergente. A segunda capa, "Has Brazil blown it?"¹⁹⁰ (O Brasil estragou tudo?), de 27 de setembro de 2013, traz na capa o Cristo Redentor retrocedendo, sugerindo dificuldades econômicas e desafios enfrentados pelo Brasil naquele período. Essas capas foram emblemáticas e geraram bastante discussão na época sobre as expectativas e realidades econômicas do Brasil e da América Latina. Embora o *impeachment* não fosse considerado naquele momento, a *Economist* já identificava sinais de instabilidade no Brasil, referindo-se às manifestações de junho, desencadeadas pelo aumento no preço do transporte. A revista destacou que o Brasil havia navegado relativamente bem pela crise econômica de 2008, alcançando um crescimento de 7,5% em 2010, mas naquele ano estava enfrentando uma expansão anual do PIB em torno de apenas 2%.

Essa mudança de cenário também é exemplificada pelo autor na chamada "derrota acachapante na Venezuela" e a "virada à direita na Argentina", destacando a perda de poder e prestígio da esquerda latino-americana. Como estratégia discursiva em uma retórica de comparação, o jornalista utiliza assim contrastes temporais e geográficos para evidenciar sua visão de degradação econômica e política da região. Dessa forma, a

¹⁸⁹ Disponível em: << <https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off>>>.

¹⁹⁰ Disponível em: << <https://www.economist.com/leaders/2013/09/27/has-brazil-blown-it>>>.

transformação do cenário em duas capas da revista inglesa serve como uma metáfora para o declínio geral da esquerda na América Latina.

A inclusão de dados da Cepal, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, sobre o aumento da pobreza na Venezuela adiciona credibilidade ao argumento, mostrando que a crise não é apenas uma percepção, mas respaldada por estatísticas. A crítica ao presidente equatoriano Rafael Correa, que acusou o liberalismo na Sorbonne e depois assinou um acordo de livre-comércio, exemplifica a incoerência ideológica percebida na esquerda latino-americana. Esta narrativa reforça a ideia de que a esquerda falhou em manter suas promessas e princípios.

Ao mencionar a resistência popular, o texto constrói uma identidade de vitimização dos povos latino-americanos, ao mesmo tempo em que celebra sua resistência. Os líderes de esquerda são apresentados como incapazes de sustentar suas políticas em face da crise econômica global, sugerindo uma traição aos ideais originais. A derrota do peronismo na Argentina, a abertura de Cuba para negócios com os EUA, e as manifestações contra governos de esquerda no Brasil, Equador e Venezuela são usados para sublinhar a narrativa de falência da esquerda. A ideia é que a esquerda não só enfrenta dificuldades econômicas, mas também uma perda de apoio popular e legitimidade.

No artigo em questão, o autor desenvolve uma crítica à postura do governo Dilma Rousseff no contexto de crise política e econômica de 2015. O jornalista considera haver uma contradição na atuação da presidenta, que inicialmente criticara Aécio Neves por sua política de cortes, mas, posteriormente, adotou medidas de austeridade que resultaram na redução de programas sociais. Embora o autor aponte essa mudança como evidência de incoerência ideológica, não investiga as causas estruturais da política econômica implementada naquele contexto, marcada por pressões do mercado financeiro e por constrangimentos fiscais impostos pelo próprio sistema político. Assim, sua crítica se mantém no plano discursivo, sem examinar a complexidade das decisões que envolveram o ajuste fiscal e o impacto social dessas medidas.

A crítica implícita à esquerda, que falhou em entregar resultados tangíveis, pode ser interpretada como um fator contribuinte para a percepção de ineficácia que facilitou o Golpe de 2016 ao governo Dilma. O jornalista aponta para a burocratização e perda de contato do PT com a sociedade, especialmente com a juventude. Um distanciamento que é visto como um fator crucial para a incapacidade de mobilização e perda de força

política. Isso ecoa a tese de Fairclough¹⁹¹ de que discursos políticos se constroem e se desconstroem através de suas relações sociais e práticas organizacionais.

A narrativa de perda de legitimidade e conexão com as bases é fundamental para entender o contexto em que o *impeachment* se desenrolou. A citação de Lula sobre a fragilidade dos partidos de esquerda quando chegam ao poder destaca um dilema central: governar implica fazer concessões que podem enfraquecer a base ideológica e alienar apoiadores. Essa tensão entre pragmatismo político e idealismo é um tema recorrente que permeia o discurso do jornalista. As políticas de austeridade adotadas por Dilma Rousseff, vistas como traição por seus eleitores, podem ter alimentado a desilusão e facilitado a mobilização de forças de oposição que culminaram no Golpe de 2016.

Assim, na reportagem, Lambert revela uma complexa rede de fatores que contribuíram para a crise da esquerda na América Latina e, especificamente, no Brasil. E sugere que o "laboratório latino-americano", uma vez modelo de inspiração para a esquerda global, perdeu seu brilho. No entanto, ele deixa uma abertura para a reavaliação e aprendizado das tensões internas, indicando que a experiência da esquerda na América Latina ainda pode oferecer lições valiosas.

Para enriquecer essa análise à luz da teoria pós-marxista de Chantal Mouffe, é fundamental considerar como as identidades políticas são construídas e contestadas. A teórica argumenta que as identidades políticas são formadas por fronteiras discursivas que delineiam o "nós" e o "eles" dentro do campo político. No contexto latino-americano, as narrativas de esquerda historicamente enfatizaram a luta contra a desigualdade social e a emancipação dos oprimidos. No entanto, com o enfraquecimento da hegemonia da esquerda nas últimas décadas, as forças políticas de direita têm conseguido reconfigurar essas fronteiras discursivas. Elas frequentemente retratam os governos progressistas como responsáveis por crises econômicas, corrupção e desordem social, desafiando assim a legitimidade histórica dos projetos de esquerda na região.

Mouffe¹⁹² introduz o conceito de "pluralismo agonístico", que propõe uma mudança do antagonismo para o agonismo. Essa abordagem implica considerar as paixões coletivas e criar mecanismos para transformar adversários em inimigos. A autora defende que não se deve eliminar as paixões da esfera pública, mas canalizá-las de forma democrática. Isso porque o dissenso é essencial para a sociedade, já que cada consenso é temporário e implica alguma forma de exclusão. Assim, a postura "agonística", segundo Mouffe, reconhece os limites das fronteiras sociais e as formas de exclusão que estas implicam.

¹⁹¹ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

¹⁹² MOUFFE, Chantal. *Agonística: pensar o mundo politicamente*. São Paulo: Autêntica, 2015b.

No caso da destituição de Dilma do poder, houve uma polarização intensa na sociedade brasileira, com diferentes atores políticos e sociais defendendo interpretações opostas sobre a legalidade e a legitimidade do processo. Essa polarização transformou adversários políticos em inimigos em muitos casos, exacerbando as divisões sociais e políticas.

As estratégias de oposição da direita não se limitam apenas a críticas às políticas específicas adotadas pelos governos de esquerda, mas visam também deslegitimar suas bases ideológicas e morais. Isso inclui acusações de autoritarismo, populismo irresponsável e falta de compromisso com princípios democráticos. Essas críticas são formuladas para ampliar as divisões políticas dentro da sociedade e minar o apoio popular à esquerda. Diante desse cenário, os movimentos sociais de esquerda têm buscado respostas variadas. Alguns grupos tentam revitalizar as identidades políticas de esquerda, adaptando-as às novas realidades políticas e sociais. Isso pode envolver a formação de coalizões mais amplas, a incorporação de novas demandas sociais e a renovação do discurso político para torná-lo mais inclusivo e resiliente às críticas da oposição.

Para a teórica, os momentos de crise política representam oportunidades para a esquerda repensar suas estratégias e reconstruir sua base política. Isso exige não apenas a articulação de propostas políticas claras, mas também a mobilização de uma base social ampla capaz de defender e promover uma visão alternativa de sociedade. Essa perspectiva ampliada nos ajuda a entender melhor como as dinâmicas políticas na América Latina são moldadas pela competição entre diferentes narrativas e identidades políticas, tanto internas quanto externas.

Entender a trajetória política após os eventos de 2016 que destituiu Dilma Rousseff das funções de governo é o que faremos no próximo capítulo, recuperando as justificativas que balizaram as ações de seus opositores ao avaliarem o perfil de seu governo na área econômica, detectando aí o ponto nevrálgico desse percurso.

CAPÍTULO III

DE GOLPE EM GOLPE: O DESMONTE E AS RUPTURAS DA DEMOCRACIA

3.1. O Golpe de 2016

Retrospectivamente, o prelúdio das dificuldades do segundo governo Dilma materializava-se na “Nova Matriz Econômica” que substituiu o já usual tripé macroeconômico: inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal. De acordo com avaliação de Lucas¹⁹³ intelectual de oposição vinculado ao Instituto Teotônio Vilela, do PSDB, a nova matriz visava reduzir a oneração do setor produtivo e juros reais, bem como visava aumentar o crédito público elegendo os chamados “Campeões Nacionais” e oferecendo proteção de crédito do BNDES. Além de ceder a administração econômica do país à autarquia, o primeiro governo Dilma internalizou a cadeia produtiva nacional com barreiras não tarifárias ao comércio, como exigência de conteúdo nacional em empréstimos do BNDES em compras das empresas estatais, segundo o autor. Para ele, os resultados da nova matriz econômica foi o crescimento da inflação, taxas de juros e do déficit externo, além da estagnação da atividade econômica, deixando o país em um patamar inferior ao deixado pelo presidente passado.

No ano de 2014 a inflação seguiu crescendo, superou o 5.9% do ano de 2013 e atingiu 6.4% no final de 2014, sendo que a meta fiscal era de 4.5%, portanto considerou-se um aumento acentuado, o que aprofundou a crise econômica e a onerosidade do trabalhador. Apesar disso, Pinto *et al*¹⁹⁴ afirmam que o início do governo Dilma, em seu primeiro mandato apontava uma boa perspectiva e melhora no quadro deixado por Lula, pois a nova presidente demitiu ministros envolvidos em esquemas de corrupção, como o esquema conhecido como “Mensalão” que envolvia a compra de votos de parlamentares, bem como visou a redução das taxas de juros, a desvalorização do câmbio e promoveu importantes alterações em programas de concessões.

André Singer, em sua obra *O lulismo em Crise – um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*¹⁹⁵, afirma que o rumo que o petismo tomou entre 2014 e 2015 suscitou

¹⁹³ LUCAS, Luiz Paulo Vellozo (coord.). *O primeiro (des)governo Dilma (2011-2014): Balanço de um desastre anunciado*. Instituto Teotônio Vilela, 2015.

¹⁹⁴ PINTO, Eduardo Costa et al. *A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise*. Instituto de Economia da UFRJ. Texto para discussão nº 04, 2016.

¹⁹⁵ SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011–2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

manifestações de ambos os lados do espectro político, inclusive da esquerda extrapetista que buscava se reconectar com o trabalhador e exigia uma *mea culpa* do Governo Dilma. Durante o início do mandato de Dilma Rousseff como presidente do Brasil, houve vários eventos e manifestações de misoginia e sexismo direcionados a ela. Nas manifestações contra o governo e protestos políticos, foram observados cartazes e manifestações públicas com teor sexista e misógino dirigidos à Dilma Rousseff, muitas vezes utilizando linguagem vulgar e desrespeitosa. O início promissor de seu mandato lhe rendeu a alcunha de “Coração Valente”, que exaltava a postura da presidente que aparentemente conseguiria controlar o congresso nacional, a burocracia estatal e endurecer o tom com setores proeminentes da economia, como bancos, grandes latifundiários, indústrias, entre outros¹⁹⁶.

No entanto, parte da responsabilidade pela crise econômica e política era da oposição reacionária, que conturbava a agenda do governo com as pautas bomba e prejudicavam sua governabilidade, e parte da crise econômica global. E além de parte da responsabilidade pela crise ser a política de Dilma, que seguia o modelo petista que André Singer denomina de “traço conservador do lulismo” ao realizar uma política de coalização com os partidos conservadores. Sobre a queda da popularidade de Dilma em seu segundo governo, Ciro Gomes¹⁹⁷, em sua contribuição no livro *Porque gritamos Golpe?*, descreve:

Junto à população, o que se reuniu contra ela foi basicamente três grupos: aqueles que votaram contra ela nas últimas eleições, por não compreenderem seu governo como representante de seus próprios interesses; os que se sentiram enganados pela propaganda de sua eleição, uma vez que, na sequência da vitória, Dilma aplicou, por exemplo, elevação de tarifas, como as de luz elétrica e gasolina, além de desenvolver uma política econômica extremamente conservadora, que beneficiou mais aos bancos que ao povo; e os que foram afetados diretamente pela novelização moralista dos escândalos de corrupção, que foram originados também pela contemporização da presidenta com a ala mais suja da política nacional¹⁹⁸

Em que pese a fragilidade ideológica dos governos petistas, crise econômica alavancada pela crise internacional e queda da popularidade de Dilma em meio aos

¹⁹⁶ PINTO, Eduardo Costa et al. *A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise*. Instituto de Economia da UFRJ. Texto para discussão nº 04, 2016.

¹⁹⁷ Ciro Gomes, vice-presidente do PDT – Partido Democrático Trabalhista, foi governador do Ceará (1991-1994), ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco durante a implantação do Plano Real e ministro da Integração Nacional durante o projeto de transposição do Rio São Francisco no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

¹⁹⁸ GOMES, Ciro. Por que o Golpe Acontece? In: JINKINGS, Ivana. DORIA, Kim. CLETO, Murilo [org.]. *Por que Gritamos Golpe?* Para entender o Impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 35-37.

protestos que foram incorporados pelo discurso reacionário e liberal por influência de empresas e institutos liberais, o plano político de Dilma Rousseff e Michel Temer havia sido referendado nas urnas em 2014. Em um processo regular, democrático e livre de fraudes, visto que as investigações sobre fraude eleitoral não encontraram nenhuma irregularidade¹⁹⁹.

A grande mídia brasileira, analisa Rodrigues, teve papel fundamental na consolidação do golpe, atuando como parte orgânica do processo e não apenas como sua aliada posterior. O discurso midiático, alinhado aos interesses das elites econômicas, contribuiu para a criação de um ambiente político e simbólico favorável à destituição de Dilma Rousseff. Os acontecimentos de 2015, no contexto dos pedidos de impeachment, resultaram em manifestações favoráveis e contrárias à retirada da presidenta do poder. Todavia, a grande mídia empenhou-se em desconstruir um dos lados da disputa e fortalecer o outro. Diversos exemplos da sanha reacionária dos principais veículos de comunicação foram observados, evidenciando a intenção da mídia em atuar como protagonista do processo.

Na continuidade de sua análise, Rodrigues afirma que a mídia atual é cada vez mais oligopolizada e partidarizada, associando-se a setores específicos da estrutura de poder e tornando-se o principal agente de convocação e legitimação das manifestações contra a democracia. O autor ressalta que, à época do golpe de 2016, a mídia — em especial as Organizações Globo — havia se consolidado como o maior intelectual orgânico da burguesia brasileira, configurando-se como um verdadeiro “partido político” apoiado pela massa burguesa.

Neste mesmo diapasão, em matéria expondo o posicionamento da grande mídia, o veículo *Carta Capital* divulga uma fala de Eliane Cantanhêde, do canal *Globonews*, em tom de crítica aos manifestantes que se manifestavam em defesa da democracia:

É surpreendente que essas pessoas de vermelho, que sempre foram às ruas para defender o combate à corrupção e um país melhor, hoje estejam nas ruas condenando o Sergio Moro, que é quem encampa essa bandeira, que sempre foi dessas pessoas”²⁰⁰

¹⁹⁹ SANTOS, Lyndon de Araújo. BACCEGA, Marcus Vinicius de Abreu. MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio (org.). *O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil*. São Luís: Editora da UFMA, 2021.

²⁰⁰ CARTA CAPITAL. Os atos pró-democracia e a narrativa do golpe na grande mídia: os meios seguem em seu papel de conduzir a opinião pública contra o governo. *Carta Capital*, (online), 21 mar. 2016.

Em artigo publicado na IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, sediada pela Universidade Federal do Maranhão, a pesquisadora Priscilla Pereira da Costa²⁰¹, mestre em Relações Internacionais, relembra que o complexo midiático brasileiro sempre esteve ligado a decisões políticas e aos governos, assumindo uma estreita relação com a esfera política. Benevides²⁰² relembra que o próprio dono do jornal *O Estado de S. Paulo* sondou a possibilidade de um golpe contra Getúlio Vargas.

No editorial *Sem Bananas*, da *Folha de S. Paulo*²⁰³, o jornal sugere que a oposição à Dilma recue, momentaneamente, no processo de *impeachment*, para não manchar a imagem do país no cenário internacional, afirmando que uma “deposição assentada em razões banais” traria instabilidade interna ao país, portanto, sugere que as legendas de oposição cheguem a um consenso sobre o motivo do *Impeachment*, e atuar como uma frente unida. “Sendo mecanismo sempre traumático, [o *impeachment*] não pode, ao contrário do que parte da oposição quer fazer crer, ser empregado sem que profundas razões o exijam”, conclui a Folha, em seu editorial de 25 de agosto de 2015, demonstrando cautela frente à seriedade de um processo de afastamento.

Ao mencionar o papel da grande mídia no processo político, Rodrigues²⁰⁴ afirma que durante a deposição do presidente João Goulart, na década de 1960, as matérias da mídia voltavam-se para a desestabilização do governo com vistas em contribuir para sua derrocada, sendo que os principais veículos de mídia participaram deste processo. De acordo, Fernando Lattman-Feldman, no artigo *Desventuras da influência política midiática no Brasil pós 1988: uma teoria da demanda por informação política*²⁰⁵ afirma que no processo de *impeachment* de Dilma, houve clara interferência e até manipulação da mídia, que auxiliou a guiar o descontentamento do povo com a crise econômica, e transformá-lo em sentimento de antipetismo, acusando Dilma como a única culpada pela situação econômica do Brasil.

Todavia, houve diversos veículos independentes dispostos a recuperar a verdade dos fatos, a manipulação política por trás do golpe e o papel da grande mídia neste processo. Um destes exemplos é a revista *Carta Capital*, que no editorial *Os atos pró-*

²⁰¹COSTA, Priscilla Pereira. Representações midiáticas sobre o impeachment da presidenta Dilma Rousseff: uma análise da cobertura do Jornal Nacional. 2019. 170 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

²⁰² BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN E O UDENISMO: *Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro*. Editora Vozes, 1981.

²⁰³ *Folha de S. Paulo. Sem Bananas*. 25 de agosto de 2015 *Editorial*}.

²⁰⁴ RODRIGUES, Theófilo Machado. O papel da mídia nos processos de impeachment de Dilma Rousseff (2016). *Revista Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 02, p. 37-58, ago. 2018/ nov. 2018.

²⁰⁵ LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Desventuras da influência política midiática no Brasil pós 1988: uma teoria da demanda por informação política. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 24, nº 2, maio-agosto, p. 239-269, 2018.

democracia e a narrativa do golpe na grande mídia, denunciou a postura golpista da oposição e evidenciou o fato de que o *impeachment* ocorria sem crime, bem como buscou demonstrar o papel da grande mídia, de abafar e contrariar os protestos pró-democracia e na construção da narrativa, que mais tarde colocou Sergio Moro como herói nacional.

Outro destes exemplos, objeto central da presente tese, é a revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, que protagonizou atos em prol da democracia na mídia. Na edição 102, de 4 de janeiro de 2016, escrita por Helcio Kovalski, é denominada de neofascismo os movimentos pró-impedimento e postura da Câmara dos Deputados. O autor afirma que no contexto do crescimento das redes sociais e demais mídias de comunicação em tempo real, houve a ascensão de uma visão dicotômica de “coxinhas x petralhas” que acirrou o quadro político, em que um dos lados protagonizou um festival pavoroso de manifestações reacionárias, de intolerância, preconceito e racismo, como se o escândalo do *impeachment*, protagonizado pelo Congresso corrupto, tivesse liberado os sentimentos mais grotescos em parte da população. Em um dos protestos “anti-PT”, os cartazes e faixas demonstram exatamente isso. Porquê (sic) não mataram todos em 1964?”; “País sem corrupção é país onde rico manda, pois quem é rico não precisa roubar”; “Dilma, pena q (sic) não te enforcaram no DOI-Codi. Fora Dilma e PT”; “O povo é soberano! Intervenção militar não é crime”; “Dilma, você só tem três opções: renúncia, suicídio ou *impeachment* [...] “Chega de doutrinação marxista. Basta de Paulo Freire”; “Comunista é bom morto. Dilma, Maduro, Hugo, Fidel, Cristina, Lula, lixo do mundo”; “Feminicídio sim! FOMEnicídio não!! #foraPT!!!”. [...] ²⁰⁶

Tais demonstrações de neofascismo, combinadas com a atuação midiática, culminou em outros episódios lamentáveis da política brasileira após 2016. Diante do exposto, pergunta-se: Qual foi o papel da direita e da grande mídia no Golpe de 2016, segundo o periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*? Pesquisar os processos históricos contemporâneos da política e da mídia, identificando as representações sobre a política e a imprensa no Brasil nas edições da revista *Le Monde Diplomatique Brasil*, em suas versões impressas e digitais, com foco no *impeachment* de 2016, é objetivo principal desta pesquisa, como já afirmamos anteriormente, que se propõe arguir a produção de sentido, textual e imagética, presentes nas capas e reportagens de edições do periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*, publicadas entre 2013 e 2017, incluindo textos da edição online ²⁰⁷.

²⁰⁶ KOVALESKI, Heder. As ruínas da intolerância. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ed. 102; 04/01/2016.

²⁰⁷ Excepcionalmente incluímos a Capa da Edição Imagem 139 – Fev/2019 que remete aos eventos de cassação de Dilma Rousseff das funções de governo, na qual é aludida o que estava em jogo naquele processo, ao explicitar a inter-relação entre os EUA e o Brasil nessa nova fase pós golpe.

O rito do *impeachment* foi definido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e culminou com o julgamento no Senado, em 31 de agosto de 2016, que resultou na cassação do mandato da Presidenta Dilma Rousseff, embora mantendo seus direitos políticos. O julgamento foi marcado por 61 votos favoráveis e 20 contrários, um feito que certamente ficou registrado na história política do Brasil, não apenas pelo seu caráter decisivo, mas também pela sua profundidade institucional. Com o processo concluído, o vice-presidente Michel Temer assumiu a governança do país, dando início à implementação do projeto político defendido por seu partido, o PMDB, com uma agenda que rapidamente tomou o centro do debate nacional.

Esse novo cenário político, configurado pelo golpe e pela ascensão de Temer, gerou uma reflexão crítica e internacional, que se materializou, um ano depois, na edição do *Le Monde Diplomatique Brasil*. A revista, com uma capa provocativa, trouxe uma análise contundente dos desdobramentos do *impeachment*, trazendo textos que não apenas abordavam as implicações políticas do evento, mas também refletiam sobre seus sentidos mais profundos e seus impactos para a sociedade brasileira. As edições do *Le Monde Diplomatique Brasil*, ao avaliar o processo de forma crítica, contribuíram para o entendimento das consequências do *impeachment*, não só no contexto imediato, mas também no longo prazo, marcando uma fase de intensas transformações políticas e sociais.

3.2. O desmonte e as rupturas

A edição de abril de 2017 do periódico *Le Monde Diplomatique Brasil* traz à tona uma análise crítica sobre os eventos que marcaram o ano anterior no Brasil. Sob o título "Um ano de golpes", a revista examina, de forma incisiva, o processo de desmonte do Estado de proteção social que estava em andamento sob o governo de Michel Temer, à frente do então PMDB. Este período, marcado pela transição política e pelo *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, provocou uma série de mudanças profundas nas estruturas sociais e econômicas do país.

A imagem de capa, ilustrada por Rodrigo Leão, possibilita uma leitura daquele momento. A análise do periódico vai além do simples relato dos fatos, oferecendo uma reflexão sobre as implicações mais amplas desse contexto político, especialmente no que diz respeito aos direitos sociais e à estabilidade democrática.

A capa da edição, com sua provocativa chamada, antecipa o tom crítico que permeia os textos que seguem, estabelecendo a nuance para uma avaliação do impacto do *impeachment* e do governo Temer sobre a sociedade brasileira. Com um semblante gélido e ameaçador, envolto por uma escuridão solitária, a charge captura a essência de um presidente envolto na penumbra, com os olhos fixos na chama de uma vela que simboliza sua própria celebração.

Figura 03: Edição 117 do *Diplomatique Brasil*, 2017



Fonte: <https://diplomatique.org.br/edicao/edicao-117/>

A vela, longe de ser um mero acessório, se revela como a "cereja do bolo": uma metáfora visual de duplo sentido, evocando um dos mais emblemáticos símbolos das manifestações que culminaram no *impeachment* de Dilma Rousseff (PT). O pato amarelo, originalmente erguido como estandarte da campanha "Não Vou Pagar o Pato", criada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em 2015 em protesto contra a alta carga tributária, foi rapidamente apropriado pelos opositores de Dilma como símbolo de suas manifestações, ganhando destaque nas ruas, especialmente na Avenida Paulista.

Com o tempo, o pato amarelado se transformou em um ícone multifacetado, como evidenciado no Carnaval de 2018, quando a escola de samba Paraíso do Tuiuti, vice-campeã daquele ano, usou a figura do pato em sua crítica aos "manifestoches" – uma ironização dos manifestantes que, na ótica da agremiação, foram manipulados ao pedir a

saída da Presidenta. Para aumentar a complexidade simbólica, o pato, presente na fachada da FIESP, gerou controvérsias, com o artista plástico holandês Florentijn Hofman acusando a federação empresarial de plágio, ao alegar que o pato era uma reprodução direta de uma de suas obras²⁰⁸.

Para fins de análise, o foco centrou-se no texto “O desmonte do Estado de proteção social”, escrito por Antônio Augusto de Queiroz. Na linha fina – subtítulo – do primeiro texto, o jornalista assinala que o governo Temer poderá sancionar um conjunto de reformas que representaria uma revisão do papel do Estado brasileiro, não mais voltado a combater desigualdades, formular políticas públicas e prestar serviços públicos de qualidade, mas sim ao compromisso com credores das dívidas interna e externa, garantindo o direito de propriedade. Pontuando uma mudança de paradigma na relação do governo com o mercado e com a sociedade, o autor classifica o governo como precário, com grande rejeição popular e sério déficit de legitimidade, uma vez que também foi investigado pela Lava Jato, operação do Ministério Público Federal em parceria com a Polícia Federal.

A retomada da pauta neoliberal do Consenso de Washington, suspensa durante os 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), mostrou o ressurgimento do receituário do Estado mínimo no documento “Ponte para o futuro”, que acatou as imposições do establishment para colocar na agenda do governo pautas como a privatização, a reforma trabalhista e a nova reforma da Previdência.

Para garantir a efetivação dessa agenda, o mercado, com o apoio da mídia, tem ajudado o novo governo a unificar sua base parlamentar, proporcionando unidade programática e de comando nos campos liberal e fiscal, além de converter sua influência junto aos demais poderes da República em apoio às medidas governamentais. Quanto mais a Operação Lava Jato se aproxima do coração do governo, mais o presidente da República procura se mostrar necessário ao mercado, aprofundando as medidas fiscais, liberalizantes e desregulamentadoras da economia e das relações de trabalho.

Forças do centro, centro-direita e direita unificados na base do governo Temer, apoiando a agenda sem reserva, nesta que é considerada como a quarta tentativa de extinção do Estado de bem-estar social, desde a redemocratização. Uma atuação orquestrada dos Poderes em favor da agenda neoliberal é elencada pelo autor, como um novo arranjo político em nome da harmonia entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Antes de sua conclusão, o jornalista ressalta a tragédia do congelamento do

²⁰⁸ LEMOS, Bianca. Sai o pato amarelo, entra o sapo verde: Fiesp agora mira os juro. *Veja* [online], São Paulo, 13 mar. 2018.

gasto público – Emenda Constitucional 95 - e das reformas previdenciária e trabalhista, ilegítimas, como o presidente.

Medidas perversas contra o povo, que levam o País a um retrocesso social, enfraquecem a seguridade social, precarizam as condições e relações de trabalho, além de anunciar a falência na prestação dos serviços de saúde e educacional. Uma agenda que coloca o Estado brasileiro em risco. O clamor por resistência e mobilização social para combater as desigualdades imposto neste cenário compõe a conclusão do texto do jornalista. A análise efetuada naquele momento mostrava o perigo iminente de ações que, lamentavelmente, foram aprovadas e implementadas após uma coalisão bem-sucedida, do ponto de vista do governo instalado após o golpe de Dilma.

Em um país como o Brasil, que convive com profundas raízes escravagistas e oligárquicas, preserva-se, ainda na contemporaneidade, uma miopia que se opõe à realidade social. No lugar de avanço, enxerga-se o oposto: a naturalização da polarização, do confronto, questões que sempre existiram em nossa história, mas mascaradas. Para o sociólogo Jessé Souza, em *A Herança do Golpe* (2022), o ano de 2016 reedita o ano de 1954, ou seja, sempre que há uma ameaça de inclusão popular, emerge um golpe. Na verdade, nunca se trata de uma luta contra a corrupção, mas de uma reação das elites, que buscam preservar seus privilégios e encontram apoio na chamada classe média branca, cooptada por uma ideologia meritocrática e antipopular. Fica evidente, assim, que as forças dominantes desejam manter o controle do orçamento público e impedir a consolidação de direitos sociais. A compreensão desses fatos é necessária para o entendimento do golpe de 2016, bem como dos que o antecederam.

Assim, em sua tese, o autor defende que "a cultura de golpes de Estado" serve para manter negros e pobres na marginalidade e na exclusão. Dessa forma, o autor conclui, em seu eixo de explicação, que todos os golpes no Brasil foram motivados por racismo e preconceito de classe convenientemente mascarados. Aporofobia: eis um fio condutor de governos brasileiros.

Os problemas para uma apreensão dos sentidos da história, temporalidade e memória se deslocam para um cenário mais desafiador, pois passamos do rearranjo das noções de verdade e veracidade, com a influência dos efeitos da mídia para o imperativo da “pós-verdade”, eleita a palavra do ano pela Universidade de Oxford em 2016, cujo sentido remete a circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais, e foi exatamente esta “cartilha” que regeu as estratégias de tomada de poder nas últimas eleições presidenciais de grandes nações como EUA e Brasil.

3.3 Misoginia: o patriarcado e a grande mídia contra Dilma Rousseff

A estratégia de deslegitimar o governo de Dilma Rousseff por meio da ridicularização e do descrédito, frequentemente associada a elementos misóginos, reflete uma cultura de ódio que se manifesta em uma violência política e de gênero. Durante seu mandato, Dilma enfrentou uma série de desafios políticos e sociais, muitos dos quais foram exacerbados por narrativas construídas para enfraquecer sua liderança e questionar sua capacidade de governar. Esses ataques, mais do que críticas políticas, operaram dentro de um contexto de exclusão e marginalização, alimentando uma misoginia estrutural que impunha obstáculos adicionais à sua atuação política.

As narrativas jornalísticas contra Dilma frequentemente recorriam a estereótipos de gênero profundamente enraizados, como a ideia de que mulheres são emocionalmente instáveis ou incapazes de ocupar cargos de poder com a mesma competência que homens. Tais estigmas foram usados de forma sistemática para questionar a competência da Presidenta e sua adequação para governar o país.

Bell Hooks²⁰⁹ destaca como as mulheres, especialmente aquelas em posições de poder, são frequentemente alvo de ataques baseados em uma construção social que as associa à fraqueza, ao desequilíbrio emocional e à incapacidade de liderar. A autora argumenta que, para que a dominação patriarcal seja mantida, as mulheres que desafiam os papéis tradicionais devem ser deslegitimadas e humilhadas publicamente. Nesse sentido, a violência simbólica e o sexismo enfrentados por Dilma não se limitam ao ataque à sua competência política, mas visam reafirmar a ordem patriarcal, que, como Bell Hooks afirma, busca manter as mulheres em uma posição de subordinação.

A misoginia, nesse contexto, não se limitava a críticas políticas, mas se estendia a ataques pessoais e caricaturais que distorciam a imagem pública de Dilma. Ao longo do seu governo, a mídia exerceu um papel crucial na construção dessa narrativa, utilizando de recursos visuais e textuais para associá-la a características tradicionalmente vistas como antagônicas à figura da mulher no poder, como a irracionalidade e a falta de controle emocional. A combinação dessas estratégias visava não apenas enfraquecer a imagem pública de Dilma, mas também justificar e perpetuar a deslegitimação de sua liderança, particularmente durante o processo de *impeachment* de 2016.

²⁰⁹ HOOKS, Bell. *Feminism is for Everybody: Passionate Politics*. New York: Routledge, 2020.

Um exemplo claro dessa abordagem midiática foi a capa da revista *IstoÉ* de 6 de abril de 2016, com a manchete "Uma presidente fora de si". A reportagem da revista, assinada por Sergio Pardellas e Denise Bergamasco, associava a figura de Dilma a um comportamento emocionalmente instável e irracional, apelando para os estereótipos de "histérica" e "masculina".

Figura 04: Dilma na edição nº 2417 da revista *IstoÉ*, de 06/04/2016



Fonte: <https://jornalgnn.com.br/>

A jornalista Carolina Escher Gonçalves, em sua pesquisa *Os sentidos sobre Dilma Rousseff na edição 2417 da revista IstoÉ*, desenvolvida na UFSM, Universidade Federal de Santa Maria, destacou como a capa da *IstoÉ* foi construída para desqualificar a Presidenta, apresentando-a como uma mulher incapaz de lidar com as pressões políticas. Essa estratégia visava reforçar a percepção de que Dilma era uma líder inadequada, uma narrativa que dialogava com o contexto político polarizado da época e contribuía para a erosão de sua legitimidade. A violência simbólica contra Dilma também se manifestou de maneira mais polêmica, no ano anterior, como no caso da charge²¹⁰ publicada no Dia Internacional da Mulher de 2015, no jornal *O Globo*.

²¹⁰ Com atributos da ironia e do humor, as charges refletem situações do cotidiano e revelam sentidos (in) descritíveis. A palavra charge é oriunda do francês *charger*, que significa carga, exagero e, por vezes, ataque violento, a pessoa ou situação que se quer atingir.

A ilustração de Chico Caruso, que mostrava Dilma ajoelhada diante de um homem encapuzado com uma faca, foi amplamente criticada, especialmente por parlamentares como Margarida Salomão (PT-MG), que a classificaram como uma "manifestação infame". Além de deslegitimar a luta contra a violência de gênero, o uso do feminicídio como metáfora política não só distorcia a questão do feminicídio, mas também atacava a figura de Dilma como mulher no poder. Essas representações visavam desumanizar e fragilizar ainda mais sua imagem, explorando a vulnerabilidade associada ao seu gênero.

Figura 05: Charge de Chico Caruso publicada na capa de *O Globo*



Fonte: www.pragmatismopolitico.com.br

Outro ataque grave ocorreu com os adesivos misóginos que circulavam durante esse período. Desenhados para serem colados nas tampas dos tanques de gasolina, esses adesivos objetificavam Dilma, associando sua figura a uma sexualização grotesca. A reação da então ministra Eleonora Menicucci, que denunciou o caso formalmente ao Ministério Público Federal e a outros órgãos, mostrou como essa violência simbólica ultrapassava a esfera política e violava os direitos das mulheres. A produção e circulação desses adesivos foram uma tentativa de humilhar e reduzir Dilma a um objeto de descontrole, escárnio e violência sexual.

Figura 06: Adesivos misóginos atacam identidade de Dilma – 01 jul. 2015



<https://vermelho.org.br/2015/07/01/adesivos-misoginos-sao-a-nova-moda-contradilma/>

Essa ofensiva não se limitou aos discursos institucionais ou à cobertura midiática. Ela também se manifestou em expressões visuais e culturais que operavam como instrumentos de violência simbólica, atingindo diretamente a imagem pública da presidente. Entre esses ataques, destacam-se os adesivos misóginos que circularam amplamente no período, cuja análise revela o entrelaçamento entre gênero, política e cultura do escárnio.

Sob a perspectiva de Mikhail Bakhtin²¹¹, esse episódio se enquadra no conceito de “coroamento e descoroamento”, no qual o riso popular, aqui distorcido e instrumentalizado, é mobilizado para inverter hierarquias e degradar figuras de autoridade. Diferente do riso carnavalesco, que segundo Bakhtin poderia humanizar e aproximar governantes do povo, o riso presente nos adesivos é excludente, corrosivo e marcado pela intenção de humilhar. Georges Minois²¹², ao analisar a ambivalência histórica do riso, lembra que ele pode ser um instrumento de libertação ou de dominação; neste caso, trata-se de um “riso de exclusão” que não apenas ridiculariza a figura de Dilma, mas também reafirma a ideia de que a liderança política é incompatível com o corpo feminino. A sexualização grotesca, somada à dimensão humorística forjada, amplifica a violência simbólica e a torna socialmente compartilhável.

A análise dessa imagem como fonte histórica evidencia que ela opera simultaneamente no campo simbólico, cultural e político. Ao transformar o corpo da presidente em superfície de ataque e chacota, os adesivos sintetizam um projeto de

²¹¹ BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

²¹² MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. Tradução de Maria Helena Kühner. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

descoroamento que combina misoginia, linguagem visual e cultura do escárnio. A sua circulação massiva insere-se numa tradição histórica de uso do humor como arma de poder, descrita por Minois, na qual a comicidade não liberta, mas subjuga. Assim, o episódio revela que, no contexto da crise política de 2015-2016, a disputa pela narrativa da democracia brasileira não se travou apenas nas instituições e nos meios de comunicação, mas também no território simbólico onde o riso, longe de ser neutro, se converteu em instrumento de violência e exclusão.

Figura 07: Capa da revista Veja, de 20/04/2016



Fonte: www.veja.com.br

A revista *Veja* também teve um papel destacado no processo de desqualificação da imagem de Dilma. A capa de 20 de abril de 2016, com a foto da Presidenta eleita, acompanhada da manchete "Fora do baralho", transmitia a ideia de sua fragmentação política e de sua deslegitimação enquanto líder do país. Ao retirar metade de seu rosto da imagem, a revista não apenas sugeria sua incapacidade de manter o poder, mas também reforçava a narrativa de que a presidente já estava derrotada, desintegrando sua autoridade pública. O simbolismo dessa capa, assim como outras produções midiáticas, teve o objetivo de desumanizar Dilma, enfraquecendo sua posição enquanto líder política e personificando a crise que o Brasil enfrentava.

As investidas midiáticas contra Dilma Rousseff foram responsáveis por moldar a percepção pública de seu governo, associando sua figura a estereótipos de incompetência e instabilidade emocional, características frequentemente atribuídas a mulheres em posições de liderança. Essas abordagens alimentaram uma narrativa favorável ao

impeachment, deslegitimando o governo do Partido dos Trabalhadores e tornando Dilma alvo de um ataque simbólico mais profundo, no qual sua identidade de gênero foi utilizada como uma arma para questionar sua autoridade.

O Golpe de 2016 deve ser entendido não apenas como uma tentativa de destituir uma liderança política, mas como uma manifestação mais ampla das forças patriarcais que operam para manter a dominação masculina nos espaços de poder. A violência simbólica, que se expressa na mídia e na opinião pública, foi uma das táticas usadas para reforçar o caráter antidemocrático do *impeachment* e a resistência estrutural contra a presença de mulheres em posições de poder.

Para que uma violência possa ser reconhecida como tal, é necessário remover o véu de naturalização que a encobre. Conforme aponta Bourdieu²¹³, é preciso questionar e desconstruir essa naturalização, de modo a revelar o caráter violento de certas práticas e discursos que são comumente aceitos e reproduzidos na sociedade. Esse processo de desnaturalização é fundamental para que a violência simbólica possa ser identificada, denunciada e combatida. Apenas quando conseguimos enxergar as relações de poder e dominação subjacentes a determinadas ações e estruturas, é que podemos efetivamente enfrentar essa forma sutil, porém danosa, de violência.

Antes do golpe, outro exemplo relevante se manifesta durante o processo eleitoral onde o protótipo dessa urdidura aparece na capa da revista *Veja* de 23 de outubro de 2014, véspera do segundo turno das eleições presidenciais. Essa capa apresenta um exemplo clássico da interseção entre mídia e política, onde a construção da imagem e a produção de sentidos se tornam instrumentos decisivos em um processo eleitoral. A edição (imagem 11), com uma manchete explosiva sobre a suposta declaração de Alberto Youssef, doleiro envolvido no escândalo da Petrobras, surge como um agente de poder, lançando acusações graves de que Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva teriam conhecimento prévio dos desvios de recursos na estatal.

Figura 08: Capa-bomba da revista *Veja*, em 23/10/2014

²¹³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.



Fonte: www.veja.com.br

A forma como a reportagem é construída - com um alto teor de sensacionalismo e sem comprovação material das alegações - reflete uma tentativa de desestabilizar a candidatura de Dilma, associando-a diretamente ao escândalo da Lava Jato, justo no momento mais sensível da campanha. O uso da figura de Youssef como fonte para a delação, amplificada pela mídia, está longe de ser um ato meramente jornalístico. Ele fez parte de uma estratégia de construção de narrativas que visavam enfraquecer a legitimidade da gestão do PT, sendo a acusação lançada sem provas concretas.

A própria postura de Dilma Rousseff, em sua reação pública, expõe o contexto mais amplo em que se insere esse tipo de jornalismo: a luta pela verdade política e a tentativa de cerceamento da governabilidade. Ao declarar que a revista e seus "cúmplices" deveriam responder na Justiça, Dilma não apenas rechaça as acusações, mas também denuncia o uso da mídia como ferramenta de guerra política, visando a criminalização de sua imagem e de seu governo.

No contexto semiológico, a sombria capa desta edição da *Veja* não é a representação objetiva de um fato ocorrido, mas uma acusação difamatória: um meio de ação política. Recorre-se a um novo factóide, o Petrolão, com a expectativa de torná-lo um escândalo tão midiático e avassalador quanto o Mensalão para a opinião pública. A escolha de uma manchete sensacionalista, sem comprovação concreta, incluindo a antecipação da distribuição dos exemplares da revista em uma data crucial para a decisão eleitoral, têm como objetivo não só informar, mas manipular o significado do acontecimento. Isso é evidenciado pela resposta de Dilma, que busca resgatar a sua

imagem e desacreditar a operação midiática, ao afirmar que tais ações são um "crime". A utilização de Youssef como peça-chave na construção de um escândalo em torno do PT reflete o poder que a mídia exerce ao forjar (ou tentar) as realidades políticas e sociais, e a capacidade de interferir diretamente no cenário eleitoral.

As organizações Globo desempenharam um papel significativo durante o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, sendo frequentemente acusado de influenciar a opinião pública contra o governo dela. Um exemplo disso foi a intensa cobertura midiática das manifestações populares contra o governo Dilma em 2015 e 2016. A emissora, especialmente por meio de telejornais como o *Jornal Nacional*, deu amplo destaque às manifestações anti-Dilma, enfatizando o tamanho dos protestos e apresentando os atos como representações massivas do descontentamento popular. Ao mesmo tempo, as mobilizações em defesa da ex-presidente e contra o *impeachment* receberam menos espaço ou eram abordadas de maneira menos detalhada. Essa disparidade na cobertura reforçou uma narrativa de deslegitimação do governo. Além disso, o *Jornal Nacional* frequentemente destacava delações e denúncias da Operação Lava Jato que envolviam o Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto outras figuras políticas mencionadas em escândalos pareciam receber menor atenção. Esse viés é apontado por críticos como parte de um alinhamento político do Grupo Globo que teria contribuído para a construção do ambiente favorável ao *impeachment*.

Luis Felipe Miguel²¹⁴, no artigo *Violência e Política*, aborda a tendência predominante na teoria política contemporânea de enfatizar a produção de consensos e o reconhecimento intersubjetivo recíproco, enquanto relega as noções de conflito de interesses e disputa pelo poder a um plano secundário. Essa marginalização do conflito é visível na cobertura midiática sobre Dilma Rousseff, onde se pode observar a violência simbólica como um elemento central na construção de sua deslegitimação. Estudos sobre *framing*, como os de Entman²¹⁵, ajudam a compreender como a mídia seleciona e enfatiza aspectos específicos para moldar a percepção pública. No caso de Dilma, a imprensa brasileira frequentemente utilizou estereótipos de gênero e sensacionalismo para criar um enquadramento que questionava sua estabilidade emocional e competência, contribuindo para a formação de um ambiente político desfavorável e reforçando estruturas patriarcais. Nesse contexto, a violência política é muitas vezes negligenciada e tratada como algo excepcional ou desviante, não sendo incorporada nas matrizes conceituais utilizadas para

²¹⁴ MIGUEL, Luis Felipe. Violência e Política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2015, v. 30, n. 88, pp. 29-44. 2015.

²¹⁵ ENTMAN, Robert M. *Projections of power: Framing news, public opinion, and U.S. foreign policy*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

compreender a política e suas dinâmicas. O autor destaca que, embora a violência política seja uma realidade presente nos embates cotidianos, ela é frequentemente marginalizada e estigmatizada, o que limita sua discussão e análise nas abordagens teóricas mais comuns. Isso cria um cenário em que a compreensão da política é parcial e tende a subestimar aspectos fundamentais relacionados ao conflito e à luta pelo poder.

Vê-se a manipulação de signos e significados para gerar um impacto não apenas informativo, mas emocional e político. A estratégia de associar figuras centrais da política a escândalos de corrupção, sem evidências claras, funciona como um movimento de desestabilização. Assim, a credibilidade do governo é minada por um jogo de imagens que ressignificam a relação entre a política e o povo. Do ponto de vista da violência política e de gênero, essa estratégia revela como as questões de identidade de gênero são usadas como arma política, impactando não apenas a população, mas também o sistema democrático como um todo.

A história da mulher no Brasil, como analisa Del Priore²¹⁶, é marcada pela exclusão política e social, evidenciando a dificuldade de romper com estruturas patriarcais. Em consonância, Schwarcz²¹⁷ discute como o autoritarismo, um traço fundante da sociedade brasileira, atravessa não apenas instituições, mas também trajetórias individuais. Essas dinâmicas são evidentes na vida de Dilma Rousseff, que enfrentou a brutalidade da tortura física durante a Ditadura Militar (1964-1985) e, anos depois, uma violência simbólica na forma de ataques midiáticos quando chegou ao poder. A cobertura da imprensa, frequentemente ancorada em estereótipos de gênero, reforçou sua deslegitimação, construindo uma narrativa de fragilidade emocional e incompetência política. Assim, o autoritarismo histórico denunciado por Schwarcz manifesta-se também como uma resistência à presença de mulheres no poder, reiterando estruturas de dominação que permanecem arraigadas na sociedade brasileira.

O golpe de 2016 deve ser entendido não apenas como uma tentativa de destituir uma liderança política, mas como uma manifestação mais ampla das forças patriarcais que operam para manter a dominação masculina nos espaços de poder. A violência simbólica, que se expressa na mídia e na opinião pública, foi uma das táticas usadas para reforçar o caráter antidemocrático do *impeachment* e a resistência estrutural contra a presença de mulheres em posições de liderança. Assim, a instrumentalização da misoginia para desacreditar líderes políticas é uma forma de violência simbólica que marginaliza mulheres no espaço público e perpetua desigualdades estruturais de poder.

²¹⁶ DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira*: Império. São Paulo: LeYa, 2013.

²¹⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

3.4 A inimiga pública: a desconstrução da imagem de Dilma Rousseff

Para compreender a construção simbólica da figura de Dilma Rousseff no contexto de seu impeachment, é indispensável recorrer a diferentes registros de representação que operaram como mediadores do real. A palavra e o poder - enquanto categorias analíticas - se revelam decisivas nesse processo. A palavra, como signo articulador de sentidos e elemento estruturante do discurso político; o poder, como campo de disputa que opera tanto na arena institucional quanto nos circuitos da linguagem. Assim, a análise do documentário *Democracia em Vertigem*²¹⁸, como fonte histórica audiovisual, permite investigar como se articularam formas discursivas e visuais na produção de uma memória pública sobre a crise democrática brasileira.

Distribuído globalmente pela plataforma Netflix e indicado ao Oscar de Melhor Documentário, *Democracia em Vertigem* se inscreve como obra de denúncia, memória e interpretação histórica. A narrativa - em primeira pessoa, subjetiva e afetiva - é uma aposta estética e política da diretora Petra Costa: ao colocar sua história familiar em paralelo aos eventos políticos do país, ela explicita que a história nacional é feita também dos vínculos emocionais, das biografias entrelaçadas e dos traumas coletivos. A forma ensaística do documentário se torna, portanto, estratégia de leitura da conjuntura: não para recusar o rigor analítico, mas para reafirmar que toda narrativa histórica é situada, situada politicamente, situada afetivamente.

No centro dessa narrativa, está o corpo de Dilma Rousseff - e é esse corpo que o documentário transforma em signo maior de uma violência simbólica. Os enquadramentos visuais, as pausas dramáticas, os gestos isolados - como a respiração contida diante de uma sessão hostil no Senado - compõem uma gramática da deslegitimação. O rosto da Presidenta é visto, não raro, em silêncio, observando, ouvindo, resignando-se. Nesse ponto, a semiótica visual se faz contundente: não se trata de um corpo que fala, mas de um corpo que resiste à tentativa de apagamento discursivo. Como destacou Norman Fairclough, o processo de descridibilização simbólica de um sujeito político se dá menos por argumentos objetivos e mais pela repetição de signos associados à ilegitimidade, à disfunção e ao isolamento. Dilma é, ao longo do processo, reiteradamente deslocada da condição de presidenta da República para a de "problema nacional", "pedra no caminho", "obstáculo ao crescimento". A palavra política é

²¹⁸ COSTA, Petra (Direção). *Democracia em Vertigem*. Produção: Joanna Natasegara, Shane Boris e Tiago Pavan. Brasil/EUA: Netflix, 2019. 1 vídeo (121 min), son., color. Documentário.

esvaziada em nome da performance moralizante, quando a mulher no poder é convertida em metáfora de instabilidade.

Democracia em Vertigem desmonta essa lógica. O documentário restabelece a complexidade de Dilma: mulher, ex-guerrilheira, torturada, gestora tecnocrática, presidenta eleita por mais de 54 milhões de brasileiros. Sua trajetória não é reencenada como heroísmo unilateral, mas como síntese de contradições históricas do país. A insistência da câmera em sua presença física, em seus silêncios e hesitações, contrasta radicalmente com o tratamento dado a seus antagonistas, quase sempre filmados em situações de força, arrogância ou cinismo. O contraponto entre os planos e enquadramentos reforça visualmente a assimetria de poder: enquanto Dilma é mostrada em recintos institucionais carregados de tensão, seus opositores aparecem como operadores de um teatro já decidido.

É aqui que o documentário se conecta aos argumentos da tese. A destituição de Dilma Rousseff não se deu apenas por meio de manobras parlamentares, mas por um processo simbólico de corrosão de legitimidade. A imprensa hegemônica, como analisado ao longo deste trabalho, colaborou ativamente para a construção de um imaginário antipetista, que desqualificava a política, desprezava o lulismo e demonizava seus representantes. A partir das Jornadas de Junho de 2013, consolidou-se uma nova gramática do ódio - amplificada por redes sociais, articulada a redes criminosas de desinformação e estetizada sob a forma de indignação popular. Dilma tornou-se o elo fraco do ciclo progressista: por sua rigidez, por seu estilo técnico, por sua condição de mulher. A misoginia, ainda que raramente confessada, foi vetor importante da narrativa de sua inaptidão.

A análise estética do documentário evidencia esse ponto. Enquanto os discursos parlamentares que conduziram o impeachment foram impregnados de religiosidade, sentimentalismo nacionalista e teatralidade performática, a figura de Dilma era convocada à racionalidade fria, ao tecnicismo, à moderação. Essa dissonância entre expectativas públicas e performance política revelou-se letal. A presidente não "encarnava" os afetos exigidos por uma democracia cada vez mais mediada por imagens, emoções e identificações. Como alertam Lipovetsky e Baudrillard, a política, nos tempos de hipermodernidade, não se decide apenas nos parlamentos, mas na gestão dos símbolos, das aparências e das narrativas. Dilma perdeu a batalha da estética política - não por incompetência, mas por operar em outro registro discursivo, menos afeito ao espetáculo e à personalização midiática.

Democracia em Vertigem cumpre, nesse sentido, um duplo papel: reconstrói a memória do golpe de 2016 a partir de outra chave-narrativa - feminina, autoral, ética -, e reconfigura a semiótica do poder no Brasil. Se a tese aqui defendida sustenta que o *Le Monde Diplomatique Brasil* foi uma das poucas vozes dissonantes na imprensa ao denunciar a ruptura democrática, o documentário de Petra Costa é o equivalente audiovisual dessa resistência. Ambos constroem contra-narrativas que tensionam os sentidos cristalizados da história recente, e ambos assumem os riscos de intervir na disputa pela memória coletiva.

Por fim, o valor historiográfico de *Democracia em Vertigem* reside justamente na sua recusa ao consenso. A obra não pretende neutralidade; oferece, ao contrário, um ponto de vista crítico, subjetivo e posicionado - como toda narrativa histórica deve ser. Ao fazer isso, inscreve-se na tradição de uma história do tempo presente que, como lembra Henry Rousso, não pode abrir mão da responsabilidade ética com os mortos e com os vivos. A história, aqui, é um campo de embate simbólico, e a palavra que nele circula é sempre palavra em disputa.

Ao incorporar o registro de sua própria voz no plenário do Senado, em seu discurso de defesa, esta análise desloca-se para um ponto essencial: Dilma Rousseff foi também protagonista de um ato discursivo que, para além da defesa jurídica, assumiu caráter político e histórico. Proferido em 29 de agosto de 2016, o discurso exemplifica o que J. L. Austin²¹⁹ define como “ato de fala performativo”: ao dizer, Dilma age e inscreve-se na memória política como agente de resistência. Ao recusar “o obsequioso silêncio dos covardes” e reivindicar sua trajetória de luta contra a ditadura, ressignifica a violência simbólica sofrida no processo de impeachment como continuidade de um percurso de enfrentamento às injustiças históricas.

Quando evoca Getúlio Vargas, JK e Jango, a presidente insere sua destituição numa genealogia de rupturas democráticas, transformando a autodefesa em narrativa de longa duração, no sentido de Fernand Braudel²²⁰, e operando com o que Henry Rousso denomina “presente do passado” — a ativação de memórias políticas como instrumento de legitimação e denúncia. A intertextualidade presente nestas referências insere sua própria experiência em uma cadeia histórica de rupturas democráticas, reatualizando memórias políticas para reforçar a denúncia de golpe. Como prática discursiva, essa

²¹⁹ AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

²²⁰ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Tradução de J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

estratégia conecta o evento imediato a um repertório mais amplo de lutas e traumas nacionais, transformando a autodefesa em narrativa coletiva.

O vocabulário fortemente avaliativo, presente em expressões como “o que está em jogo é o respeito às urnas” e “pena de morte política”, desvela a dimensão estrutural do conflito: não se tratava apenas de um debate técnico sobre decretos orçamentários, mas de um embate sobre a soberania popular, o pacto democrático e a preservação de conquistas sociais.

Nessa perspectiva, a análise crítica do discurso, nos termos de Norman Fairclough²²¹, permite compreender como texto, prática discursiva e prática social se articulam na cena. A materialidade performática — falar de pé, de cabeça erguida, olhando diretamente nos olhos dos julgadores — intensifica o efeito político da fala, reconfigurando momentaneamente a assimetria de poder no espaço institucional. Como fonte histórica, o discurso preserva não apenas o conteúdo verbal, mas também a entonação, a gestualidade e o enquadramento midiático do ato, elementos indissociáveis de sua potência simbólica. Disponibilizado na íntegra pela Agência Senado²²², esse registro compõe o corpus documental desta pesquisa como documento primário de natureza audiovisual e textual, indispensável para compreender o impeachment não só como processo jurídico-parlamentar, mas como evento inscrito na História Política do Brasil, marcado pela disputa hegemônica em torno da memória e do sentido da democracia: em xeque.

3.5 Golpe e democracia: o *Le Monde Diplomatique Brasil* e a disputa pela memória

A avaliação do ano seguinte do periódico pesquisado merece atenção. A edição número 120 do *Le Monde Diplomatique Brasil*, noticiada em julho de 2017, constitui um documento de relevância singular para a análise das disputas de sentido em torno da crise democrática brasileira deflagrada com o impeachment de Dilma Rousseff. Publicada um ano após a ruptura institucional, essa edição opera não apenas como registro crítico do presente, mas como intervenção simbólica e política sobre a memória recente do país.

Seu conteúdo textual e visual revela o engajamento do periódico na formulação de uma narrativa alternativa àquela promovida pelos grandes veículos de comunicação,

²²¹ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

²²² BRASIL. Senado Federal. *Discurso de defesa de Dilma Rousseff no julgamento do impeachment*. Brasília, 29 ago. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso-de-defesa-de-dilma-no-senado>. Acesso em: 10 ago. 2025.

que majoritariamente legitimaram o processo como expressão da ordem constitucional, como fez a *Folha de S. Paulo*.

Figura 09: Capa da *Folha de S. Paulo*, de 1º de setembro de 2016



Fonte: www.folha.com.br

Ao apresentar o golpe de 2016 como evento encerrado e institucionalmente resolvido, a *Folha de S. Paulo* exerceu papel central na consolidação daquilo que Norman Fairclough²²³ denomina recontextualização discursiva: a transformação de um conflito político em questão administrativa. Essa estratégia discursiva não apenas redefiniu o sentido do acontecimento, mas delimitou o horizonte do pensável, fixando a destituição como gesto legítimo dentro da gramática da legalidade. A capa, portanto, é mais do que um registro jornalístico: é um documento histórico que materializa, na superfície da linguagem e da imagem, a lógica de poder que sustentou o golpe, assunto que será tratado mais adiante.

Os demais jornais também foram uníssonos. *O Globo* assumiu posição discursiva de clara legitimação do impeachment, mobilizando estratégias linguísticas e visuais que o enquadram como um processo institucional resolvido e desejável. A manchete “Dilma está fora – e agora, Temer?”, da edição de 1º de setembro de 2016, sintetiza o gesto editorial de naturalizar a destituição como um fato consumado, deslocando o foco da

²²³ FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001.

ruptura democrática para o novo governo. O jornal, ao destacar a cerimônia de posse e o discurso de Michel Temer em tom de serenidade e “otimismo”, constrói uma narrativa de continuidade e racionalidade administrativa, em contraposição ao suposto descontrole emocional e “catastrofismo” de Dilma Rousseff.

Como observa Giering e Caldas²²⁴, os editoriais de *O Globo* sobre o processo de *impeachment* manifestam um engajamento ativo na defesa da destituição, configurando um discurso institucional alinhado aos interesses econômicos das elites e à racionalidade fiscal, ao mesmo tempo em que desqualificam o lulismo e o Partido dos Trabalhadores por meio de uma modalidade delocutiva — isto é, apresentando opiniões como se fossem constatações neutras. Assim, a narrativa midiática do periódico reafirma a crença na “normalidade democrática” do processo, convertendo a exceção em rotina política. Essa construção discursiva opera, portanto, como uma recontextualização estratégica — no sentido proposto por Fairclough —, em que a destituição presidencial é traduzida como “mudança de tom” e “nova oportunidade para o país”. Trata-se, portanto, de um discurso performativo, em que o jornal não apenas relata o acontecimento, mas o integra e o legitima, projetando-se como ator orgânico do golpe parlamentar e produtor de sentidos que consolidaram sua normalização no espaço público brasileiro.

O Estado de S. Paulo manteve, ao longo de todo o processo de impeachment, um discurso de legitimação moral e racional da destituição presidencial, fundamentado na ideia de que o afastamento de Dilma Rousseff seria um imperativo de “bom senso” e uma exigência da “opinião pública esclarecida”. O editorial *Impeachment é o melhor caminho*, publicado em 7 de abril de 2016, condensa essa perspectiva ao afirmar que o processo representava “a única saída responsável para a crise ética e administrativa” do país. Tal formulação exemplifica o uso do que Fairclough denomina recontextualização discursiva, pela qual o jornal transfigura um evento político de natureza controversa em um ato técnico e racional, desprovido de conflito ideológico.

Figura 10: Capa do jornal Estadão, de 1º de setembro de 2016

²²⁴ GIERING, Maria Cristina; CALDAS, André Gustavo de Souza. Impeachment de Dilma Rousseff: estratégias argumentativas em editoriais do jornal O Globo. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 667-694, 2021.

O ESTADO DE S. PAULO

**IMPEACHMENT, PROMESSAS
E SUSPEITA DE ACORDÃO**

TEMER DIZ QUE NÃO VAI LEVAR OFENSA PARA CASA; MANOBRA NO
SENADO MANTÉM DIREITOS DE DILMA E GERA CRISE NA BASE ALIADA



Posse. Acito em oficializado na Presidência, Temer cumprimenta o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, chefe do presidente do Senado, Roberto Galdino.

Fonte: <https://acervo.estadao.com.br/>

Como demonstra Alecrim²²⁵, a retórica do Estadão mobilizou valores de moralidade, competência e racionalidade econômica como marcadores de autoridade, apresentando Dilma Rousseff como símbolo da inépcia e da desordem e Michel Temer como representante da previsibilidade institucional. Assim, o jornal atuou como mediador discursivo de uma pedagogia política da austeridade, reforçando o imaginário de que o golpe seria, paradoxalmente, o “remédio legítimo” para restaurar a normalidade democrática.

No editorial *O desfecho do impeachment*, publicado em 1º de setembro de 2016, o Estadão consolida esse enquadramento ao narrar a decisão do Senado em tom de triunfo moral e redenção nacional. Expressões como “todo cidadão honesto há de estar estupefato com o desfecho” e “a petista finalmente teve seu mandato cassado, levando alívio ao País” evidenciam o uso de uma voz editorial que se apresenta como portadora da razão e do sentimento coletivo, deslegitimando o campo opositor como irracional e corrupto. A retórica agressiva, que compara figuras políticas a “animais de pluma, couro e escama” e descreve o fatiamento da pena como “imoralidade”, reforça a dimensão afetiva do discurso, deslocando a crítica institucional para um terreno de indignação moralista. Nessa operação, o Estadão constrói um ethos de guardião da moral pública, ao mesmo

²²⁵ ALECRIM, Mylena Souza. *Discursos da mídia e a construção de consensos: uma análise crítica do impeachment de Dilma Rousseff*. 2020. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <<<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33374>>>. Acesso em: 8 set. 2025.

tempo em que mascara sua própria participação como ator político central no processo de desestabilização do governo. Ao transformar a crise em espetáculo de restauração da ética, o jornal não apenas narrou o golpe, mas o legitimou simbolicamente, integrando-se ao que Alecrim denomina “regime discursivo de salvação nacional”, compartilhado pelos grandes veículos de comunicação naquele contexto histórico.

Ao rejeitar esse enquadramento, o *Le Monde Diplomatique Brasil* assume o lugar de agente ativo na construção de uma memória crítica da democracia, oferecendo uma leitura histórica que combina análise estrutural, denúncia política e sensibilidade estética. A edição 120 emerge como resposta direta ao processo que, sob o verniz da legalidade formal, reposicionou as elites políticas e econômicas no centro da cena institucional brasileira. Sua capa, por si só, constitui uma síntese alegórica de uma leitura crítica do presente. A imagem de um homem-robô com a cabeça em forma de cofre, cercado por notas de dinheiro e engolindo trabalhadores em miniatura, representa com contundência a fusão entre poder econômico, racionalidade tecnocrática e violência simbólica. A desumanização do sujeito político, transformado em máquina de acumulação, revela a crítica ao neoliberalismo não apenas como doutrina econômica, mas como matriz de subjetivação e forma de governo. A figura do cofre que pensa, do corpo engravatado que captura corpos frágeis, denuncia o esvaziamento da política em nome da lógica do capital. Trata-se de uma leitura visual da crise como desdemocratização, onde os mecanismos de representação são substituídos por dispositivos de controle financeiro e as subjetividades populares são reduzidas à condição de objetos manipuláveis.

Figura 11: Capa da edição 120, de julho de 2017



Fonte: <https://diplomatique.org.br/>

A imagem inscreve-se em uma tradição visual da crítica social que articula simbolicamente a figura do capital como agente desagregador do vínculo social. O cofre que devora é também aquele que pensa e comanda, numa inversão da relação entre economia e soberania política. O corpo típico da burocracia tecnocrática veste terno, mas atua como máquina de subjugação. Trata-se de um tipo de representação que remonta às vanguardas do século XX e às formas de expressão anticapitalistas, mas que aqui ganha um sentido específico: denunciar não apenas o capital em abstrato, mas sua presença concreta e cotidiana nas formas de governo e de controle social. O aspecto monstruoso e desumanizado da figura aponta para o caráter inassimilável de certas racionalidades econômicas que, ao se autonomizarem, passam a reger a vida coletiva sem qualquer mediação democrática.

Essa representação gráfica conecta-se diretamente aos textos publicados na edição, especialmente os artigos dedicados a interpretar o processo político iniciado com o impeachment. As análises textuais sustentam que a queda da presidenta Dilma Rousseff não decorreu de uma crise constitucional, mas de uma ofensiva das elites que buscaram

reverter os avanços sociais e consolidar uma nova hegemonia conservadora. O discurso da austeridade, a retórica moralizante e a judicialização da política são apontados como elementos centrais desse movimento, que opera pela criminalização seletiva de adversários e pela desqualificação de formas alternativas de representação popular.

A crítica à democracia tutelada, constante nos textos, é também tematizada na ilustração de Cau Gomez, que acompanha um dos artigos centrais da edição. A imagem apresenta uma cadeia de figuras masculinas engravatadas, interligadas por um ciclo de devoração. No topo, um sujeito monstruoso e sem rosto engole outro semelhante, que por sua vez engole o corpo de um trabalhador, única figura identificável com o povo. O trabalhador, com martelo nas mãos, tenta resistir à devoração, mas seu esforço é claramente desproporcional à força da estrutura. A cena é sustentada por uma maleta de onde escorrem notas de dinheiro, reforçando o elemento econômico como base do sistema opressor.

Essa imagem traduz visualmente uma ideia central dos textos: a estrutura de poder no Brasil opera por camadas de dominação que se sobrepõem e se alimentam da exploração do trabalho. A figura do trabalhador, base da engrenagem, é simultaneamente suporte e vítima. Seu martelo remete à possibilidade de ruptura, mas também à exaustão da força popular diante de um sistema que se reproduz por vias institucionais e simbólicas. A cadeia antropofágica desenhada por Gomez não é apenas uma representação da exploração econômica, mas uma crítica direta à legitimação social e cultural da desigualdade.

Ao integrar texto e imagem, a edição 120 do *Le Monde Diplomatique Brasil* se configura como um artefato da história do tempo presente. Sua proposta editorial vai além do registro jornalístico. O jornal atua como curador da memória coletiva, oferecendo não apenas interpretações, mas também dispositivos visuais e discursivos para resistência simbólica. A edição não apenas narra, mas toma partido. Ela inscreve a crise política como luta pela hegemonia simbólica, mobilizando uma memória de resistência que remonta às lutas contra a ditadura e às tentativas frustradas de construção de uma democracia substantiva no país.

Nesse sentido, a edição torna-se um documento para a história da política brasileira, não apenas pelo que relata, mas pelo modo como representa e pela forma como constrói sentido. Os textos se apoiam em um repertório teórico crítico que busca compreender a crise não como exceção, mas como expressão de uma lógica de continuidade das estruturas de dominação. As imagens complementam esse diagnóstico com uma potência estética que mobiliza afetos e convoca o leitor ao engajamento. O

conjunto textual e visual da edição atua como narrativa dissidente e como expressão de uma memória coletiva alternativa, contrapondo-se aos silenciamentos promovidos pelos discursos institucionais e midiáticos hegemônicos. Trata-se, portanto, de um exemplo de como um periódico pode atuar como agente da memória, como formulador de representações críticas e como produtor de sentidos históricos. Em contextos de retração democrática, como o que se seguiu ao impeachment de 2016, a elaboração de uma memória crítica é uma forma de resistir ao esquecimento programado e ao apagamento das violências políticas.

O *Le Monde Diplomatique Brasil*, ao assumir essa tarefa, oferece uma contribuição essencial para a compreensão do presente e para a possibilidade de reinvenção do futuro. Seu papel como mediador simbólico da crise vai além da dimensão analítica. Ele age também como um instrumento de formação política, operando como espaço de produção de consciência histórica e como plataforma de articulação discursiva de sujeitos críticos. Ao colocar em cena os conflitos, ao nomear os autores da violência institucional e ao oferecer elementos para a compreensão de suas dinâmicas, o periódico se insere plenamente no campo das disputas de representação que caracterizam os momentos de inflexão histórica.

Ao fim, este capítulo não busca encerrar o debate, mas abrir uma via interpretativa para a leitura do golpe de 2016 como uma operação de desestabilização simbólica, com lastro misógino, autoritário e midiático. A leitura crítica da imprensa hegemônica e da performance parlamentar evidenciou a construção de uma retórica de deslegitimação que desconsidera o pacto democrático e mobiliza dispositivos afetivos e morais, convertendo a política em espetáculo de exceção. Nesse processo, os discursos não apenas representam, mas produzem realidades políticas e operam como dispositivos performativos, capazes de cristalizar narrativas e interditar alternativas.

A análise dos discursos veiculados no *Le Monde Diplomatique Brasil* durante o processo de impeachment revelou uma narrativa insurgente em torno da denúncia, da memória e da crítica estrutural à ordem neoliberal. Mais que reconstituir fatos, o periódico engajou-se em uma disputa semiótica pelo sentido da democracia, tensionando consensos e questionando o apagamento de vozes dissonantes. Essa operação discursiva alinha-se àquilo que Paul Ricoeur nomeia como “justiça da memória”: o compromisso ético de narrar o conflito, reconhecer os vencidos e inscrever o passado como campo aberto de disputas.

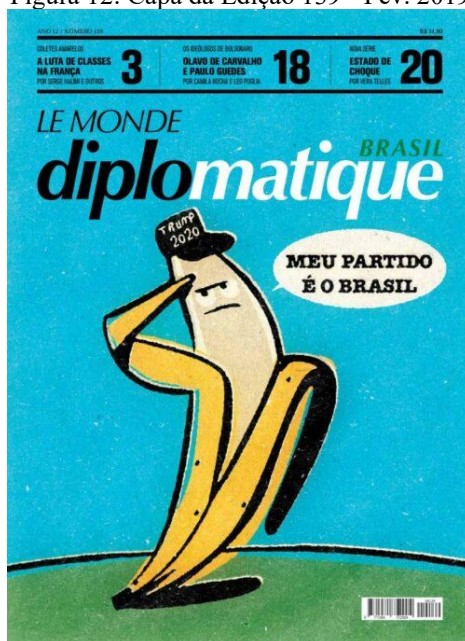
Essa narrativa insurreta continua na edição de fevereiro de 2019, na qual *Le Monde Diplomatique Brasil* traz outra dimensão sobre golpe de 2016, ao estabelecer sua

inter-relação com o golpe de 1964. A imagem de capa associa a conjunção de interesses internos e externos ao país (no caso, nomeando os EUA como ator envolvido desse evento), na derrocada do referido processo democrático que culmina na deposição de Rouseff, como veremos subsequentemente. Nesse caso, a pergunta premente seria a seguinte: Essa sociedade autoritária seria uma herança daquele golpe ou suas raízes são mais profundas?

3.6 Autoritarismo e imperialismo: heranças do Golpe de 1964

A “retardocracia” é um neologismo cunhado pelo *Le Monde Diplomatique Brasil* para interpretar a conjuntura brasileira, com dilemas de ordem ética sobre o presente. Primeiramente, exibimos a capa da edição, corpus desta pesquisa, com ilustração - uma charge²²⁶ - de Daniel Kondo, editor de arte do veículo de comunicação, datada de 2019 que remete aos eventos de cassação de Dilma Rouseff das funções de governo.

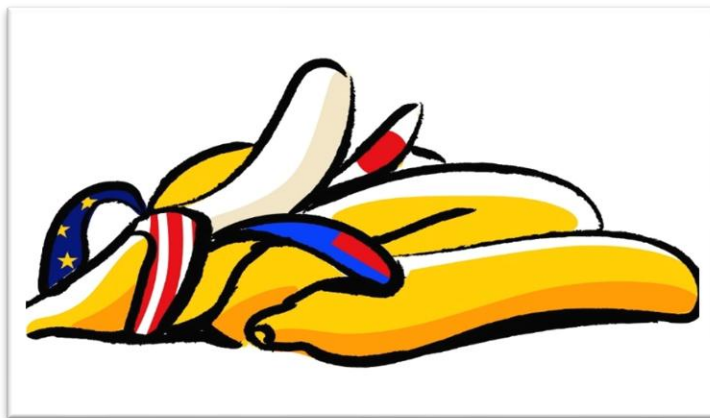
Figura 12: Capa da Edição 139 - Fev. 2019



Fonte: <https://diplomatique.org.br/>

Figura 13: Patriotismo de fachada - Edição 139 - Fev. 2019

²²⁶ A charge, como já definida em nota anterior, “significa carga, exagero e, por vezes, ataque violento, como se pretende a capa de uma publicação relevante”, deixando claro ao leitor a mensagem pretendida.



Fonte: <https://diplomatie.org.br/>

Debruçamo-nos sobre o desafio de tornar inteligível e questionar o passado que referência este presente: uma historiografia pulsante, com questões estruturadas e vinculadas à geopolítica do imperialismo estadunidense. Carregando esse poder de representar uma outra coisa, os signos apreendidos na capa do *Le Monde Diplomatique* determinam ideias, em que nos dedicamos a seguir.

A ilustração analisada, ao se comportar como linguagem para o entendimento da significação, estabelece sentidos para nossa interpretação. Relacionamos, portanto, nesta leitura, o apontamento para a personalidade autoritária encontrada no gestual da imagem, representada pela prestação de continência, uma saudação militar feita com a movimentação da mão direita até à cabeça, demonstrando uma hierarquia paradoxal entre Brasil e EUA. Essa inter-relação é estabelecida de forma contundente nos dizeres do boné que tem gravado o nome do então presidente dos EUA, Donald Trump, assunto que será explorado no próximo tópico. Para tanto, esta pesquisa busca compreender de modo mais transparente as estratégias da mídia no que se refere à influência da utilização de imagens e cores em textos visuais jornalísticos, particularizando para a intencionalidade de seu emprego e a consequente formação de um repertório cultural e simbólico que serve de sustentação para o julgamento de valores.

Para efetuar uma leitura embasada sobre este tipo de fonte, objeto de nossa pesquisa, revisamos uma pertinente fundamentação teórica a fim de colaborar com a elucidação dos temas investigados. Começamos com uma lição de Antoine Prost²²⁷, que, ao refletir sobre o ofício do historiador e as etapas do método histórico, reposiciona a História e o historiador na sociedade contemporânea, ressaltando os desafios que os

²²⁷ PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Júlia Studart. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

historiadores devem enfrentar daqui em diante: o de transformar a demanda de memória de seus contemporâneos em história.

O declínio das grandes ideologias deixa nossos contemporâneos sem referências, conforme o autor, uma preocupação externada também por Ciro Flamarion Cardoso²²⁸, quando problematiza as visões de tempo e espaço e a relação que estes estabelecem com a história na contemporaneidade, culminando no que chama de “desnorreamento”.

3.6.1. Charge: a imagem como discurso e documento histórico

Em seu livro, *Testemunha ocular*, Peter Burke²²⁹ discorre sobre as problemáticas referentes à análise de imagens na produção científica, propondo recuperar por meio de metodologia que se utilizem das imagens, a produção de sentido contidas na produção histórico-cultural expressa em suas diferentes formas. Para tanto, o autor considera que as imagens podem ser uma evidência da história ou a própria história, visto que a produção das mesmas envolve muitas vezes um comportamento próprio dentro de uma ampla escala social. Refletindo sobre o método, a “leitura de imagens” associa-se também a autores expoentes como Roland Barthes, cuja semiologia remete ao enfoque estruturalista e destaca os significados inconscientes. Para o historiador, a perspectiva estruturalista se preocupa em evidenciar fórmulas na leitura de códigos tidos como universais, padronizando dessa forma a leitura de imagens diversas, o que nos permite inferir um déficit, em 2004, na análise contextual, isto é, histórica, da imagem. Assim, o sentido da imagem depende do seu contexto social, em enfoque amplo, que considere os aspectos culturais e políticos, bem como seu modo de concepção, produção e divulgação.

Segundo Burke, duas das teses dos estruturalistas são especialmente importantes. A primeira concebe que texto e imagem podem ser encarados como um "sistema de signos". A segunda pressupõe que este sistema de signos é tido como um subsistema de um todo maior. Este todo, descrito pelos linguistas como *langue* - a linguagem - é o repertório a partir do qual os falantes individuais fazem suas escolhas - a *parole*²³⁰. Depreendemos da reflexão de Burke que, ao problematizar o uso de imagens em pesquisas históricas, devemos nos atentar para algumas premissas, entre elas, a de que imagens dão acesso a visões contemporâneas de um mundo, mas não ao mundo social

²²⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *História e Paradigma*. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

²²⁹ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. Tradução de Vera Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2004.

²³⁰ Idem.

diretamente. Já o testemunho da imagem carece de um olhar que considere os contextos plurais, culturais e políticos, além da necessidade de se ler as entrelinhas, em busca de elementos significativos, mas implícitos, como ocorre nas análises textuais. Burke contribui para uma reflexão sobre a importância da análise da imagem, sem para isso apontar um manual metodológico. Portanto, para o escopo desta pesquisa, seguiremos com o instrumental teórico da ciência dos signos, prezando pelo contexto cultural e político relacionado a imagens e textos apresentados, conforme preconiza o autor.

Para a legibilidade do visível, Martine Joly argumenta que são necessários limites e pontos de referência em uma investigação, destacando pontos primordiais para análise de imagens:

Uma iniciação básica à análise das imagens deveria precisamente ajudar-nos a escapar desta impressão de passividade (e mesmo de ser bombardeado) e, em contrapartida, permitir-nos perceber tudo o que esta leitura natural da imagem ativa em nós de convenções, de história e de cultura mais ou menos interiorizadas²³¹.

Para a pesquisadora, um estudo contundente define-se pelos seus objetivos. “De fato, a análise por si própria não só não se justifica como não tem interesse; ela deve servir um projeto e é este que lhe fornecerá a sua orientação, assim como lhe permitirá elaborar a sua metodologia”²³². A partir de tais pressupostos faremos a avaliação de a charge que compõe a capa do *Diplô Brasil* — Capa da Edição Imagem 139 - Fev. 2019 —, que foi produzida após o golpe, que denuncia um paradoxo político. Ao longo do período, outras charges foram elaboradas tematizando aspectos importantes desse processo, que foram analisadas como parte integrantes do escopo documental dessa pesquisa.

3.6.2. Descasque lentamente e veja²³³

Para Roland Barthes²³⁴, um texto escrito não é somente o que se tem em mãos, algo físico, uma simples montagem de palavras, e sim uma construção que depende do autor, do leitor e do meio, formando uma espécie de tripé. Na capa analisada, o sujeito denota “uma banana” que bate continência e diz: “Meu partido é o Brasil”, com um boné escrito “Trump 2020”. Elementos que apontam contradições, uma opinião ideológica que

²³¹ JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Tradução de Pedro Moura. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2007, p. 10.

²³² Ibidem, p. 54.

²³³ “*Peel slowly and see*” acompanhava a ilustração de Andy Warhol na capa do álbum de *Velvet Underground*.

²³⁴ BARTHES, Roland. Aula. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1984, p. 18.

se mostra “a preço de banana”, e está para a lei de oferta e demanda, assim como o subordinado à subordinação.

Fina ironia, com crítica ácida ao cenário político atual, permeado pela submissão política do Brasil ao EUA, política e culturalmente. Na referida charge, as cores utilizadas na capa remetem à bandeira do Brasil, em tons esmaecidos, em uma leitura primária. O que se lê nessa charge é um vestígio da opinião jornalística acerca da conjuntura política, envolvendo as relações internacionais entre Brasil e EUA. Com a comicidade garante o vexatório do ponto de vista da tradição²³⁵ patriota, com uma previsão do *Le Monde* sobre o apoio dos “robôs” ou “milícia digital” de Bolsonaro ao presidente dos EUA em sua campanha à reeleição em 2020: um prognóstico em construção, possivelmente abalado pela reviravolta política ocasionada pela Covid-19. Porém, escancara o paradoxo do “entreguismo” e subserviência²³⁶, da república de bananas²³⁷ e dos traços do autoritarismo em níveis patológicos, uma vez que as “viúvas da ditadura” brasileira de 1964-1985 se veem de volta ao poder, visto que em 2019 Bolsonaro lotou mais militares em ministérios do que a Venezuela, em uma arriscada manobra no jogo de poder.²³⁸

A ilustração da capa estampa uma fisionomia de uma banana com o semblante de uma personalidade autoritária, questões que aprofundaremos nesse estudo. A composição do elemento e sua disposição remetem à famosa ilustração criada pelo ícone do movimento artístico *pop art*, Andy Warhol (1928-1987), exclusivamente para ilustrar uma capa do álbum da banda *Velvet Underground & Nico*, de 1967.

Afinal, a quem remete a banana da capa do *Diplomatique*? Frente às diversas contraposições de identidades culturais que vivemos na contemporaneidade, Stuart

²³⁵ “A propósito, deve-se destacar um interesse específico que as “tradições inventadas” podem ter, de um modo ou de outro, para os estudiosos da história moderna e contemporânea. Elas são altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a “nação”, e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas, e daí por diante. Todos estes elementos baseiam-se em exercícios de engenharia social muitas vezes deliberados e sempre inovadores, pelo menos porque a originalidade histórica implica inovação” (HOBBSAWM, 1984, p. 22).

²³⁶ “Relatório do Congresso dos EUA expõe subserviência de Bolsonaro a Trump”. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

²³⁷ À época, o uso dessa fruta em particular para rotular países inteiros tinha uma base real. “Até o fim do século 19 e começo do século 20, as empresas americanas, sendo que a mais simbólica era a United Foods (hoje Chiquita), começaram a fazer plantações de bananas em série e criariam enclaves modernos em repúblicas da América Central”, disse à BBC Mundo, serviço em espanhol da BBC, o historiador Luis Ortega, professor da Universidade de Santiago do Chile. A expressão passou a fazer referência a países marcados pela monocultura e dotados de instituições governamentais fracas e corruptas, nos quais uma ou várias empresas estrangeiras tem o poder de influir nas decisões nacionais. [...] Para Ortega, aplicar o termo “república de bananas” ao Brasil é incorreto e leviano.

²³⁸ Levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) identificou 6.157 militares da ativa e da reserva em cargos civis no governo do presidente Jair Bolsonaro. O número é mais que o dobro do que havia em 2018, no governo Michel Temer (2.765) de acordo com Lis (2020) no portal G1, das organizações Globo.

Hall²³⁹, traz algumas indagações e concepções sobre o tema. Considerado um dos precursores mais expoentes do campo dos estudos culturais, reflete sobre a mudança do conceito de sujeito e identidade e pontua que há uma transformação distinta nas sociedades modernas no final do século XX. Isso gera desdobramentos e subdivide os sentidos de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, termos que possuíam um status sólido no passado. Essas mudanças ocasionam a remodelagem de nossas identidades pessoais, colocando em xeque a representação que temos de nós próprios como sujeitos integrados. “Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito”²⁴⁰ Assim, o autor parte de “uma posição simpática” a declaração de que as identidades modernas estão se descentralizando, isto é, fragmentando-se.

A partir da noção de duplo deslocamento do indivíduo, tanto no mundo social quanto na identidade cultural, Hall identifica a constituição de uma “crise de identidade”. Nesses processos de mudanças, o pesquisador indaga se não seria necessário refletir se não é a própria modernidade que está sendo transformada. Com este parecer sociológico, apreende-se que a identidade permeia o “interior” e o “exterior”, o mundo pessoal e o público, vinculando o sujeito à estrutura. Contudo, argumenta-se que a identidade unificada e estável é que está “mudando”, tornando este sujeito fragmentado, ou seja, composto de várias identidades, por vezes contraditórias. “O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno”, analisa Hall²⁴¹. Aquele sujeito que não possui uma identidade fixa ou essencial, sendo aquele que efetiva a “celebração móvel”, ou seja, uma mutação constante em relação aos sistemas culturais em que nos situamos, assumindo identidades diferentes em diferentes momentos.

O fenômeno da globalização, por exemplo, interfere diretamente nesta conceituação de identidade cultural e nos coloca diante do jogo de identidades. Ao analisarmos o escopo desta pesquisa, com os conteúdos relacionados, é possível compreender aspectos que constituem a ideia de nação, como uma representação moderna de pertencimento. O sociólogo britânico-jamaicano explica que é por meio de referenciamentos, histórias, memórias e representações é que são demarcadas identificações e identidades, produzindo-se uma cultura nacional em torno de uma

²³⁹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

²⁴⁰ Ibidem, p. 9.

²⁴¹ Ibidem, p. 12.

identidade cultural única, dando origem assim a uma “comunidade imaginada”. Tratando das culturas nacionais como comunidades imaginadas, o autor menciona que essa “fragmentação” do sujeito e de sua identidade cultural afetou diretamente a identidade nacional construída na modernidade.

Para Hall, uma das possíveis consequências da globalização é o declínio das identidades nacionais tradicionais, que vêm sendo substituídas por identidades híbridas. Nesse sentido, o autor argumenta que a globalização exerce um papel contestador e desestabilizador sobre identidades centradas e fixas vinculadas a culturas nacionais. Nesse contexto, a análise da imagem de capa da edição 139 do periódico *Le Monde Diplomatique Brasil* evidencia esses deslocamentos identitários. A charge retrata um sujeito vinculado a símbolos de autoritarismo, imperialismo, mandonismo e patriarcalismo, indicando uma crítica contundente ao nacionalismo patológico presente na construção social de determinadas realidades. Representando o brasileiro de viés patriota que, paradoxalmente, apoia Donald Trump, a imagem traduz as contradições impostas pelo processo globalizador destacado por Hall, onde as fronteiras simbólicas entre o nacional e o global tornam-se fluídas e reconfiguradas.

Passamos a compreender melhor a personagem da capa edição 139 ao recorrer às teorizações de Hall e às análises da filósofa Virginia Costa, que, em diálogo com a perspectiva de Theodor W. Adorno sobre a personalidade autoritária, examina as contradições presentes em sujeitos marcados por preconceitos e atitudes reacionárias na contemporaneidade. Costa destaca, por exemplo, que um aspecto recorrente entre indivíduos identificados como mais autoritários é a rejeição ao pensamento científico²⁴², associada à adesão a explicações simplistas e dogmáticas. Essa característica, somada a traços de autoritarismo e nacionalismo patológico, como apontado por Hall, permite aprofundar a análise sobre as contradições simbólicas e ideológicas presentes na construção da identidade da figura retratada na capa do periódico.

Tal característica decorre de sua anti-intracepção, que corresponde a uma oposição a tudo o que seja subjetivo, introspectivo, intelectual demais. Os conhecimentos produzidos por pesquisas científicas seriam substituídos por opiniões baseadas em superstições, estereotípias, cinismos, projeções de medos, desejos e fantasias - todos os ingredientes que compõem as racionalizações e *fake news* tão atuais²⁴³

²⁴² *Cult #259* – A personalidade autoritária hoje (p. 18). 2020. Edição digital do Kindle.

²⁴³ COSTA, Marcos Rogério Martins. Perfis do ator coletivo 'manifestante de rua': das jornadas de junho de 2013 aos protestos de março de 2015. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 18.

Dicotomicamente, além da disputa pela opinião pública (eleitoral) e memória (histórica), entram em jogo retóricas de divisão, que conforme Dunker²⁴⁴ geram sentimentos que transformam adversários em agentes que devem ser neutralizados e constituem um novo campo de batalha, especialmente nas redes sociais da internet. Atualmente testemunhamos o crescimento da intolerância social, tanto no mundo como no Brasil. Seja religiosa, racial, social e gênero, e há ainda uma forte corrente de denegação do conflito. Mais que isso, ganha relevo a aversão a tudo “que não nos representa”, isto é, a crise de representatividade exposta em atos contra corrupção, à imprensa, aos intelectuais e aos políticos fisiológicos, um fenômeno que, ao mesmo tempo que se mostra positivo por demonstrar o poder do povo nas ruas, perde seu espaço no momento em que se fragmenta.

Em sua tese, Virginia Helena Ferreira da Costa, orientada pelo filósofo Vladimir Safatle (USP), a pesquisadora defende que Adorno baseia-se em noções metapsicológicas freudianas para compor uma antropologia do tipo autoritário, algo que o autor constrói a partir de conceitos próprios da primeira geração da Teoria Crítica. Para tanto, a autora empreende, dialeticamente, as concepções e exposições do clima cultural autoritário, tanto em Theodor Adorno como em Sigmund Freud, relacionando alguns conceitos relacionados ao tipo autoritário como representação substitutiva, objeto pulsional, narcisismo, racionalidade, sadomasoquismo, paranoia, fetichismo, entre outros.²⁴⁵

Essas contradições psíquicas e sociais descritas podem ser vistas como um reflexo direto das tensões intrínsecas ao capitalismo globalizado, especialmente em sua articulação com o imperialismo e as dinâmicas contemporâneas de poder. A charge em questão, com a imagem da "banana brasileira" vestindo um boné de apoio a Trump e proclamando "Meu partido é o Brasil", revela simbolicamente essas contradições. Ela aponta para o fenômeno da identidade autoritária e sua relação com o nacionalismo e o imperialismo, problematizando a construção de uma subjetividade que, ao mesmo tempo em que rejeita certos avanços sociais, como as políticas afirmativas e a representatividade de grupos historicamente marginalizados, adota discursos de submissão cultural e econômica a potências estrangeiras.

²⁴⁴ Cf. DUNKER, Reinvenção da intimidade, 2019.

²⁴⁵ Dado que a antropologia do tipo autoritário se modifica com as transformações do curso histórico, questionamos se é válido tomarmos os desenvolvimentos aqui feitos, referentes aos anos de 1940 nos Estados Unidos, como descrições adequadas à situação atual, inclusive do Brasil. A nosso ver, por mais que o capitalismo tenha se modificado, tornando-se neoliberal, haveria aspectos de continuidade de características da personalidade autoritária hoje em dia, ou ainda, em aprofundamento de traços encontrados há mais de setenta anos (Costa, 2019b, p. 297).

O título e os elementos visuais da capa – remetendo ao bolsonarismo e à figura de Trump – sugerem que essa "santíssima trindade" de nação, Deus e inimigos da pátria atua como uma estratégia discursiva totalizante. Essa narrativa não apenas se alinha ao pensamento autoritário, mas também fortalece práticas de exclusão que, como aponta Silvio Almeida²⁴⁶, têm raízes profundas no racismo estrutural.

A ideia de "pós-verdade" é relevante no contexto analisado, pois evidencia como discursos manipuladores e simplificados são utilizados para reforçar narrativas de poder. Esses discursos, muitas vezes desvinculados de fatos concretos, servem para legitimar práticas políticas alinhadas ao neoliberalismo, perpetuando desigualdades e consolidando estruturas autoritárias. A crítica à identidade autoritária se alinha, portanto, à leitura da charge, que expõe as dinâmicas contraditórias de um sujeito que, em nome de um patriotismo performático, abraça elementos de subserviência ao imperialismo e promove a perpetuação de preconceitos sociais e desigualdades estruturais.

Nesse sentido, o indivíduo representado na charge exemplifica a contradição entre o discurso de "defesa da pátria" e o apoio a valores que reforçam a dependência e os retrocessos sociais. A luta contra essas práticas, como demonstrado pelo movimento Black Lives Matter e outras ações antirracistas, oferece um contraponto necessário, indicando que a transformação social exige a superação do autoritarismo e das estruturas de exclusão simbolizadas na imagem analisada.

Lília Schwarcz, refletindo sobre o autoritarismo, diz o seguinte: “Mostra a história que, quanto mais autoritários são os regimes políticos, maiores são as tendências para que se intensifiquem as tentativas de controle das sexualidades, dos corpos e da própria diversidade”²⁴⁷. A historiadora e antropóloga destaca que no cenário político das eleições de 2018 no Brasil, os discursos sobre violência e o clamor por segurança foram destacados. E a criação de um SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), sancionado em 2018²⁴⁸, via Medida Provisória, consiste em fato que ilustra o argumento de Schwarcz quando afirma que, a despeito da seletividade da justiça, no Brasil a violência e seu combate não têm só cor e classe social, mas também gênero e sexo, questões vinculadas estreitamente ao estado democrático e aos valores republicanos, incluindo aí os direitos humanos.

²⁴⁶ ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen Livros; Sueli Carneiro: Coleção Feminismos Plurais, 2018.

²⁴⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 206.

²⁴⁸ Governo sanciona lei que cria o Sistema Único de Segurança. *Jornal Nacional*. Disponível em: <<http://abre.ai/bqoi>>.

Em um país como o Brasil, que convive com profundas raízes escravagistas e oligárquicas, preserva-se, ainda na contemporaneidade, uma miopia que se opõe à realidade social. No lugar de avanço, enxerga-se o oposto: a naturalização da polarização, do confronto, questões que sempre existiram em nossa história, mas mascaradas. Nesse desfile de intolerância de matriz binária, as bandeiras nas costas de manifestantes protestos veiculados pela grande mídia constituem o manto enfrentando o fantasma do comunismo, que nos assola desde o outro golpe, de 1964. “O funcionamento dessas polaridades produz, por seu turno, uma lógica de ódios e afetos que contaminam não só a compreensão e a avaliação das instituições públicas, mas também o dia a dia das relações sociais”, analisa Schwarcz²⁴⁹.

Assim, a crise de 2016 deve ser compreendida não apenas como evento institucional, mas como síntese de forças históricas, memórias políticas e disputas de sentido que atravessam a história brasileira contemporânea. Ao iluminar o papel do Diplomatieque Brasil como ator discursivo e contra-hegemônico, inscreve-se também a proposta mais ampla desta tese: refletir sobre o tempo presente como campo em disputa, onde a imprensa, longe de neutra, atua como produtora de historicidade, memória e possibilidade de futuro. Essa perspectiva será retomada nas considerações finais, a partir do entrelaçamento entre política, linguagem e ética da memória. Mas, antes disso, convém acompanhar a avaliação do golpe de 2016 feita por Diplomatieque Brasil, em 2021.

3.7 A ausência de regulação da mídia e o controle simbólico do discurso político

A cena registrada na Esplanada dos Ministérios durante a votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados sintetiza, de modo exemplar, a fratura social que marcou o Brasil de 2016.

Figura 14: Esplanada dos Ministérios dividida por manifestantes

²⁴⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 212.



Foto: Juca Varella/Agência Brasil²⁵⁰

No contexto de desaceleração econômica e de insatisfações difusas, consolidou-se um processo sistemático de “invenção do inimigo”, nos termos de Umberto Eco²⁵¹, em que a figura do outro — político, social ou culturalmente distinto — foi moldada como ameaça à ordem desejada por determinados setores sociais. A partir de 2014, parcelas significativas da classe média conservadora passaram a incorporar narrativas ancoradas no racismo, na hostilidade a minorias e na defesa velada de privilégios de classe, convertendo tais posições em um discurso de pretensa moralidade pública.

Sob o manto do combate à corrupção e da rejeição ao petismo, esse campo reproduziu o que Safatle²⁵² denomina “economia política do ódio”: a mobilização afetiva de ressentimentos e medos como instrumento de coesão simbólica e legitimação das hierarquias sociais.

A fotografia de Juca Varella/Agência Brasil não é apenas registro jornalístico, mas documento histórico que traduz visualmente o projeto de divisão. O espaço cívico — a Esplanada, concebida como símbolo da democracia representativa — surge cindido em territórios antagônicos, como se a convivência republicana tivesse se tornado impossível. Tal imagem corporifica o processo de fascistização descrito por Paxton²⁵³, em que a política se converte em ritual de pureza e o adversário é transformado em inimigo moral

²⁵⁰ *Intercept Brasil*. Disponível em: <<<https://www.intercept.com.br/2016/09/01/midia-brasileira-construiu-narrativa-novelizada-do-impeachment/>>>. Acesso em 10 ago. 2025.

²⁵¹ ECO, Umberto. *Construir o inimigo e outros escritos ocasionais*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

²⁵² SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos*. São Paulo: Cosac Naify, 2016.

²⁵³ PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

a ser eliminado. Em consonância com Michael Mann²⁵⁴, a cena revela a manipulação das emoções coletivas pelas elites políticas e midiáticas, que instrumentalizaram o ressentimento social para reinstalar, sob aparência democrática, um projeto autoritário de poder.

Em perspectiva bourdieusiana²⁵⁵, o campo político e o campo midiático, ambos orientados por disputas de capital simbólico, encontraram nessa cisão um ponto de convergência: a conversão da diferença em antagonismo e da divergência em exclusão. A Esplanada partida ao meio tornou-se o emblema do golpe narrativo de 2016: um país dividido entre versões inconciliáveis de si mesmo, onde a política se dissolveu na estética da intolerância e a democracia passou a ser disputada não apenas nas instituições, mas também nas imagens, nos discursos e nas emoções coletivas.

Figura 15: capa da edição 171, de outubro de 2021



Fonte: <https://diplomatique.org.br/>

A edição 171 do *Le Monde Diplomatique Brasil*, de outubro de 2021, consolida um gesto de autocrítica histórica: revisitar o papel da mídia na crise de 2016 e, ao mesmo

²⁵⁴ MANN, Michael. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

²⁵⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

tempo, desnudar os dispositivos estruturais que tornaram possível o golpe parlamentar. Sua capa, com fundo vermelho intenso, microfone negro atravessado por uma tarja e uma ave amarela enclausurada em uma gaiola, condensa em linguagem visual toda a tese que a revista defende textualmente. O vermelho, cor da urgência e do perigo, dialoga com a interdição: o campo de fundo é o espaço do não-dito, da palavra silenciada. O microfone riscado simboliza a voz interdita, a impossibilidade de fala pública. E o pássaro, tradicional signo da liberdade de expressão, aprisionado dentro da estrutura metálica, representa a contradição fundante do campo midiático brasileiro, uma “liberdade de imprensa” confinada por interesses privados e oligopolistas.

Figura 16: Ilustração, edição 171, de outubro de 2021



Fonte: <https://diplomatie.org.br/>

Essa imagem não é apenas ilustração: é metalinguagem. Ela revela, em um único signo, a operação semiótica que sustenta o discurso dominante sobre a comunicação no Brasil. O pássaro preso no microfone comunica a falácia da liberdade de imprensa: aquilo que se apresenta como espaço de pluralidade é, de fato, uma estrutura de controle. Em termos bourdieusianos, a capa torna visível o campo como campo de forças, no qual a produção simbólica é também uma forma de dominação.

A matéria de capa “Concentração midiática: por que é tão difícil enfrentar esse desafio no Brasil?”, de Ana Carolina Westrup, Iraldon Mota e Mabel Dias, parte dessa constatação para um diagnóstico mais amplo. O texto afirma que a baixa percepção social da comunicação como direito humano é consequência direta da concentração de propriedade. Em outras palavras, a sociedade naturalizou a desigualdade informacional, e esse consentimento passivo é o que impede a regulação democrática. O artigo articula

três níveis de crítica: o histórico (a herança do coronelismo eletrônico), o estrutural (a dominação oligopolista) e o simbólico (a fabricação do medo da censura).

As autoras observam que os grandes meios de comunicação, ao controlarem a pauta pública, conseguiram disseminar a narrativa de censura para distorcer o debate, uma estratégia de autodefesa discursiva típica dos monopólios simbólicos. A cada tentativa de regulação, as corporações midiáticas reagem invocando a liberdade de imprensa, não como direito coletivo, mas como propriedade privada. Essa inversão semântica, o direito de poucos travestido de direito de todos, é uma das bases retóricas que viabilizou o golpe de 2016.

O argumento visual da capa reforça essa denúncia. O microfone, signo do espaço público, é riscado: não se trata apenas de censura política explícita, mas de censura estrutural, aquela que se realiza pela ausência de diversidade, pela eliminação da diferença. O traço negro que corta o microfone é, simbolicamente, o mesmo que separa quem pode falar de quem deve ouvir. A tarja atravessa não apenas o objeto, mas o próprio espaço da fala. Em diálogo com Foucault²⁵⁶, pode-se dizer que o silêncio aqui não é a ausência da voz, mas a sua administração.

A edição reitera essa leitura nos demais textos da edição. Em “Jornalismo, silenciamentos e consensos fabricados”, Franciani Bernardes e Nataly Queiroz demonstram que a mídia comercial opera como aparelho de produção de consenso, sustentada pelo mito liberal da autonomia. Já em “O Brasil autoritário”, Silvio Caccia Bava vincula o desmonte democrático contemporâneo à hegemonia de um sistema de comunicação que naturaliza a desigualdade e inviabiliza o contraditório. Essa abordagem transversal reforça a ideia de que a democratização da mídia é condição da democracia política, e não ameaça a ela.

Do ponto de vista histórico, o *Diplomatique* reabre a ferida de 2016 ao demonstrar que o golpe não se limitou ao ato jurídico de destituição, mas envolveu uma engenharia simbólica prévia, operada pelo jornalismo corporativo. O jornalismo não apenas relatou a crise; ele construiu a moldura moral que a legitimou. Os editoriais da *Folha de S. Paulo* em 1º de setembro de 2016, “Governo novo” e “Fresta de oportunidade”, exemplificam esse movimento de normalização discursiva. A cobertura daquele dia traduziu a ruptura institucional como transição administrativa, substituindo o conflito político pelo vocabulário da eficiência econômica.

²⁵⁶ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

No editorial “Governo novo”²⁵⁷, presente na edição de 1º de setembro de 2016, a *Folha de S. Paulo* admite que os delitos atribuídos a Dilma Rousseff “não são irrefutáveis”, mas, ainda assim, sustenta que todo o processo de impeachment foi “constitucional”, conferindo legitimidade ao novo governo. A construção discursiva do texto, típica de um jornal que reivindica neutralidade, atua no sentido de normalizar a ruptura institucional, convertendo o ato político em mero procedimento jurídico. A presidenta é descrita como parte do passado — “a ela cabe agora ser recolhida aos livros de história” — enquanto Michel Temer surge como gestor da estabilidade, símbolo de uma nova ordem que promete eficiência e pacificação. Esse enquadramento semântico é reforçado pela escolha lexical e pela própria estrutura argumentativa do editorial. A *Folha* recorre à estratégia da justificação racional, em que o impeachment aparece como consequência inevitável de uma crise moral e econômica, e não como resultado de um processo político articulado. Ao mesmo tempo, o texto se afasta do vocabulário do conflito, adotando expressões como “governar de fato”, “imperativo econômico” e “recuperação da confiança”, deslocando o sentido da crise do campo da política para o campo da gestão. O efeito é de despolitização: o impeachment deixa de ser ruptura e passa a ser solução técnica. A retórica conciliatória, que propõe “abandono das hesitações da interinidade” e “sinais firmes de que não será candidato em 2018”, constrói Temer como figura transitória e pragmática, destinada a restaurar o equilíbrio. Essa narrativa opera em consonância com o discurso hegemônico dos meios de comunicação, que, desde 2015, vinham preparando o terreno simbólico para a aceitação do afastamento de Dilma Rousseff. A normalização do golpe passa, portanto, pela estetização da governabilidade: o país é convidado a esquecer o conflito em nome da estabilidade.

Ao mesmo tempo, o editorial silencia as dimensões de gênero e desigualdade que marcaram o processo. A mulher presidenta é reduzida à figura de “ex”, apagada do presente político e confinada à memória. O verbo “recolher”, usado pela *Folha*, carrega duplo sentido: retirar e arquivar. Assim, o jornal contribui para o enquadramento da destituição como algo necessário e já concluído, eliminando o espaço de contestação e encerrando simbolicamente a voz feminina que desafiara as estruturas tradicionais do poder. A análise desse editorial revela como o discurso jornalístico atuou como mediador do trauma político. Ao legitimar o processo e simultaneamente relativizar suas contradições, a *Folha* cumpriu papel decisivo na produção do consenso social sobre o *impeachment*. Essa naturalização, apoiada em uma linguagem de autoridade técnica,

²⁵⁷ Disponível em: << <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/09/1809059-governo-novo.shtml>>>. Acesso em: 25 set. 2025.

esvazia o sentido democrático do debate e exemplifica o funcionamento daquilo que esta tese identifica como o “golpe narrativo”: um processo de reconfiguração simbólica em que a ruptura institucional é disfarçada de continuidade legal.

Em contraposição à narrativa conciliatória da *Folha de S. Paulo*, o editorial “O Congresso e a justiça têm lado”²⁵⁸, assinado por Silvio Caccia Bava e publicado na edição 110 do *Le Monde Diplomatique Brasil*, em setembro de 2016, expressa uma leitura diametralmente oposta do processo. Logo na abertura, o texto afirma que “todos já sabem, dentro e fora do Brasil, que o impeachment é uma farsa para tirar do poder a presidenta eleita e o PT”. O tom é de denúncia e urgência histórica: a publicação recusa o eufemismo jurídico e nomeia o acontecimento como golpe. Diferentemente da imprensa corporativa, o *Diplomatique* assume a voz de uma memória que não aceita o esquecimento, buscando registrar o evento ainda quente como trauma em formação.

Bava articula, nesse editorial, uma crítica estrutural que transcende o caso Dilma Rousseff. Ao apontar que o Congresso foi “comprado pelas grandes corporações” e que o Judiciário ofereceu “conivência e suporte jurídico ao golpe”, o texto desloca o debate do plano individual para o sistêmico: não se trata da queda de uma presidenta, mas da captura do Estado por elites econômicas, políticas e midiáticas. Essa leitura insere o impeachment em uma lógica de continuidade histórica com o autoritarismo e a dependência externa, denunciando a reconfiguração de poder que recoloca o Brasil “como quintal dos Estados Unidos”. Trata-se, portanto, de uma análise que identifica o golpe não apenas como ruptura, mas como restauração de um projeto neoliberal e conservador.

Além da denúncia política, o editorial oferece uma chave interpretativa para a comunicação. Ao afirmar que “os que bancaram o golpe cobram sua fatura: o ajuste”, Bava antecipa a narrativa econômica que seria consolidada pela grande mídia nos meses seguintes: a da austeridade como salvação nacional. A diferença é que, no *Diplomatique*, essa retórica é desvelada como instrumento de dominação, não como necessidade técnica.

O texto expõe o vínculo entre mídia, poder econômico e desmonte dos direitos sociais, evidenciando que a batalha de 2016 foi também semiótica: enquanto os jornais legitimavam o “novo governo”, o *Diplomatique* revelava o preço simbólico e material dessa normalização. Assim, o editorial cumpre o papel de contramemória: um gesto de resistência discursiva que inscreve na história o ponto de vista dos que viram no impeachment não um rito constitucional, mas um golpe midiático-jurídico que abriu o caminho para o desmonte democrático.

²⁵⁸ Disponível em: <<<https://diplomatique.org.br/o-congresso-e-a-justica-tem-lado/>>>.

A *Folha* e o *Diplomatique*, assim, operam em regimes opostos de temporalidade. A primeira pratica o presentismo descritivo: transforma o acontecimento em presente perpétuo de normalidade. O segundo propõe o tempo longo da crítica: historiciza, reinscreve, resiste. François Hartog²⁵⁹ argumenta que a crise da experiência histórica contemporânea está justamente nessa saturação do presente, e o *Diplomatique* tenta restituir à sociedade brasileira a possibilidade de pensar o tempo.

A caracterização do golpe de 2016 como expressão de uma racionalidade autoritária e de um “fascismo social” contemporâneo demanda uma abordagem conceitualmente precisa. Robert Paxton²⁶⁰ identifica o fascismo não como ideologia estática, mas como processo político em estágios, caracterizado pela mobilização de massas em torno de mitos nacionais, pela naturalização da violência como instrumento de purificação e pelo desprezo às normas democráticas em nome de uma suposta regeneração moral da nação. Nesse sentido, o discurso antipolítico e moralista que emergiu no Brasil entre 2013 e 2016 – e adiante –, amplificado por segmentos midiáticos, encontra paralelos estruturais nas práticas de fascistização descritas por Paxton: a construção de inimigos internos, o culto à ordem e à autoridade e a criminalização de adversários.

De modo convergente, Michael Mann²⁶¹ define o fascismo como “a perversão autoritária do nacionalismo”, movimento que se apresenta como popular e revolucionário, mas que, em essência, preserva e reforça as hierarquias sociais e econômicas. Para Mann, o fascismo moderno nasce da crise das democracias liberais e da captura das emoções coletivas por elites que instrumentalizam o ressentimento social. Essa leitura é fundamental para compreender como o antipetismo e a misoginia política contra Dilma Rousseff foram mobilizados como vetores de uma pulsão autoritária reatualizada, um fenômeno que o *Le Monde Diplomatique Brasil* identificou criticamente como “golpe jurídico-midiático”, expressão de um processo de fascistização das práticas políticas e comunicacionais no país.

A imagem do microfone riscado e do pássaro preso, nesse sentido, sintetiza o que Rousso chamaria de “passado que não passa”: o golpe de 2016 permanece ativo como sintoma na paisagem comunicacional. A censura não é mais o ato de calar uma voz dissidente, mas o modo cotidiano de organizar o discurso público. O microfone torna-se o cárcere da palavra. A semiótica da capa, portanto, traduz em linguagem visual o que esta tese aqui sustenta em forma analítica: o Brasil vive sob uma forma de anestesia

²⁵⁹ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

²⁶⁰ Cf. PAXTON, A anatomia do fascismo, 2004.

²⁶¹ MANN, Michael. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

comunicacional. O país que naturalizou o monopólio midiático é o mesmo que normalizou a interrupção de um mandato sem crime comprovado.

O golpe de 2016 foi possível porque, antes de ser jurídico, foi narrativo. A concentração de voz precedeu a concentração de poder. O pássaro amarelo, símbolo de vida, de expressão, de cidadania, enclausurado dentro do microfone, não representa apenas o aprisionamento da fala popular, mas a distorção de um ideal republicano: o espaço público foi colonizado pela retórica privada. O Brasil de 2016, e ainda o de 2021, é aquele em que o direito à palavra permanece condicionado à propriedade dos meios. Ao final, a imagem da capa se converte em metáfora do próprio tempo histórico: a democracia brasileira fala de dentro da gaiola. E, enquanto a comunicação permanecer capturada, o país continuará a confundir silêncio com estabilidade.

Essa reflexão encontra respaldo nas análises de Venício A. de Lima²⁶², um dos principais teóricos da comunicação e da regulação das mídias no Brasil. Segundo o autor, o país possui um dos sistemas mais concentrados de propriedade midiática do mundo, marcado pela chamada “propriedade cruzada”, em que os mesmos grupos controlam simultaneamente jornais, emissoras de televisão, rádios e portais digitais. Essa estrutura, consolidada desde a ditadura civil-militar e mantida pela ausência de políticas públicas de regulação democrática, criou o que ele denomina “oligopólio familiar da comunicação”, sustentado por famílias que se tornaram verdadeiros clãs políticos e empresariais. Entre elas, destacam-se os Marinho (Globo), Civita (Abril), Frias (Folha), Mesquita (O Estado de S. Paulo), Saad (Bandeirantes), Macedo (Record) e Abravanel (SBT) — grupos que, segundo Lima, não apenas dominam o mercado, mas também moldam a esfera pública e definem o que pode ou não ser dito.

Ao analisar o golpe de 2016 sob essa lente estrutural, percebe-se que o discurso de neutralidade da imprensa — presente em editoriais como o da *Folha de S. Paulo* — é parte constitutiva de um sistema de poder que atua de modo hegemônico, travestido de pluralismo. Venício de Lima argumenta que essa concentração midiática inviabiliza o contraditório e “privatiza o espaço público”, transformando a liberdade de imprensa em liberdade de empresa. Assim, a noção de “opinião pública” deixa de expressar uma multiplicidade de vozes e passa a representar a voz de poucos — o que, em última instância, naturaliza a desigualdade simbólica e política. A análise do *Le Monde Diplomatique Brasil* na edição 171, portanto, se insere nesse debate: ao denunciar o

²⁶² LIMA, Venício A. de. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

aprisionamento da palavra e o monopólio do discurso, a revista expõe o núcleo estrutural do golpe: a captura da democracia pela lógica de mercado informacional.

O pensamento de Lima²⁶³ dialoga diretamente com o gesto editorial do *Diplomatique*: ambos reivindicam a comunicação como direito humano e dimensão essencial da cidadania, contrapondo-se à visão mercantil que a reduz a negócio ou propriedade privada. Ao revelar os mecanismos de poder que sustentam o oligopólio e sua capacidade de fabricar consenso, o autor oferece instrumentos para compreender por que a regulação das mídias é tratada no Brasil como tabu, associada a censura, quando, na verdade, é condição para o exercício da democracia substantiva. Essa tensão entre o discurso liberal da liberdade de imprensa e a prática concentracionista dos meios de comunicação compõe o pano de fundo da crise de 2016. O golpe, ao legitimar-se por meio da retórica jornalística, apenas confirmou a tese de Lima: a crise política brasileira é também uma crise da comunicação, na qual o controle da palavra se converte em forma de dominação.

A escolha do *Le Monde Diplomatique Brasil* como objeto desta análise decorre de um duplo fundamento metodológico. Em primeiro lugar, inscreve-se na tradição da História do Tempo Presente, que, conforme Rousso, privilegia o estudo de eventos cuja memória ainda está em disputa e cujos narradores são contemporâneos aos fatos. O *Diplomatique*, por atuar simultaneamente como veículo jornalístico e ator político-discursivo, oferece uma entrada privilegiada para compreender como a sociedade brasileira elabora — e disputa — o sentido histórico do golpe de 2016. Em segundo lugar, do ponto de vista da Comunicação, o periódico representa um ponto de inflexão no campo midiático: é um jornal que se autodefine como contra-hegemônico, com projeto editorial ancorado em valores de pluralidade e crítica à concentração dos meios. Diferentemente dos conglomerados empresariais que dominam a esfera pública, o *Diplomatique* propõe uma prática jornalística reflexiva, que explicita seus próprios pressupostos e historiciza a informação. Assim, sua escolha não foi apenas empírica, mas epistemológica: o jornal é aqui compreendido como documento e monumento, no sentido chartieriano, ou seja, como vestígio e como intervenção — um artefato discursivo que simultaneamente registra e disputa o real. Tal opção metodológica permitiu articular as dimensões simbólica e política da narrativa midiática, evidenciando o papel da imprensa não apenas como mediadora da memória, mas como instância de poder que participa ativamente da produção da história.

²⁶³ LIMA, Venício A. de. *Regulação das comunicações: história, poder e direitos*. São Paulo: Paulus, 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir essa pesquisa, alguns aspectos merecem ser retomados. Por exemplo, a compreensão sobre o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, que embora conduzido formalmente pelo Congresso Nacional e amparado nos rituais democráticos previstos na Constituição Brasileira, configurou-se como um golpe parlamentar. Esse movimento foi legitimado pelas instituições, mas sustentado por um discurso moralista amplamente difundido por setores da mídia, do Judiciário e das elites econômicas, que viam na presidenta um obstáculo à implementação de políticas neoliberais mais profundas. Tal golpe parlamentar teve similaridades com o golpe civil-militar de 1964, no qual a aparência de legalidade foi utilizada para justificar uma ruptura institucional que isolou o Brasil no cenário internacional e comprometeu sua trajetória democrática.

Outro aspecto a realçar é que o *impeachment* de Rousseff teve amplo apoio popular, que pode ser compreendido de duas formas: (a) um processo de fascistização de camadas sociais, associado ao levante da extrema-direita, que utilizou as críticas ao governo Dilma como plataforma para conduzir o país aos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, resultando em retrocessos sociais e culturais, além de prejuízos aos direitos dos trabalhadores; e (b) uma reação popular contra as políticas de Rousseff, vistas como responsáveis pelo agravamento da crise econômica. Essa crise já dava sinais nas manifestações de 2013 e foi amplificada durante a Copa do Mundo da FIFA em 2014. A popularidade de Dilma foi minada por esses fatores, além de campanhas difamatórias que utilizavam memes e outros recursos de manipulação da opinião pública²⁶⁴.

Oficialmente, Rousseff foi acusada de cometer "pedaladas fiscais"²⁶⁵, manobra contábil utilizada para ajustar as metas fiscais, atrasando repasses de recursos de instituições como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Apesar de ser enquadrada como crime de responsabilidade pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), essa prática era comum em administrações públicas e realizada por governos anteriores sem punição semelhante.

O golpe rompeu com duas premissas básicas do regime democrático brasileiro: a soberania popular, manifestada no pleito eleitoral de 2014, e a ideia de que a lei vale para todos. Luís Felipe Miguel conclui que, no caso do *impeachment* de Dilma, a lei foi

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ Após o TRF-1 arquivar ação contra Dilma por 'pedaladas fiscais', em agosto de 2023, PT e líderes do governo buscam 'reparação', conforme o portal G1. Disponível em: <<<https://tinyurl.com/2swf2mzk>>>.

ignorada e a soberania popular não respeitada, em prol de uma agenda neoliberal e entreguista²⁶⁶.

O golpe de 2016, mais do que uma crise institucional ou moral, expressa a vitória de um projeto de reconfiguração econômica e geopolítica do Estado brasileiro. Como assinalava o *Le Monde Diplomatique Brasil* em seu editorial de 2016, assinado por Silvio Caccia Bava, a disputa em torno da soberania sobre o pré-sal constituía o núcleo material do conflito político. O governo Dilma Rousseff havia concebido o pré-sal como eixo estruturante de um novo pacto de desenvolvimento nacional, com a Petrobras como operadora exclusiva, o regime de partilha assegurando o controle estratégico da produção e a destinação dos royalties e do Fundo Social do Pré-Sal para áreas sociais como saúde e educação: um modelo que articulava soberania energética e justiça redistributiva. Poucos meses após sua destituição, o governo Michel Temer desmontou esse arranjo ao alterar o marco regulatório do petróleo por meio da Lei nº 13.365/2016, retirando da Petrobras a obrigatoriedade de participação em todos os consórcios de exploração e abrindo o setor a grandes corporações estrangeiras. A medida, apresentada como “modernização” e “incentivo à competitividade”, representou, na prática, a entrega de um patrimônio estratégico nacional “a preço de banana” às petroleiras internacionais, como Shell (Reino Unido e Holanda), Total (França), BP (Reino Unido), ExxonMobil (EUA), Statoil/Equinor (Noruega) e outras²⁶⁷. Essa inflexão evidenciou o conteúdo econômico e geopolítico do golpe: a substituição de um projeto de soberania e desenvolvimento social por uma política de subordinação aos mercados globais e às elites rentistas internas. Assim, o impeachment de 2016 não apenas interrompeu um ciclo democrático, mas reverteu o sentido histórico do Estado brasileiro, recolocando-o sob a lógica de dependência e privatização que o *Diplomatique* havia identificado como expressão contemporânea de um “golpe jurídico-midiático”.

Assim formulado os passos da deposição da Presidenta Dilma Rousseff, segundo os protagonistas em cena, já citados no corpo do texto, passemos aos outros sujeitos interessados nesse processo: o próprio pesquisador e o periódico *Le Monde Diplomatique*

²⁶⁶ Parte da população, políticos e autores favoráveis ao golpe utilizaram diversas justificativas para defender o processo golpista realizado em 2016, dentre eles a crise econômica e política instaurada no primeiro governo de Rousseff e intensificada após a vitória no segundo pleito, o caos econômico do país e alto índice de rejeição. Opositor ao governo, afiliado ao PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira - antagonista histórico do Partido dos Trabalhadores -, e membro do Instituto Teotônio Vilela, Luiz Paulo Vellozo Lucas afirma que o governo Dilma (2011-2016) foi marcado por corrupção, negligência e desastre econômico. Notadamente um dos maiores índices de verificação do andamento de um país no que tange à economia é a inflação, que é o nome atribuído ao aumento dos preços de produtos e serviços e é calculada por índices de preços, conhecidos como índices de inflação.

²⁶⁷ BBC News Brasil. Duas visões: O modelo de exploração do pré-sal é bom para o Brasil? [online]. 20 set. 2013. Disponível em: <<<http://bit.ly/49c6lTo>>>. Acesso em: 06 set. 2025.

Brasil. A definição dessa pesquisa partiu da inquietação para entender o papel que o periódico *Le Monde Diplomatique Brasil* teria assumido, no calor dos episódios políticos entre 2013 e 2017, ao se colocar como mediador de sentidos e como agente na disputa pela memória coletiva sobre o processo que culminou no impeachment da Presidenta brasileira. O objetivo não foi apenas analisar os conteúdos veiculados, mas compreender como esse veículo construiu uma narrativa própria, crítica, comprometida com valores democráticos, e se engajou numa interpretação dissonante diante da cobertura massiva e hegemônica dos grandes meios de comunicação no Brasil.

A imprensa não apenas reflete os acontecimentos sociais, mas os molda e os reinscreve numa arena de significados, criando interpretações que orientam a memória coletiva e o imaginário político. No caso do golpe de 2016, o conjunto de representações construído pela mídia tradicional colaborou ativamente para a legitimação simbólica da destituição da presidenta, com forte apelo moralista, antipolítico e, por vezes, misógino. Nesse contexto, o *Diplomatique Brasil* se destacou como um polo de resistência discursiva, onde se buscou denunciar as fragilidades jurídicas do processo, a seletividade das instituições e a banalização dos princípios democráticos, atribuindo ao golpe de 2016 uma densidade histórica que ultrapassa a cronologia dos fatos.

Ao longo dos capítulos, demonstrou-se que o jornal operou não apenas como uma voz dissonante, mas como um lugar de resistência discursiva, que articulou denúncias, recuperou memórias políticas, acolheu intelectuais e movimentos sociais, e contribuiu para dar inteligibilidade a um acontecimento ainda em disputa. Ao fazer isso, reatualizou a tradição de imprensa crítica no Brasil, aquela que busca se afastar da lógica da neutralidade editorial para assumir claramente um posicionamento ético-político em relação aos rumos do país. Essa opção editorial implica responsabilidade com a história, com os fatos, mas sobretudo com os sujeitos históricos invisibilizados nos processos tradicionais de mediação.

Trabalhar com o tempo presente - seus ruídos, suas ambiguidades, suas contradições - exigiu da pesquisa um método sensível à instabilidade do real e atento aos atravessamentos da memória, da linguagem e da política. Nesta abordagem, a aposta foi em uma escrita da história que se reconhece como parte do tempo que narra, e que, por isso, assume os riscos e as responsabilidades do presente. Nesse sentido, o *Le Monde Diplomatique Brasil* foi aqui investigado como objeto da pesquisa, documento, testemunho e, ao mesmo tempo, ator de seu tempo nas práticas sociais.

Inspirada na concepção de Henry Rousso sobre a história do tempo presente, esta tese confirmou a hipótese de que o *Le Monde Diplomatique Brasil* construiu uma contra-

narrativa diante da hegemonia midiática, desafiando os enquadramentos dominantes sobre o golpe de 2016. Ao operar como mediador de sentidos e agente ativo na disputa pela memória coletiva, o jornal articulou elementos simbólicos e políticos que expuseram as tensões estruturais da democracia brasileira e denunciaram a reatualização de traumas autoritários do passado. Em vez de apenas refletir os acontecimentos, o jornal contribuiu para produzi-los discursivamente, questionando a ordem vigente e oferecendo outras possibilidades de leitura histórica: o que torna sua análise essencial para a compreensão das lutas políticas e simbólicas em curso no Brasil contemporâneo.

Ao refletir sobre os eventos analisados à luz da obra de Rousso, especialmente sobre a noção de catástrofe, aprofunda-se a percepção de que o golpe de 2016 não foi apenas uma ruptura política pontual, mas uma fratura profunda na experiência histórica brasileira. Tal como a Primeira Guerra Mundial dissolveu as ilusões da história como progresso cumulativo, racional e objetivo, o *impeachment* operou como uma cisão traumática - não apenas institucional, mas simbólica, midiática e subjetiva. Como destaca Rousso, a catástrofe não é uma metáfora: ela representa uma ruptura real na continuidade histórica, marcada por violência, perdas materiais e psíquicas, e por uma profunda desorientação quanto ao futuro. Essa ruptura, contudo, não se dá em um vácuo histórico. Embora o golpe de 2016 apresente características próprias do tempo presente — como a centralidade da mídia, o protagonismo do Judiciário e a estetização moral da política —, ele se inscreve em uma longa tradição de interrupções autoritárias que marcam a história republicana brasileira. Desde a deposição de Getúlio Vargas em 1945, passando pelo golpe civil-militar de 1964, até o *impeachment* de 2016, observa-se uma recorrência estrutural: a substituição de projetos populares e soberanos por pactos de poder conduzidos por elites políticas, econômicas e midiáticas. Assim, ainda que o evento de 2016 represente uma nova forma de catástrofe — simbólica, jurídica e discursiva —, ele também reafirma uma continuidade de golpes de Estado que se travestem de legalidade e operam sob a retórica da “normalização” institucional.

A violência simbólica do golpe, com sua estética espetacularizada e moralismo seletivo, produziu feridas duradouras no tecido democrático, assim como a guerra deixou cicatrizes por gerações. A promessa de renovação foi substituída por um vazio programático e por formas regressivas de exercício do poder. A ausência de horizonte compartilhado - elemento central da ideia de catástrofe em Rousso - reverbera nas hesitações democráticas dos anos seguintes e na erosão das bases de legitimidade do regime político instaurado em 1988. Conceber o golpe como “última catástrofe” não implica encerrar a história, mas reconhecer que ela foi rasgada - e que, ao interpretá-la

enquanto processo histórico, buscamos não suturar essa ferida, mas impedir que ela seja esquecida.

A experiência democrática brasileira, tal como construída desde a Constituição de 1988, revelou-se mais frágil do que se supunha. O golpe de 2016 não foi apenas uma crise institucional, mas também uma ruptura simbólica que autorizou novas formas de autoritarismo, perseguições políticas, ataques à imprensa livre e à universidade pública, e que abriu caminho para a ascensão de um projeto de poder com traços abertamente antidemocráticos. Nesse contexto, a preservação da memória crítica torna-se tarefa urgente. Este estudo, enfim, reafirma a importância de se investigar a política para além das instituições formais, voltando o olhar para as representações que se imbricam na experiência histórica. Dessa forma, esta pesquisa amplia sua capacidade explicativa e oferece ao campo historiográfico instrumentos potentes para compreender os desafios da democracia em tempos de crise.

Ao iluminar os sentidos produzidos pelo *Diplomatique Brasil* em torno do *impeachment* e seus desdobramentos, esta tese contribuiu para o campo da História do Tempo Presente, especialmente na interface entre política, ações e representações. Reafirma-se, assim, a importância de se investigar a imprensa como fonte histórica complexa e contraditória, produtora de significados e mediadora de disputas simbólicas que atravessam a sociedade. Acredita-se que esse gesto de análise crítico, comprometido, rigoroso é também um gesto ético: de não silenciar o dissenso, de não apagar o conflito, de não recuar diante da pluralidade que compõe a vida democrática.

A consolidação de um golpe institucional no Brasil, como o ocorrido em 2016, não se explica apenas pelas ações das elites políticas ou pelo papel dos meios de comunicação. Trata-se de um fenômeno complexo, cujas condições de possibilidade estão enraizadas em estruturas históricas de longa duração que atravessam a formação social brasileira. A relativa fragilidade do pacto democrático instaurado em 1988 não pode ser compreendida sem considerar o modo como, ao longo do tempo, parte significativa da população foi sistematicamente alijada dos processos decisórios. No entanto, é preciso evitar qualquer leitura que naturalize essa condição. A apatia política não é um dado, mas uma construção social. Ela resulta da combinação entre o elitismo estrutural das instituições representativas, o esvaziamento do debate público promovido por lógicas mercantis da comunicação e a ausência de práticas contínuas de formação cidadã em larga escala. O analfabetismo político, mais do que a ausência de instrução formal, decorre de uma pedagogia do silêncio que atravessa os espaços públicos e privados, e que perpetua formas sutis de exclusão simbólica e material da maioria da população.

Ademais, o Brasil possui uma longa tradição de invisibilização das camadas populares enquanto sujeitos políticos plenos.²⁶⁸ Mesmo em contextos de ampliação de direitos, como nos governos do ciclo progressista, a autonomia da participação popular foi frequentemente tutelada por mediações institucionais, limitando o alcance de práticas deliberativas mais horizontais. Essa lacuna estrutural abriu espaço, especialmente no momento de crise da democracia brasileira, para uma guerra informacional, uma pós-verdade que encontrou ressonância num terreno social polarizado e fragilizado por desigualdades históricas.

A emergência de um cenário autoritário no pós-golpe de 2016, com forte adesão a discursos extremistas e negação da complexidade institucional, deve ser lida à luz desses processos. Não se trata de atribuir à população uma suposta ignorância ou passividade, mas de reconhecer que o déficit de cultura democrática é também produto de uma história de exclusões, de silenciamentos e de oportunidades políticas interrompidas. Nessa perspectiva, qualquer resposta à crise democrática brasileira deve passar pela reconstrução de espaços públicos de formação crítica e de participação ativa, a única via possível para a superação dos impasses do presente.

Por fim, é possível afirmar que o *Le Monde Diplomatique Brasil* não apenas registrou o golpe de 2016, mas produziu um campo discursivo de resistência, um espaço de elaboração coletiva do trauma e de reinvenção da palavra pública. Sua escrita jornalística, ancorada na crítica social e na escuta de vozes dissidentes do campo político e acadêmico, configurou-se como forma de memória insurgente, desafiando o esquecimento e recolocando o jornalismo no lugar de mediação ética da História. O periódico tornou-se, assim, um documento e um agente: ao mesmo tempo testemunha e intervenção, memória e projeto.

Nesse sentido, refletir a história do golpe a partir do *Diplomatique* é também um gesto político e epistemológico: trata-se de reconhecer a imprensa como um dos dispositivos centrais da disputa pela verdade no tempo presente. Mais do que denunciar a concentração midiática ou o autoritarismo, o jornal recupera o sentido originário da palavra “público”: aquilo que pertence a todos, o espaço onde se pensa em comum. Essa reconquista simbólica da palavra é, talvez, uma das tarefas mais urgentes de nosso tempo.

A escrita histórica, ao dialogar com essas vozes, também se transforma. Ela deixa de buscar a neutralidade impossível e assume seu compromisso com a pluralidade, com o dissenso e com a reconstrução de horizontes democráticos. Assim como o *Diplomatique*

²⁶⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ousou não silenciar, cabe ao historiador do presente não ceder à tentação da indiferença. Se o golpe de 2016 evidenciou a fragilidade da democracia, o trabalho de memória — na imprensa, na pesquisa e na vida pública — é o que pode devolver-lhe o fôlego.

Encerrar este trabalho é, portanto, reconhecer sua abertura. O presente continua a exigir vigilância, escuta e resistência. Quase dez anos depois, as disputas em torno da memória do golpe de 2016 permanecem vivas, e a luta por uma democracia substantiva no Brasil segue em curso, vigilante, em todas as linguagens, do jornalismo à história, da literatura ao cinema. Que esta pesquisa possa servir de base para outras investigações, ampliando os olhares sobre o papel da mídia na política, sobre a construção das narrativas históricas e sobre os múltiplos caminhos de defesa e reinvenção do espaço público democrático.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ADORNO, Theodor W. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

ALECRIM, Mylena Souza. *Discursos da mídia e a construção de consensos: uma análise crítica do impeachment de Dilma Rousseff*. 2020. 199 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <<<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33374>>>. Acesso em: 08 set. 2025.

ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (org). *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023.

AREND, S.M.F.; MACEDO, F. Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.1, n.1, p.201-216, 2009. Disponível em: <<<https://revistas.udesc.br>>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo - Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

AUSTIN, J. L. Quando dizer é fazer: palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARROS, José D'Assunção. *O jornal como fonte histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1984, p. 18.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN E O UDENISMO: Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro*. Editora Vozes, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história: edição crítica*. Tradução de Adalberto Müller e Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Alameda Editorial, 2020.

BERNSTEIN, S. MILZA, P. Conclusão. In: CHAUVEAU, A.; TERTART, P. *Questões para história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 127-130.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 18ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2020.

_____. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Tradução de J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 2011b.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. Coleção Repensando a História. São Paulo: Contexto, 1988.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, R. (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação*. Vol. 2. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Tradução de Ivone Castilho Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

COSTA, Priscilla Pereira da. A mídia e os golpes: 1964 e 2016 pontos convergentes. *IX Jornada Internacional de Políticas Públicas: Civilização ou barbárie – o futuro da humanidade*. São Luís: UFMA, 2019a.

COSTA, Virginia Helena Ferreira da. “A Personalidade Autoritária”: Antropologia, Crítica e Psicanálise. 2019. 329f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, 2019b.

COSTA, Marcos Rogério Martins. *Perfis do ator coletivo 'manifestante de rua': das jornadas de junho de 2013 aos protestos de março de 2015*. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

COUTINHO, Joana A. O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil. In: SANTOS, Lyndon de Araújo. BACCEGA, Marcus Vinicius de Abreu. MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio (org.). *O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil*. São Luís: Editora da UFMA, 2021, p. 6-9.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, v. 35, n. 2, 2009. Disponível em: <<<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>>>.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39–79, jan./mar. 2018.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral: Memória, tempo, identidade*. São Paulo: Autêntica, 2006.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 2, nº 4, p. 19-34, 2013.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002.

DOSSE, François, História do tempo presente e historiografia. *Revista Tempo e Argumento*. 2012; 4 (1): p. 5-23. Disponível em: <<https://bit.ly/38qKsxe>>.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Tradução de Maria Helena Rouanet. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. “Psicologia para as massas digitais e análise do sujeito democrático”. In: *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 116-35.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano*. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

ECO, Umberto. *Construir o inimigo e outros escritos ocasionais*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

ECO, Umberto. *Construir o inimigo e outros escritos ocasionais*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

ENTMAN, Robert M. *Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

_____. *Projections of Power: Framing News, Public Opinion, and U.S. Foreign Policy*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 21. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma enunciação desmesurada. In: FAUSTO NETO, A.; VÉRON, E. (orgs.). *Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral*. São Paulo: Hacker; São Leopoldo: Unisinos, 2003, p. 119-146.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018. Disponível em:

<<<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018080>>>.

Acesso em: 27 set, 2022.

FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da História do tempo presente. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 125, out. 2011. Disponível em:

<<<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/12565/7985/0>>>. Acesso em: 27 set. 2022.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 41-69.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GIERING, Maria Cristina; CALDAS, André Gustavo de Souza. Impeachment de Dilma Rousseff: estratégias argumentativas em editoriais do jornal O Globo. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 667-694, 2021.

GOMES, Ciro. Por que o Golpe Acontece? In: JINKINGS, Ivana. DORIA, Kim. CLETO, Murilo [org.]. *Por que Gritamos Golpe?* Para entender o *Impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 35-37.

GONÇALVES, Carolina Escher. *Os sentidos sobre Dilma Rousseff na edição 2417 da revista IstoÉ*. (Monografia). UFSM, Santa Maria, 2017.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença*. O que o sentido não consegue transmitir. Tradução Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2010.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. *Between facts and norms*: contributions to a discourse theory of law and democracy. Cambridge: Polity Press, 1996.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, F. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HARVEY, David. *O neoliberalismo*: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWM, Eric. *Tempos fraturados*. Tradução Berilo Vargas —1ª ed — São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOHLFELDT, Antonio. *Perspectivas e desafios para compor uma história da imprensa*: o que o pesquisador precisa saber e a que se deve dispor. Editora da UFSM, 2012, p 41-48. Disponível em:<<http://hdl.handle.net/10923/9683>>.

HOOKS, Bell. *Feminism is for Everybody: Passionate Politics*. Cambridge: South End Press, 2000.

JINKINGS, Ivana. DORIA, Kim. CLETO, Murilo [org.]. *Por que Gritamos Golpe?* Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas/SP: Papirus, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOVALESKI, Heder. As ruínas da intolerância. *Le Monde Diplomatique Brasil*, edição 102; Fascismo Brasil, 04/01/2016. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-ruinas-da-intolerancia/>. Acesso em: 15 set. 2023.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. *Introdução à economia*. Tradução de Mauro C. C. Mendlowicz. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Desventuras da influência política midiática no Brasil pós 1988: uma teoria da demanda por informação política. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 24, nº 2, maio-agosto, p. 239-269, 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

_____. *A História deve ser dividida em pedaços?*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, TÉTART, *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIMA, Venício A. de. *Regulação das comunicações: história, poder e direitos*. São Paulo: Paulus, 2011.

LIMA, Venício A. de. *Liberdade de expressão x liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia*. São Paulo: Paulus, 2012.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. PINSKY, Carla Bassanegi (org.). São Paulo: Contexto. 2005.

_____. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MATINS, Ana L.; LUCA, Tânia R. de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCAS, Luiz Paulo Vellozo (coord.). *O primeiro (des)governo Dilma (2011-2014): Balanço de um desastre anunciado*. Instituto Teotônio Vilela, 2015.

MANN, Michael. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Tradução: Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MASCARO, Alysson Leandro. *Crise e golpe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MATTOS, Hebe; MAMEGONIAN, Beatriz G.; BESSONE, Tânia (Orgs). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado, São Paulo: Alameda, [2016?]*.

MEIHY, J.C.S.B. *Manual de História Oral*. 5ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

MELO, José Marques de. *Jornalismo brasileiro*. Porto Alegre: Sulina, 2003

MIGUEL, Luis Felipe. Os votos de 2014 foram anulados. *Revista Galileu*, online, 01/11/2016. Disponível em: << <http://glo.bo/3wF4llh>>>. Acesso em: 14 set. 2023.

MIGUEL, Luís Felipe. *Dominação e resistência: desafios para uma política democrática*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Violência e política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 30, nº 88. Universidade de Brasília (UnB), Brasília – DF, Brasil, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.17666/308829-44/2015>.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (orgs.). *The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015a.

MOUFFE, Chantal. *Agonística: pensar o mundo politicamente*. Tradução de Sérgio Cardoso. São Paulo: Autêntica, 2015b.

MULLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. Entrevista com Henry Rousso. *Tempo*, Niterói, v. 24, n. 2, pág. 388-393, agosto de 2018.⁽¹⁾

NORA, Pierre. *Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux*. Paris: Gallimard, 1984.

OGASSAWARA, J. S. *Le Monde Diplomatique Brasil: por uma história possível*. (Dissertação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19052011-155337/pt-br.php>>>. Acesso em: 10 out. 2021.

OLIVEIRA, Jullian Pereira Lopes de. *Temporalidades e contexto: tentativa de esgotamento de uma capa de Le Monde Diplomatique Brasil*. Dissertação, UFMG, 2021. Disponível em: <<<https://repositorio.ufmg.br/>>>. Acesso em: 20 out. 2021.

PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PEDRO, Joana Maria. *Corpo, prazer e trabalho*. In: Nova história das mulheres/Organizadoras Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. São Paulo: Contexto, 2012.

PINHEIRO, Camila Fernandes. *Le Monde Diplomatique Brasil: como o Jornal francês invadiu as terras de Cabral*, TCC, UniCEUB, 2008.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta, 2019.

PINTO, Eduardo Costa et al. *A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise*. Instituto de Economia da UFRJ. Texto para discussão nº 04, 2016. Disponível em: <<<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2016/06/Economia-pol%C3%ADtica-governo-Dilma.pdf>>>.

PINTO, João; BENEVIDES, Flávia; COSTA, Mariana. *O golpe de 2016 e a mídia: discurso, legitimidade e (des)informação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo. 2003.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____. L'histoire du temps présent : une histoire comme les autres, dans Bilan et perspectives de l'histoire immédiate, dossier du no 30-31 de *Cahiers d'histoire immédiate*, pp. 21-28.

RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Tradução de Esther Navarro. Petrópolis: Vozes, 1999.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Televisão e história: memória, ficção e notícia*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: UNICAMP, 2007.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A., TÉTART, P. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p.39-50.

RODRIGUES, Theófilo Machado. O papel da mídia nos processos de *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) e Michel Temer (2017). *Revista Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 02, p. 37-58, ago. 2018/ nov. 2018.

ROUSSEFF, Dilma. Prólogo. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (org). *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023.

ROUSSO, Henry. L’histoire du temps présent, vingt ans après”, *Bulletin de l’IHTP*, n. 75, p. 28., jun., 2000. Disponível em: <<https://www.persee.fr/doc/ihtp_0247-0101_2000_num_75_1_1686>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

_____. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

_____. *Le syndrome de Vichy: de 1944 à nos jours*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

SAFATLE, Vladimir. O dia no qual o Brasil parou por dez anos. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (org). *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2016.

SANTAELLA, L. *O que é Semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2001a.

SANTAELLA, L. *A teoria geral dos signos: Semiose e autogeração*. São Paulo: Paulus, 2001b.

SANTOS, Lyndon de Araújo. BACCEGA, Marcus Vinicius de Abreu. MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio (org.). *O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil*. São Luís: Editora da UFMA, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Maurício Ferreira da. BENEVIDES, Silvio César. PASSOS, Ana Quele da Silva. *Impeachment ou golpe?. 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política*, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideo, 26 ao 28 de julho de 2017.

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma geral e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. Companhia das Letras, 2016.

SOARES, Murilo C. *Representações, jornalismo e esfera democrática*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

_____. Televisão e democracia. In: MATOS, H. (org.). *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo: Scritta, 1994.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. Rio de Janeiro: LeYa, 2015.

SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, Jessé. O golpismo de ontem e o golpismo de hoje. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ed. 102, jan. 2016. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-golpismo-de-ontem-e-o-golpismo-de-hoje/>>>.

TIBURI, Marcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira [online]. *Revista Cult*, São Paulo, 26 abr. 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/>. Acesso em: 23 set. 2023.

TURIN, R. A polifonia do tempo: ficção, trauma e aceleração no Brasil contemporâneo. *Artcultura*, v. 19, n. 35, 20 dez. 2017.

VICENTE, Maximiliano Martin. *História e comunicação na ordem internacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009a.

_____. Comunicação em xeque: o debate na regulamentação pós-constituição. In: GOULART, J.O. (Org.). *As múltiplas faces da Constituição cidadã*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009b.

_____. (Org.) *Mídia e sociedade – perspectivas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007.

VICENTE, M. M.; LOSNAK, Célio J (Org.). *Imprensa e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

ZANELATTO, João Henrique; MAGNUS, Lucene Cândido. A Revista Veja na desconstrução da imagem da presidenta Dilma Rousseff: o processo de construção do golpe no Brasil em 2016. *Revista História em Reflexão*, v. 17, n. 33, abr./jul. 2023.

Fontes

AGÊNCIA PT DE NOTÍCIAS. *Charge sobre execução da presidenta é inadmissível, diz deputada*. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 09 mar. 2015. Disponível em: <<<https://pt.org.br/charge-sobre-execucao-da-presidenta-e-inadmissivel/>>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Biblioteca da Presidência da República. *21-06-2013 - Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV*. Brasília, 21 jun. 2013. Disponível em: <<<https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>>>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Discurso de defesa de Dilma Rousseff no julgamento do impeachment. Brasília, 29 ago. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso-de-defesa-de-dilma-no-senado>>>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2000.

BOTTA, Mariana. Eventos marcam 200 anos da imprensa no Brasil. *Folha de S. Paulo*, 07 fev. 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/5PxHu>>.

CACCIA BAVA, Silvio. “O Congresso e a Justiça têm lado”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 110, set. 2016. Disponível em: <https://diplomatique.org.br>

CARTA CAPITAL. Os atos pró-democracia e a narrativa do golpe na grande mídia: os meios seguem em seu papel de conduzir a opinião pública contra o governo. *Carta Capital*, 21 mar. 2016. Disponível em: <<<https://bit.ly/3TiBIIT>>>. Acesso em: 15 set. 2023.

CAMPANERUT, Camila. Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/Ibope. *UOL*. Disponível em: <<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>>>. Acesso em: 26 fev. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. Editorial: Sem Bananas. *Folha de São Paulo*, 25/08/2015. Disponível em: <<<https://m.folha.uol.com.br/opiniao/2015/08/1673084-sem-bananas.shtml>>>. Acesso em: 04 set. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. Editorial: Governo novo. *Folha de São Paulo*, 01/09/2015.

GAMA, Júnia et al. Dilma enfrenta pauta-bomba. *O Globo*, 23-09-2015. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/515616>>. Acesso em: 04 set. 2023.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. *Edições*. Disponível em: <<<https://diplomatie.org.br/edicoes/>>>. Acesso em 20 mar. 2023.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. *O Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: <<<https://diplomatie.org.br/le-monde-diplomatique-brasil/>>>. Acesso em 20 mar. 2022.

LEMOS, Bianca. Sai o pato amarelo, entra o sapo verde: Fiesp agora mira os juro. *Veja* [online], São Paulo, 13 mar. 2018. Economia. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/sai-o-pato-amarelo-entra-o-sapo-verde-fiesp-agora-mira-os-juros/>>. Acesso em 20 jun. 2022.

LIS, Laís. Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU. G1, 17 jul. 2020. Disponível em: <<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-t>>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

THE ECONOMIST. *Brazil takes off*. Londres, 12 set. 2009. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off>. Acesso em: 11 jun. 2024.

THE ECONOMIST. *Has Brazil blown it?* Londres, 27 set. 2013. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2013/09/27/has-brazil-blown-it>. Acesso em: 11 jun. 2024.

ANEXOS

A inclusão dos documentos e registros apresentados nesta seção busca oferecer uma base empírica complementar à análise desenvolvida ao longo desta pesquisa. Inspirada no

princípio de que o trabalho historiográfico se ancora em vestígios materiais que permitam a verificação e a interpretação crítica dos acontecimentos, esta seleção de anexos articula fontes textuais, iconográficas e audiovisuais relativas ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, ocorrido em 2016. A organização dos anexos atende a três objetivos principais:

- **Documentar:** preservar, em formato reprodutível, registros primários que marcaram juridicamente e simbolicamente o processo;
- **Comparar:** possibilitar a análise contrastiva entre diferentes formas de representação do mesmo acontecimento, destacando a disputa por sentidos;
- **Contextualizar:** fornecer material que permita ao leitor situar os episódios narrados no espaço público e compreender as práticas políticas e midiáticas em jogo.

A escolha dos itens reflete o compromisso com a diversidade tipológica de fontes. Foram reunidos documentos oficiais — como decisões do Senado, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, registros fotográficos e jornalísticos, além de materiais provenientes da imprensa alternativa e de movimentos sociais. Tal conjunto de fontes expressa, de forma integrada, o entrelaçamento entre as dimensões institucional, midiática e social do episódio histórico investigado.

No campo metodológico, esses anexos dialogam com a perspectiva da História do Tempo Presente (ROUSSO, 2016), que reconhece a proximidade temporal como desafio e oportunidade para o historiador. O acesso a materiais que circularam no calor dos acontecimentos permite observar, de forma mais nítida, a construção de narrativas concorrentes e a atuação de atores institucionais e não institucionais.

Assim, os documentos aqui reunidos não devem ser lidos como mera ilustração da narrativa desenvolvida na tese, mas como elementos constitutivos do próprio processo histórico e de sua memória social. Servem, portanto, como vestígios que possibilitam revisitar o impeachment de 2016 à luz de sua materialidade política e simbólica.

A seguir, apresenta-se o conjunto de anexos selecionados:

Anexo I

Fotografia oficial da presidenta Dilma Rousseff no Senado Federal, durante sua defesa no julgamento do impeachment (29 de agosto de 2016):



Fonte: Agência Senado / Agência Brasil.

Após 6 dias de julgamento, o Senado concluiu, em 31 de agosto de 2016, o impeachment de Dilma Rousseff, cassando o mandato da presidente, mas mantendo os seus direitos políticos. Foram 61 votos favoráveis e 20 contrários no julgamento que ficará marcado na história do Congresso Nacional e do Brasil.

Documento: Discurso de Dilma, transcrito em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso>

Anexo II

Trecho da ata da sessão do Senado Federal contendo o resultado nominal da votação final:

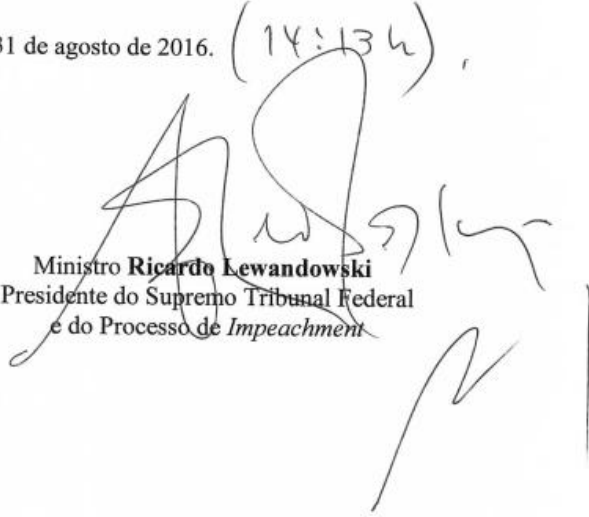
Em votação subsequente, o Senado Federal decidiu afastar a pena de inabilitação para o exercício de cargo público, em virtude de não se haver obtido nesta votação 2/3 dos votos constitucionalmente previstos, tendo-se verificado 42 votos favoráveis à aplicação da pena, 36 contrários e três abstenções.

Esta sentença, lavrada nos autos do processo, constará de resolução do Senado Federal, será assinada por mim e pelos Senadores que funcionaram como juízes, transcrita na Ata da sessão e, dentro desta, publicada no Diário Oficial da União, no Diário do Congresso Nacional (art. 35 da Lei nº 1.079/50) e no Diário do Senado Federal.

Tal decisão encerra formalmente o processo de *impeachment* instaurado contra a Presidente da República no Senado Federal no dia 12 de maio de 2016.

Façam-se as comunicações ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República em exercício, aos Excelentíssimos Senhores Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e à Excelentíssima Senhora Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Brasília, 31 de agosto de 2016.

(14:134),

 Ministro **Ricardo Lewandowski**
 Presidente do Supremo Tribunal Federal
 e do Processo de *Impeachment*

7

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/08/31/veja-a-sentenca-de-impeachment-contra-dilma-rousseff>

Anexo III

Vídeo: pronunciamento de Dilma Rousseff à nação – TV Brasil/ EBC²⁶⁹

²⁶⁹ Disponível em: <<<https://youtu.be/gKkpe53jaPk?si=Js-OTITOUSlerp2N>>>.



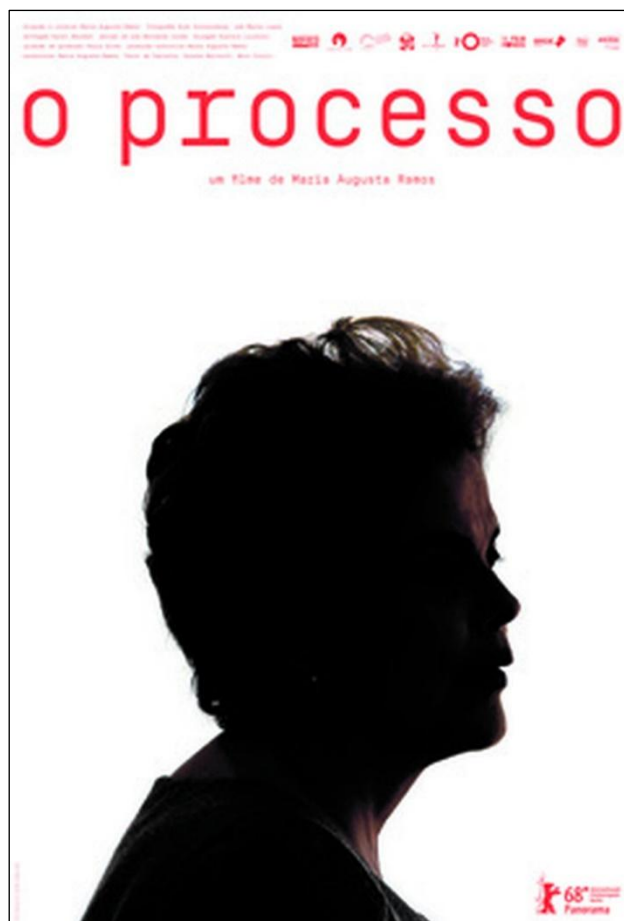
Foto: Roberto Stuckert Filho / PR

Pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff à nação, transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão, logo após a decisão final do Senado que aprovou seu impeachment (31 de agosto de 2016). O pronunciamento de Dilma constrói-se como um ato de resistência simbólica, no qual a presidenta articula signos de legitimidade política e moral para contrapor-se à narrativa hegemônica que sustentou sua destituição. Do ponto de vista semiótico, o discurso mobiliza uma tríade de sentidos: a reafirmação de seu compromisso com a Constituição de 1988 e com a soberania popular; a construção de uma autoimagem de honestidade e coerência ética; e a denúncia da ruptura democrática travestida de legalidade. Historicamente, o texto dialoga com a tradição de pronunciamentos de líderes depostos, que buscam inscrever no registro público uma versão alternativa dos fatos, tensionando o campo da memória coletiva. A invocação direta ao povo brasileiro, acompanhada do resgate de sua trajetória pessoal e política, opera como tentativa de reposicionar-se como sujeito histórico ativo, não como mera vítima do processo. Nesse sentido, o discurso não se limita a um gesto de despedida, mas inscreve-se como documento político que pretende disputar interpretações futuras sobre o golpe de 2016, reforçando a dimensão de “última palavra” como ato de resistência contra o apagamento simbólico.



Anexo IV

O Processo: documentário com bastidores do julgamento



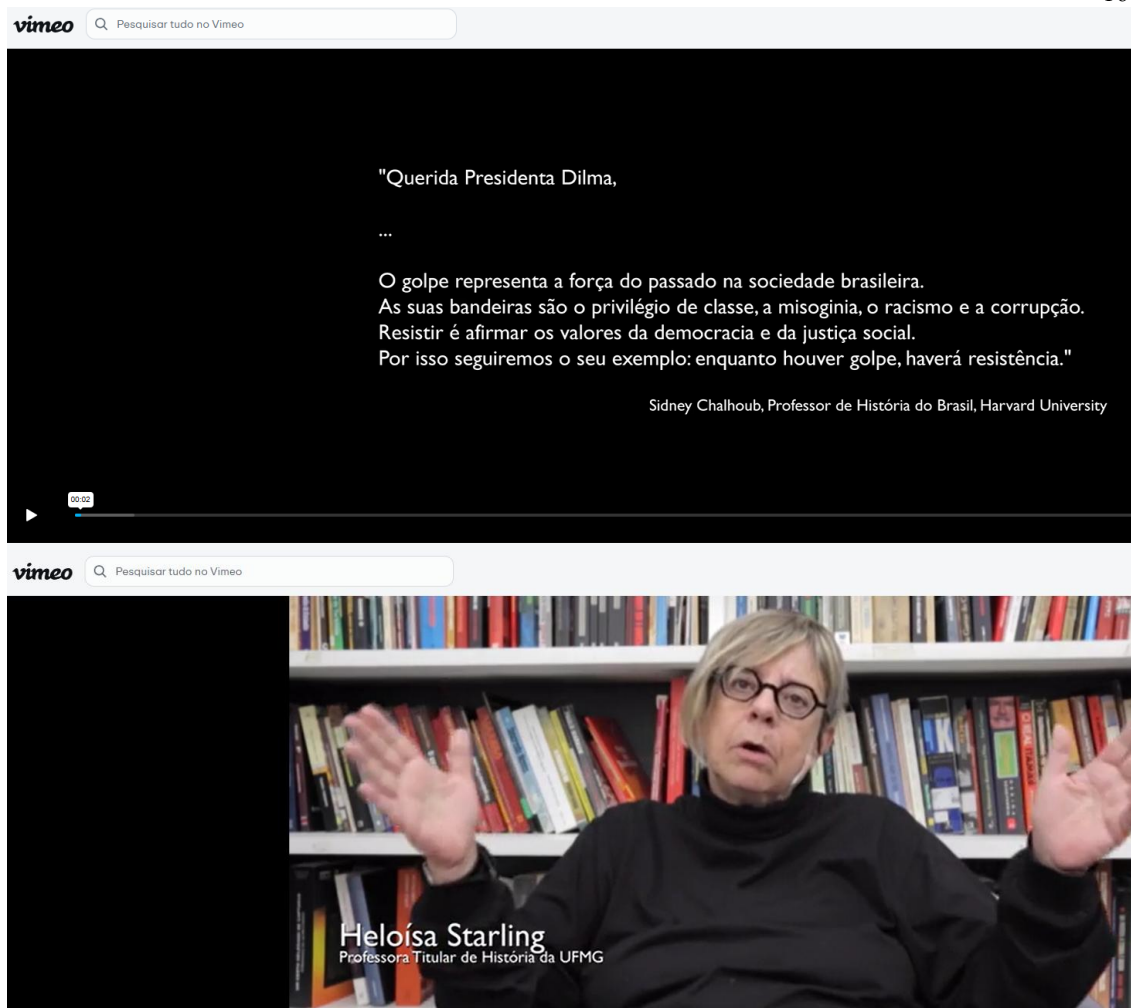
Em cerca de 450 horas de material filmado e meses de trabalho, a diretora acompanhou todo o processo que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff. Com acesso único a ela e sua defesa, filmou horas e horas de reuniões e discussões a portas fechadas com a presença do advogado José Eduardo Cardozo, sua equipe, e os senadores e assessores da Liderança do PT e da minoria no Senado. Circulando por corredores do Congresso Nacional, testemunhou bastidores nunca mostrados em noticiários de cadeia nacional. Exibida no Festival de Berlim, a obra realizada por Maria Augusta Ramos tem seu título inspirado na obra homônima de Franz Kafka, e é um documento histórico sobre as questões políticas no Brasil contemporâneo. [2 h, 22 min | Documentário]

Disponível para assistir em:

<https://assista.filmicca.com.br/watch/b403ee04-c2f4-4ebe-8b03-75ceaac3eb12>

Anexo V

Vídeo Manifesto: Historiadores Pela Democracia:



Fonte|: <https://vimeo.com/169372572>

ATO HISTORIADORES PELA DEMOCRACIA

07/06/2016 das 10:00 às 12:00

Auditório da Biblioteca Central da Universidade de Brasília

10:00 - Abertura com exibição do vídeo "Historiadores pela Democracia"

10:15 - Lucília de Almeida Neves (ANPUH)
Cristiano Paixão (Juristas pela Democracia)
James Green (U. Brown)

10:25 - Roda de conversa com historiadores presentes

11:50 - Encerramento

Presenças confirmadas: Adriana Vidotto; Aldrin Castellucci; Américo Freire; Ana Carolina Barbosa Pereira; Ana Flavia Carmo Ramos; Ana Flavia Magalhães Pinto; André Honor; Beatriz Galotti Manigontan; Carlos Eduardo Coutinho da Costa; Caroline Silveira Bauer; Claudia Viscardi; Claudia Wasserman; Cristina Scheibe Wolff; Dulce Pandolfi; Durval Muniz de Albuquerque Junior; Fernando Nicolazzi; Hebe Mattos; Isabel Guillen; James Green; Janelina Perroyon; Joana Maria Padua; João Luis Ribeiro Fragoso; Julia Claudio da Silva; Katia Gerab Baggio; Laura de Oliveira; Leandro Bulhões; Lucília de Almeida Neves Delgado; Luiz Carlos Soares; Luis Carlos Vilalta; Marcelo Balaban; Marcos Carvalho; Maria da Conceição Silva; Maria Helena Machado; Matheus Gamba Torres; Paulo Cavalcante; Ricardo Pirolo; Samantha Vix Quadras; Silvana Rubino; Silvia Hunold Lara; Teresa Aline Pereira de Queiroz; Tiago Luis Gil; Wilmary Albuquerque.

Organizado: Blog Conselho de Administração, Mídia Press (2015), Ana Maria Magalhães, Peter Peter (U. Columbia), Bruno Neumann (2015), Napi Lud 2016

Com 7 minutos, o vídeo foi lançado na jornada Historiadores pela Democracia, no Auditório da Biblioteca Central da UNB – Universidade de Brasília, no dia 07 de junho de 2016. A ANPUH Nacional esteve representada no encontro pela professora Tânia

Bessone. No ato da UNB foi redigido um manifesto de historiadores em defesa do estado democrático de direito, entregue à Presidenta Dilma Rousseff, na parte da tarde, em audiência no Palácio da Alvorada.

Anexo VI

ACERVOS CONSULTADOS

Seção	Acervo / Instituição	Tipo de material	Período / Data de interesse	Observações
6.1 Arquivos Institucionais	Senado Federal	Atas e registros das sessões do julgamento do impeachment	2016	Atas, diários de sessões e registros audiovisuais do plenário no processo contra Dilma Rousseff
6.1 Arquivos Institucionais	Diário Oficial da União (DOU)	Publicação oficial da decisão do Senado	31 ago. 2016	Publicação da decisão final do impeachment
6.1 Arquivos Institucionais	Supremo Tribunal Federal (STF)	Jurisprudência, acórdãos e decisões	2015–2016	Mandado de Segurança 34.441/DF e processos correlatos ao rito do impeachment
6.1 Arquivos Institucionais	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	Acórdãos e decisões plenárias	2014–2016	Regularidade das eleições presidenciais de 2014 e processos conexos
6.2 Imprensa e Mídia	<i>Le Monde Diplomatique Brasil</i>	Reportagens, dossiês e editoriais	2013–2017	Cobertura analítica das Jornadas de Junho e do impeachment
6.2 Imprensa e Mídia	O Estado de S. Paulo	Cobertura jornalística, editoriais	2015–2016	Dias decisivos do processo e repercussões políticas
6.2 Imprensa e Mídia	Agência Brasil (EBC)	Textos, fotos, áudios	2015–2016	Cobertura institucional de votações, pronunciamentos e manifestações
6.2 Imprensa e Mídia	TV Brasil / EBC	Registros audiovisuais	2016	Pronunciamento de Dilma após a votação final no Senado
6.2 Imprensa e Mídia	Veja	Reportagens, capas, colunas	2014–2017	Enfoque em Lava Jato, denúncias ao governo e desdobramentos políticos
6.2 Imprensa e Mídia	Carta Capital	Reportagens, entrevistas, artigos	2014–2017	Análises críticas ao impeachment e à conjuntura
6.2 Imprensa e Mídia	Folha de S. Paulo	Cobertura diária,	2016 (mar. e ago. em destaque)	Acompanhamento do processo e debates públicos

		editoriais, colunas		
6.2 Imprensa e Mídia	O Globo	Reportagens de capa, editoriais, especiais	2015–2016	Crise política e econômica; pautas do impeachment
6.2 Imprensa e Mídia	UOL Notícias	Cobertura em tempo real, galerias, transmissões	2015–2016	Acompanhamento contínuo de votações e protestos
6.2 Imprensa e Mídia	El País – Edição Brasil	Reportagens interpretativas e análises	2015–2016	Olhar internacional sobre a crise e o impeachment
6.2 Imprensa e Mídia	BBC Brasil	Conteúdos multimídia, comparações internacionais	2015–2016	Contextualização histórica e comparativa com outros casos
6.2 Imprensa e Mídia	TV Senado e TV Câmara	Registros audiovisuais integrais	2015–2016	Sessões do Congresso relacionadas ao impeachment
6.2 Imprensa e Mídia	Rede Globo	Telejornais e especiais	2015–2016	Cobertura diária no Jornal Nacional e programas especiais
6.2 Imprensa e Mídia	GloboNews	Reportagens e entrevistas	2015–2016	Programas de debate político e análises
6.2 Imprensa e Mídia	The Intercept Brasil	Reportagens investigativas e interpretativas	2016–2017	Apurações e leituras críticas da conjuntura
6.3 Acervos Pessoais e Digitais	Arquivo pessoal do autor	Recortes, capturas de tela, posts, fotos	2013–2017	Organização própria do pesquisador durante o trabalho de campo documental
6.3 Acervos Pessoais e Digitais	IREE ²⁷⁰ – Curso “Introdução à Política” (CIPOL)	Vídeos de aula e debates	s.d. (com participações de 2019–2021)	Participações de Dilma Rousseff, Marcia Tiburi e Vladimir Safatle; uso como fonte complementar

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

²⁷⁰ Disponível em: <<<https://kope.org/cipol/>>>.

Realização:



idp

SÉRIE OS PRESIDENTES DA REDEMOCRATIZAÇÃO À CRISE DA DEMOCRÁCIA



COM A PARTICIPAÇÃO DE
DILMA ROUSSEFF



RAFAEL
VALIM



WALFRIDO
WARDE



RODRIGO
MUDROVITSCH



Realização:



idp

SÉRIE OS PRESIDENTES DA REDEMOCRATIZAÇÃO
À CRISE DA DEMOCRÁCIA

Apoio:

Trevisan
ESCOLA DE NEGÓCIOS

6.4. Documentos de Movimentos Sociais e Coletivos

Manifesto do movimento “Historiadores pela Democracia” (2016):

Materiais e notas públicas do Movimento Passe Livre (2013).

Documentos e declarações de coletivos e frentes populares sobre o *impeachment*.